UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, ADMINISTRATIVAS E CONTÁBEIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM ADMINISTRAÇÃO

ELAINE CRISTINA DO NASCIMENTO

MULHERES NEGRAS NO MERCADO DE TRABALHO EM RIO GRANDE-RS: UMA ANÁLISE A PARTIR DE VIVÊNCIAS NO PROGRAMA JOVEM APRENDIZ

RIO GRANDE - RS

2020.

ELAINE CRISTINA DO NASCIMENTO

MULHERES NEGRAS NO MERCADO DE TRABALHO EM RIO GRANDE-RS: UMA ANÁLISE A PARTIR DE VIVÊNCIAS NO PROGRAMA JOVEM APRENDIZ

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Administração do Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande, como requisito para obtenção do título de Mestra em Administração.

Linha 1: Organizações, Mercado e Trabalho.

Orientador: Prof. Dr. Lucas Santos Cerqueira

RIO GRANDE - RS

2020.

ELAINE CRISTINA DO NASCIMENTO

MULHERES NEGRAS NO MERCADO DE TRABALHO EM RIO GRANDE-RS: UMA ANÁLISE A PARTIR DE VIVÊNCIAS NO PROGRAMA JOVEM APRENDIZ

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Administração do Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande, como requisito para obtenção do título de Mestra em Administração.

Rio Grande -RS, ____/_____/_____.

Conceito final:

BANCA EXAMINADORA:

_____
Orientador: Prof º. Dr º. Lucas Santos Cerqueira – FURG

_____
Prof º. Dr º. Márcio André Leal Bauer – FURG

_____
Prof ª. Dr ª. Cassiane de Freitas Paixão – FURG

_____
Profª. Drª. Lys Maria Vinhaes Dantas - UFRB

Ficha Catalográfica

N244m Nascimento, Elaine Cristina do.
Mulheres negras no mercado de trabalho em Rio Grande-RS: uma análise a partir de vivências no Programa Jovem Aprendiz / Elaine Cristina do Nascimento. – 2020.
120 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Programa de Pós-Graduação em Administração, Rio Grande/RS, 2020.
Orientador: Dr. Lucas Santos Cerqueira.

1. Feminismo Negro 2. Mulheres Negras 3. Mercado de Trabalho 4. Racismo 5. Política Pública I. Cerqueira, Lucas Santos II. Título.

CDU 331.5-055.2(816.5)

Catalogação na Fonte: Bibliotecário José Paulo dos Santos CRB 10/2344

Dedico este trabalho aos meus amados pais Carlos e Rosemary, ao meu amado companheiro Fabio, à minha amada irmã Maria Carolina e à minha amada sogra Brasilina (*in memoriam).*

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu companheiro de vida, Fabio, que sempre esteve presente em todas as horas, com muito amor, compreensão, carinho, paciência, incentivo constante e inspiração. Sempre com pensamentos edificantes compartilhando expansões de visões de mundo, estando ao meu lado em todos os instantes nesses últimos 12 anos juntos. Muito obrigada pelo amor, carinho, companheirismo e zelo de sempre em mais essa etapa cumprida.

Agradeço aos meus amados pais, Rosemary e Carlos, agradeço por estarem sempre me apoiando em todas as minhas escolhas. Pais dedicados, amorosos, batalhadores e compreensivos me possibilitaram chegar até aqui. Muito obrigada por estarem sempre presentes em minha vida, com todo amor, carinho, dedicação e apoio.

À minha irmã Maria Carolina, agradeço a compreensão e atenção durante essa jornada. Sempre atenciosa, amorosa e solidária a me compreender quando percebia que precisava de apoio até nos mínimos detalhes. Muito obrigada por toda sua ternura de sempre.

À minha sogra Brasilina (*in memoriam*), agradeço o afeto e a convivência inspiradora. Mulher negra, batalhadora, inspiradora. Foi uma grande professora, dedicada em todos seus setores de vida (pessoais e profissionais). Muito obrigada por todo aprendizado, incentivo e amor.

À minha cunhada Fernanda, agradeço por fazer parte da minha trajetória de autoconhecimento e desenvolvimento. Mulher negra, advogada, feminista militante e inspiradora. Muito obrigada pela amizade.

Aos meus amigos de longa data Rafaela, Meotti, Juliana, Achiley, Talyta, Samantha, Natalia, Andréa e Yasmin, agradeço pelas horas de conversas descontraídas, pelo apoio, diálogos reflexivos e por fazerem parte da minha história e por tornam o convívio um aprendizado constante para vida.

Ao meu orientador Lucas, agradeço por fazer parte dessa trajetória tão importante para minha qualificação profissional e pessoal. O aprendizado adquirido nesta convivência foi enriquecedor.

Aos professores da banca, agradeço pelas importantes contribuições para a construção deste estudo. Foram fundamentais para a consecução desse estudo.

Por último, não menos importante, agradeço a todas as mulheres que participaram deste estudo compartilhando suas histórias que representam a de muitas outras. Meu muito obrigada.

Epistemicídio

Escrita escura

Escola não escuta

Esconjura

Esconde

Jura, vil, que nunca viu

Jairo Pinto

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo analisar como se dá a entrada da mulher negra no mercado de trabalho através da participação de uma política pública. As mulheres negras constituem a maior parte da população brasileira em proporção ao gênero e raça, recebem os piores salários, ocupam as piores condições de trabalho, possuem instabilidade de renda e são expostas nas mais diversas formas de violência e opressão, além de outras variadas formas de exclusões que seus corpos marcados pelo colonialismo estão expostos. Com isso, a questão de pesquisa levantada é: como se dá a inserção de mulheres negras em Rio Grande (Rio Grande do Sul, Brasil) a partir da participação no Programa Jovem Aprendiz? Os objetivos específicos são: evidenciar a trajetória de vida de mulheres negras até o acesso ao mercado de trabalho; identificar as barreiras percebidas pelas mulheres negras no acesso ao mercado de trabalho. A revisão teórica aborda discussões sobre o feminismo negro e sobre políticas públicas de inserção no mercado de trabalho. O método dos procedimentos metodológicos deste estudo qualitativo é o estudo de caso. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com quatro mulheres negras que participaram da política pública Jovem Aprendiz e que residem em Rio Grande. A coleta foi realizada através de videochamadas em decorrência do período de isolamento social ocasionado pela pandemia do Novo coronavírus. Os resultados demonstraram que a política Jovem Aprendiz corrobora para a inserção de jovens no mercado de trabalho, porém, existem barreiras que estas enfrentam até chegarem aos postos de trabalho nas condições de aprendizes que não são percebidas pela política pública Jovem Aprendiz, o que contribui para a precariedade e a informalidade no trabalho e que são denunciadas pelas intersecções de gênero e raça. E não garante a permanência destas nestes locais.

Palavras-chave: Feminismo negro. Mulheres negras. Mercado de trabalho. Racismo. Política Pública.

ABSTRACT

This study aims to analyze how black women enter the labor market through the participation of public policy. Black women constitute the majority of the Brazilian population in proportion to gender and race, receive the worst salaries, occupy the worst working conditions, have income instability and are exposed to the most diverse forms of violence and oppression, in addition to other varied forms of exclusions that their bodies marked by colonialism are exposed. Thus, the research question raised is: how does the insertion of black women in Rio Grande (Rio Grande do Sul, Brazil) take place through the participation of the Young Apprentice Program? The specific objectives are: to show the life trajectory of black women until access to the labor market; identify the barriers perceived by black women in accessing the labor market. The theoretical review addresses discussions about black feminism and public policies for insertion in the labor market. The methodological method of this qualitative study is the case study. Semi-structured interviews were conducted with four black women who participated in the Jovem Aprendiz public policy and who reside in Rio Grande. The collection was carried out through video calls due to the period of social isolation caused by the New coronavirus pandemic. The results showed that the Jovem Aprendiz policy supports the insertion of young people in the labor market, however, there are barriers that they face until they reach the jobs in apprenticeship conditions that are not perceived by the Jovem Aprendiz public policy, which contributes to precariousness and informality at work, which are denounced by the intersections of gender and race. And it does not guarantee their permanence in these places..

Keywords: Black feminism. Black women. Labor market. Racism. Public Policy.

RESUMÉN

Este estudio tiene como objetivo analizar cómo las mujeres negras ingresan al mercado laboral a través de la participación de las políticas públicas. Las mujeres negras constituyen la mayoría de la población brasileña en proporción a género y raza, reciben los peores salarios, ocupan las peores condiciones laborales, tienen inestabilidad de ingresos y están expuestas a las más diversas formas de violencia y opresión, además de otras variadas formas de violencia. exclusiones a las que se exponen sus cuerpos marcados por el colonialismo. Así, la pregunta de investigación planteada es: ¿cómo se da la inserción de las mujeres negras en Rio Grande (Rio Grande do Sul, Brasil) a través de la participación del Programa de Jóvenes Aprendices? Los objetivos específicos son: mostrar la trayectoria de vida de las mujeres negras hasta su acceso al mercado laboral; identificar las barreras que perciben las mujeres negras para acceder al mercado laboral. La revisión teórica aborda discusiones sobre el feminismo negro y las políticas públicas de inserción en el mercado laboral. El método metodológico de este estudio cualitativo es el estudio de caso. Se realizaron entrevistas semiestructuradas a cuatro mujeres negras que participaron de la política pública de Jovem Aprendiz y que residen en Río Grande. La recolección se realizó a través de videollamadas debido al período de aislamiento social provocado por la pandemia del Nuevo coronavirus. Los resultados mostraron que la política Jovem Aprendiz apoya la inserción de los jóvenes en el mercado laboral, sin embargo, existen barreras que enfrentan hasta llegar a los puestos de trabajo en condiciones de aprendizaje que no son percibidas por la política pública Jovem Aprendiz, lo que contribuye a la precariedad. e informalidad en el trabajo, que son denunciados por las intersecciones de género y raza. Y no garantiza su permanencia en estos lugares.

Palabras clave: Feminismo Negro. Mujeres negras. Mercado de trabajo. Racismo. Política Pública.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Sujeitos do Estudo 57
Figura 2 - Salário médio dos trabalhadores formais de Rio Grande 61
Figura 3 - Dandara dos Palmares 63
Figura 4 - Luísa Mahin 64
Figura 5 - Tereza de Benguela 65
Figura 6 - Zacimba Gaba 65

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Estrutura da revisão teórica 23
Quadro 2 - Estrutura da dissertação 55
Quadro 3 - Características das entrevistadas 58
Quadro 4 - Descrição por cor da população ocupada a partir dos 10 anos.....62

LISTA DE SIGLAS

CSJ - Consórcios Sociais da Juventude

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PLANFOR - Plano Nacional de Formação Profissional

PNPE - Programa do Programa Nacional de Primeiro Emprego

PROJOVEM - Programa Nacional de Inclusão de Jovens

PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PROUNI – Programa Universidade para Todos

SENAC- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAR Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR, Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO 19
2. REVISÃO TEÓRICA.....24
2.1 FEMINISMO NEGRO E O CONTEXTO DO TRABALHO.....24
2.1.1 Colonialismo e a formação das estruturas sociais.....27
2.1.2 Condições de trabalho no período de abolição da escravatura.....31
2.1.3 Perspectivas de Raça e Gênero.....35
2.1.4 Precariedade no trabalho e a relação com gênero e raça.....39
2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE INSERÇÃO DE JOVENS NO MERCADO DE TRABALHO.....46
2.2.1 Programa Jovem Aprendiz 50
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....54
3.1 Estrutura do estudo 54
3.2 Método de Pesquisa.....56
3.3 Definição dos sujeitos da pesquisa.....57
3.4 Técnica de coleta e análise de dados.....59
3.5 Do campo: município de Rio Grande.....61
3.6 Análise de dados.....62
4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....63
4.1 HISTÓRIAS DE VIDA.....66
4.1.1 TRAJETÓRIAS DE VIDAS 66
4.2 BARREIRAS VIVENCIADAS NO TRABALHO.....92
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....103
REFERÊNCIAS.....107
APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AS PARTICIPANTES 117
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO 118

Quem fala neste espaço?

Sou mulher negra e a primeira a concluir graduação na família. Acho importante introduzir minha trajetória a essa dissertação como ato político de lugar de fala. Nesse momento inicial de apresentação, me fez refletir sobre o primeiro capítulo de *Plantations Memories: Episodes of Everyday Racism*, intitulado de ‘’A máscara: colonialismo, memória, trauma e descolonização’’ de Grada Kilomba, onde há a pintura da escrava Anastácia que foi obrigada a viver com uma máscara em sua boca. Além finalidade da máscara servir para que as negras escravizadas não se alimentassem durante os trabalhos que eram realizados forçadamente, tinha também a finalidade de impor medo e silêncio como prática de tortura.

Kilomba neste capítulo, faz questionamentos importantes como ‘’quem pode falar?’’, ‘’ O que acontece quando nós falamos?’’, ‘’Sobre o que nos é permitido falar?’’ Djamila Ribeiro em seu livro *O Lugar de Fala* coaduna com Kilomba, o medo imposto por aqueles que amordaçaram estabelecendo os limites de fala, pois falar muitas vezes implica em represálias, castigos e se torna necessário como forma de sobrevivência concordar com o discurso hegemônico. Em uma sociedade supremacista branca e patriarcal é admitido falar sobre trajetórias de mulheres negras e seus marcadores sociais no campo científico da Administração? Aproveito esse espaço para falar sobre o que é pouco discutido em espaços onde o sistema (ideológico) econômico vigente (capitalista) condiciona a tornar a margem dos debates um assunto que causa desconfortos para além dos espaços acadêmicos. Está à frente dos olhos, mas ninguém quer enxergar. As dores que são sentidas, não são ouvidas e não são dadas as devidas importâncias. As vivências que pouco importam para os detentores do capital, perpetuam a lógica de exclusão e precariedade da mão-de-obra no trabalho. Como diz Sueli Carneiro (2004), as mulheres negras aparecem em último na pirâmide social (sendo antecedida, respectivamente pelo homem negro, mulher branca e homem branco).

Demorei um tempo até perceber em que lugar eu me encontro na sociedade e perceber que, como herdeira de uma luta histórica iniciada antes de mim, preciso prosseguir com a intuição que me guiou até aqui. Na maior parte dos meus 29 anos vividos até o presente momento, transitei por espaços ocupados majoritariamente por brancos (colégios, amigos de infância, de adolescência e de fase adulta, locais de trabalho e universidades). Sempre fiz parte dos números (quantitativamente) minoritários em colégios que frequentei e em bairros nos quatro estados e sete cidades do Brasil que já morei. Meu processo de tomada de consciência foi como a junção de um quebra-cabeças embaralhados sendo vistos por lentes de óculos embaçadas.

A primeira peça foi percebida na cidade do Rio de Janeiro, próximo aos meus 7 ou 8 anos de idade enquanto brincava em um condomínio fechado no subúrbio da capital. Me recordo de apelidos pejorativos em relação aos meus lábios grossos, cabelos crespos e nariz. Lembro de ter mordido os lábios até meus 13 anos com a intenção de esconder o tamanho depois de já ter ouvido falar tanto. Aos 10 anos, na cidade de Manaus, em um colégio particular, fui chamada de macaca por uma menina que brigou comigo por motivos que não me lembro muito bem, mas a palavra macaca me marcou, mesmo sem entender muito bem por que ser insultada dessa forma. Mas ainda não foi o suficiente para eu compreender quem eu era e como aquelas palavras teriam tanto efeito sobre mim ao longo de minha trajetória.

Até que aos meus 15 anos, eu um colégio federal, onde todos vestem os mesmos uniformes e, no qual ainda me sentia igual a todos, mesmo continuando sendo exceção em números, tive a segunda sacudida nas peças do quebra cabeça. Foi quando eu ouvi a frase ‘’ tu é preta, poderia ter roubado’’, quando alertei um colega de classe a não deixar itens de valor em cima de sua mesa de estudos, no intervalo do recreio, pois poderiam roubar. Tendo em vista que, naqueles últimos dias estavam sumindo materiais de outros alunos no interior do colégio e, que tempos depois descobriram que os roubos estavam sendo realizados por uma aluna com problemas psicológicos, segundo as informações que circulavam pelos corredores. Aquela frase foi tão dolorosa e inesperada que eu paralisei quando ouvi. Arregalei os olhos não acreditando que aquilo estava acontecendo comigo. A notícia havia corrido todos os corredores do colégio de normas rígidas. Até que fui chamada pelo dirigente do colégio para me retratar sobre o ocorrido. Eu passei de vítima do racismo que acabara de sofrer para a culpada daquela situação, devido a repercussão que aquela situação ocasionou. Fui orientada pelo diretor a falar para os meus pais não prestarem queixas na delegacia (não abrirem boletim de ocorrência), pois aquilo seria normal acontecer já aquele ‘’menino’’ não estaria acostumado a ter pessoas negras em seu convívio social.

Essa justificativa se repetiu também em uma saída em uma empresa quando tinha cerca de 21 anos (por opção minha após episódios de estresse pela alta carga de trabalho atribuída a mim e pelas situações de assédios sexuais vividas no ambiente de trabalho). Após eu anunciar meu pedido de saída, o empregador disse que seria ‘’uma pena’’ eu optar por sair, já que ‘’não esperava que eu tivesse tanta capacidade assim de dar conta de tanta demanda de serviço’’ e que ele ‘’nunca havia convivido antes com pessoas negras’’. Foi perceptível o subjugamento.

Em ambos os casos, houve a ausência de responsabilidade pela fala em ambos os argumentos que eximem prejuízo aos agressores justificado por não terem o convívio com pessoas negras em seus espaços de convívios sociais e familiares. Como se eu fosse a culpada

pelas agressões diretas e indiretas sofridas e proferidas contra mim. Maria Nilza Santos em uma publicação de 2007 intitulada por ‘’O negro no Brasil: um problema de raça ou classe ‘’ argumenta que há a transferência de culpa para o nível individual pela existência do preconceito e da discriminação racial, atribuindo ao próprio sujeito negro por ocupar uma posição inferiorizada na sociedade.

As peças continuaram a aparecer, mas ainda não eram tão claras quanto ao meu lugar. Quando comentava com amigos as sensações que tinha sobre os olhares, sentimento de perseguição em supermercados e lojas, sensação de causar incômodos ao adentrar bares ou restaurantes (ocupados por pessoas majoritariamente brancas) em Porto Alegre, eu ouvia na maioria das vezes que estava com ‘’mania de perseguição’’ e aquilo era coisa da minha cabeça.

Por muitos anos acreditei que fosse isso mesmo. Tive diversas vezes mais a minha capacidade sendo questionada ‘’ah, mas é graduação mesmo ou é um curso em gestão que tu fez?’’, ‘’ah, você fala mesmo inglês?”, ‘’mas é mestrado ou especialização?’’, ‘’especialização qualquer um faz, é só pagar’’, ‘’você nem precisa estudar tanto assim’’, ‘’ela vai deixar nossa empresa para se tornar dona de casa’’, ‘’vai pra cozinha onde é o teu lugar’’, ‘’essa especialização nem serve para nossa empresa, não vou mandar isso para aprovação de incentivo ao estudo do funcionário’’. E foram muitos outros questionamentos e subjugamentos ouvidos.

Na pós-graduação (especialização) na área de gestão de pessoas que realizei antes de ingressar no presente curso de mestrado acadêmico em Administração, desenvolvi meu trabalho de conclusão sobre a gestão de conflitos entre diferentes gerações em uma empresa de economia mista sem fins-lucrativos. Meu interesse por gestão de pessoas já havia iniciado na graduação, quando desenvolvi o trabalho de conclusão sobre ações de bem-estar no trabalho em um órgão público federal localizado na cidade de Porto Alegre.

Contudo na especialização, meu questionamento era compreender melhor como se relacionam as diferentes gerações dentro das empresas e como gerenciar os conflitos. Essa curiosidade foi despertada pela minha própria vivência, um questionamento interno tentando compreender sensações que sentia nos locais de trabalho pelos quais transitava, rotatividade vivida, poucas chances de efetivação e outros. Eu questionava se as características da geração Y (criatividade, desapego a instabilidade, desejo por encarar novos desafios) influenciavam na percepção ou era eu o ‘’problema’’? Então, ainda com as lentes dos óculos embaçadas, mas enxergando as peças do quebra-cabeças, desenvolvi meu projeto de pesquisa para o processo seletivo de mestrado sobre a entrada de jovens no mercado de trabalho a partir da participação no programa Jovem Aprendiz, questionando se o Estado criou o programa para suprir uma

demanda da mão-de-obra do mercado ou, se de fato, promover desenvolvimento e qualificação que possibilita a entrada no mercado de trabalho.

No entanto, ainda não havia me detido a necessidade do olhar específico às mulheres negras, sem perceber que existem intersecções de raça, gênero e classe social que as atravessam. Acreditava que os jovens em condições de vulnerabilidade social e minorias (portadores de deficiências, baixa renda, indígenas, homossexuais e lésbicas) correspondem ao mesmo grupo. Até que após uma disciplina de gestão de pessoas do próprio curso de mestrado em Administração da FURG, presenciei um debate de um texto sobre gestão da diversidade em empresas e sobre democracia racial, que logo me aguçou o anseio por aprofundar a compreensão sobre a inexistente da equidade de ocupação de cargos e oportunidades.

Então, dialogando com meu orientador sobre a motivação em direcionar o estudo sobre a entrada de mulheres negras no mercado de trabalho a partir da participação no Jovem Aprendiz, ele me apresentou a Teoria da Interseccionalidade. Essa teoria corresponde a um dos conceitos do feminismo negro, difundida pela estadusinedense Kimberle Crenshaw (1989), aborda as intersecções que as mulheres negras se encontram demarcadas por contextos históricos, políticos, econômicos que as colocam em avenidas que cruzam raça, gênero e classe social. Esse instrumento metodológico seria então uma possibilidade de responder o questionamento do estudo.

E paralelamente nos corredores, os questionamentos que surgiram após a escolha desse tema foi: o que a Teoria da Interseccionalidade tem a ver com Administração? Por que falar de mulheres negras no mercado de trabalho? Qual o grau de importância desse estudo?

> Falar de racismo, opressão de gênero, é visto geralmente como algo chato, ‘’mimimi’’ ou outras formas de deslegitimação. A tomada de consciência sobre o que significa desestabilizar a norma hegemônica é vista como inapropriada ou agressiva, porque aí se está confrontando o poder. (DJAMILA RIBEIRO, 2018)

Além da possibilidade de responder ao questionamento da pesquisa, como também a tantas perguntas sobre minha trajetória de vida vivida até o presente momento e ampliar meus horizontes para a continuidade do aprendizado. Essa teoria, apesar de não ser mais o objeto de estudo desta dissertação após receber os apontamentos da banca examinadora na etapa de qualificação do projeto, a Teoria da Interseccionalidade me possibilitou trilhar o caminho para a execução dessa dissertação. Possibilitou compreender em que lugar a mulher se encontra em uma hierarquia social e que existem barreiras de acesso ao mercado de trabalho para a tentativa de continuidade das hierarquias sociais e raciais estabelecidas pelos detentores de poder hegemônico.

> Pensar em feminismo negro é justamente romper com a cisão criada numa sociedade desigual. Logo, é pensar em projetos, novos marcos civilizatórios, para que pensemos um novo modelo de sociedade. Fora isso, é também divulgar a produção intelectual de mulheres negras, colocando-as na condição de sujeitos e seres ativos que, historicamente, vêm fazendo resistência e re-existências (CARLA AKOTIRENE, 2018).

Essa dissertação é acolhida pelos pensamentos do feminismo negro. É sobre uma luta iniciada muito antes de mim. É uma tentativa de contribuir para o desafio de aliviar o sofrimento de nossas ancestrais. É um elo a intuição que guiou até aqui. Utilizo esse espaço acadêmico ascendido para falar sobre nós, mulheres negras, à margem de um modelo de sociedade que nos exclui do mercado formal e que tem o Estado como reprodutor legal dessa lógica que favorece a ocupação de espaços de privilégios.

Boa leitura!

1 INTRODUÇÃO

Para iniciar esta breve apresentação do estudo, é importante contextualizar o impacto que o período colonial trouxe para as estruturas sociais que permanecem racializadas pelo passado escravista. As marcas deixadas, configuram as atuais estruturas desiguais que dificultam que mulheres negras acessem o mercado de trabalho.

Nos primeiros séculos de formação do país, o trabalho forçado de homens e mulheres negras sob a condição de escravidão e servidão sustentaram os pilares econômicos do Brasil (BERNADINO-COSTA, 2015). O período colonial nas Américas ocorreu dentro de um processo de expansão do capital comercial, momento em que a Europa almejava alcançar o mundo inteiro. As comarcas europeias incumbiram o capitalismo moderno, com a exploração sistemática do trabalho forçado dos escravos negros arrancados da África pelos traficantes (GALEANO, 1978). Nesse período, o Estado se abstinha de qualquer intervenção nas operações econômicas das plantações, apenas taxava os produtos exportados através de dízimo e impostos de exportação. Eram inexistentes as limitações legais ao direito do proprietário de forçar os seus escravos a trabalharem o tempo que fosse necessário e poucos obstáculos a que estes fossem punidos ou até mesmo mortos (LAGO, 1988).

Mesmo após a abolição da escravatura, no entanto, não ocorreu a superação da hierarquia racial e de gênero constituída no período colonial. Os corpos de homens e mulheres negras permanecem sob controle do padrão de dominação até os dias de hoje (BERNARDINO-COSTA, 2015). A população liberta continuava a se abster de trabalhar nas plantações, ainda que alguns "moradores" das áreas açucareiras mais densamente povoadas certamente já cultivassem alimentos diretamente, sem a ajuda de escravos. Na criação de gado, coexistiam propriedades trabalhadas por escravos com grandes propriedades empregando pequeno número de peões livres. Estas últimas estavam principalmente localizadas mais para o interior. O sistema de remuneração prevalecente, que envolvia o pagamento em cabeças de gado, tendia a prover o "capital" inicial para que peões pudessem vir a se tornar uma classe de pequenos criadores independentes, contanto que eles pudessem ter acesso à terra. Porém, também no interior, a terra era doada através de sesmarias, para um número comparativamente pequeno de proprietários. (LAGOS, 1988)

Na formação do mercado de trabalho livre no período após a ‘’abolição’’ da escravatura, a ocupação de imigrantes recém-chegados em terras brasileiras foi crucial

para a manutenção das estruturas sociais abarcadas pelo Estado. Com uma política de estado racista que proibia a circulação de pessoas em espaços públicos, tampouco em contratações laborais, as mulheres negras encontram barreiras para ocuparem postos de trabalho que eram ofertados aos seus concorrentes estrangeiros. Dessa forma, as mulheres negras permanecem sujeitas a determinadas funções, sobretudo de trabalhadoras domésticas (FERNANDES, 2008).

A trajetória do mercado de trabalho no Brasil permeado pelos processos coloniais é um desafio devido às particularidades existentes nos espaços de formação econômica e social. Os resquícios do período colonial estão presentes atualmente e refletem nas ocupações de postos de trabalhos formais. O mito da democracia racial manifesta-se cotidianamente, produzindo sofrimento, privações de maneira brutal através do desemprego, terceirizações, falta de acesso à educação, saúde, transporte, moradia e etc. (SILVA, 2016). O racismo no Brasil acontece de forma velada. Silvio de Almeida (2019, p.48) esclarece que em uma sociedade em que o racismo faz parte do cotidiano, as instituições que não tratam de maneira ativa o combate às desigualdades sociais e o problema de desigualdade racial, reproduzem práticas racistas ditas como ‘’normais’’ em toda a sociedade. E sendo o racismo estrutural um processo político que influencia em toda sociedade.

Segundo Oliveira e Tavares (2017), um dos grupos que mais sofrem são as mulheres negras. Esta desigualdade é expressa pela violência, exclusão no mercado de trabalho, desigualdades salariais, trabalho formal, entre outros. Como Grada Kilomba menciona, as mulheres negras correspondem ao ‘’outro’’, por ser mais difícil a relação de reciprocidade entre as mulheres como uma categoria única.

> Nesse esquema, a mulher negra só pode ser o outro, e nunca a si mesma. […] Mulheres brancas tem um oscilante status, enquanto si mesmas e enquanto o “outro” do homem branco, pois são brancas, mas não homens; homens negros exercem a função de oponentes dos homens brancos, por serem possíveis competidores na conquista das mulheres brancas, pois são homens, mas não brancos; mulheres negras, entretanto, não são nem brancas, nem homens, e exercem a função de o “outro” do outro (KILOMBA, 2008).

O feminismo negro permite discutir sobre avenidas identitárias de racismo, cisheteropatriarcado e capitalismo e produzir campo reflexivo que permite socorrer questões que o feminismo universal concebido por mulheres brancas de classe média estadunidense não possibilitavam avaliar, como traz o discurso de Sojerner Truth ‘’ E eu não sou mulher?’’. O discurso de Truth em 1843 evidenciava um dilema estrutural, no qual o feminismo hegemônico enfrentaria o desafio sobre a universalização da categoria

da mulher. O discurso aconteceu em contestação dos privilégios estendidos às mulheres brancas, excluindo as mulheres negras nesse contexto (RIBEIRO, 2017). Este questionamento permanece presente quando se observa a posição ocupacional e as proporções de raça e gênero no país.

No Brasil, a proporção de rendimento médio recebido pela mulher branca ocupada em relação ao de homem branco ocupado (76,2%) é menor do que a da mulher de cor preta ou parda (54,91%) em relação ao homem do mesmo grupo de cor ou raça (IBGE, 2016). Sueli Carneiro (2003) aponta que é conhecida a distância que separa negros e brancos no país no que diz respeito à posição ocupacional, as proporções são ainda maiores quando gênero e raça é levado em consideração. A autora compreende que a articulação racial no âmbito deste padrão de poder produz gêneros subalternizados, gerando tanto identidades femininas estigmatizadas, como a das mulheres negras em relação às mulheres brancas e aos homens brancos, quanto identidades masculinas subalternizadas dos homens negros, com prestígio inferior ao do gênero feminino do grupo racialmente dominante

Conforme o relatório do IBGE (2018), a taxa de desocupação para negros e pardos, mulheres e jovens é a maior, compondo 14% enquanto brancos são 9,5%. As diferenças salarias entre brancos e pretos são alarmantes, enquanto brancos recebem 73,9% a mais que os negros. Além do mais, os dados do IPEA (2014) complementam que a maioria das famílias chefiadas por mulheres no Brasil são comandadas por mulheres negras (51,11%), sendo 70% destas consideradas mulheres ‘’solitárias’’ (sem cônjuge) e com filho.

No entanto, nas últimas duas décadas no Brasil, políticas de emprego para os jovens avançaram significativamente, constituindo-se como um segmento à parte das políticas de emprego, que visam oferecer integração entre ações de qualificação, intermediação e inserção produtiva. Guimarães e Almeida (2018) compreendem que os avanços significativos são necessários em relação à melhoria dos cursos e à coordenação e a combinação das ações, de forma que possam contribuir para melhores chances de inserção produtiva para o público jovem.

Nesse sentido, partindo de uma política pública de inserção de jovens no mercado de trabalho que articula o aprendizado com a atividades laborais práticas em empresas, tendo a qualificação desses jovens sob a responsabilidade de organizações de interesse público e a contratação por parte de critérios das empresas contratantes, levanta-se o seguinte questionamento: **como se dá a inserção de mulheres negras no mercado de**

trabalho em Rio Grande (RS) a partir da participação no programa Jovem Aprendiz?

Assim, o objetivo geral da pesquisa é analisar como se dá a entrada da mulher negra no mercado de trabalho através da participação de uma política pública. Para atingir tal objetivo, estabeleceu-se como objetivos específicos: evidenciar a trajetória de vida de mulheres negras até o acesso ao mercado de trabalho; identificar as barreiras percebidas no acesso ao mercado.

A problemática se justifica pela necessidade de evidenciar as trajetórias de vida de mulheres negras e as barreiras que encontram até acessarem seus primeiros empregos. Tem como proposta trazer para o campo da Administração, a realidade da mulher negra, procurando identificar a questão estrutural que interfere nas relações de trabalho. De acordo com Santos et al (2017), as mulheres negras são a parcela mais pobre da sociedade brasileira. As taxas mais altas de desemprego, menores rendimentos e as piores condições de trabalho são ocupadas por elas. Na maioria dos casos, as mulheres negras ocupam cargos de baixos salários, desvalorizados, subalternos, com baixos salários, devido à pouca qualificação profissional por falta de oportunidades, têm maior dificuldade de completar a escolarização, sem contar com as mínimas chances de alcançar cargos de chefia e direção que refletem a baixa qualidade de vida social.

É importante acrescentar que a proposta do estudo não é analisar a implementação da política pública que as jovens negras deste estudo participam/participaram para a sua formação profissional, mas sim evidenciar as trajetórias a partir de suas histórias de vida.

O estudo divide-se em quatro etapas: a primeira compreende a introdução, na qual apresentam-se as justificativas para o estudo, o tema de pesquisa, objetivo geral, objetivos específicos e justificativa.

Na segunda etapa, apresenta-se a revisão de literatura dividida em dois capítulos: Feminismo negro e Políticas Públicas de inserção de jovens no mercado de trabalho. A seguir apresenta-se a estrutura da revisão teórica:

Quadro 1 - Estrutura da Revisão teórica

Revisão Teórica	
<u>Feminismo Negro e o contexto do trabalho</u> Colonialismo e a formação das estruturas sociais Condições de trabalho no período de abolição da escravatura Perspectivas de raça e gênero Precariedade no trabalho e a relação com gênero e raça	**<u>Políticas Públicas de inserção no mercado de trabalho</u>** -Programas de inserção de jovens no mercado de trabalho - Programa Jovem Aprendiz

Fonte: Elaborado pela autora (2020)

Na terceira etapa do estudo, apresenta-se a metodologia. Trata-se de um estudo exploratório descritivo, com abordagem qualitativa, utilizando o método estudo de caso. A coleta foi realizada através de entrevistas semiestruturadas. A delimitação do estudo foi para jovens negras a partir de 18 anos que participaram da política pública Jovem Aprendiz. A amostra foi selecionada por conveniência. Por fim, na análise e discussão de resultados que compreende a quarta etapa, onde são apresentadas as análises dos dados coletados.

2 REVISÃO TEÓRICA

Para iniciarmos essa etapa do estudo com reflexões sobre a contextualização histórica a partir do período colonial, tendo por intuito colaborar para a compreensão das sucessivas relações de exploração, precariedade no trabalho e espaços desiguais de acesso conduzido pelo racismo estrutural instaurado por esse período e que reverberam nos dias atuais. Em seguida, são apresentadas algumas das políticas públicas de inserção de jovens no mercado de trabalho e em específico, o Jovem Aprendiz instituído pela Lei da Aprendizagem.

2.1 Feminismo negro e o contexto do trabalho

O pensamento feminista resulta da construção de pensamentos políticos, teóricos e práticos que está longe de ser considerado unificado. Alguns conceitos atravessam o tempo e perpassam até os dias atuais. No final dos anos 1990, no debate internacional, os conceitos emergiram demonstrando as diversas categorias que permeiam a articulação de gênero, social e racial (PISCITELLI, 2008). A categoria de gênero, por exemplo, conforme Buttler (2003), inclui direitos sexuais, que inclui o direito de pessoas trans e intersex, transgêneros que sugere que o gênero se transfere para além do binarismo homem e mulher.

Sueli Carneiro (2003) considera a luta do feminismo negro bastante importante para as conquistas obtidas no mercado de trabalho. O movimento de mulheres negras vem elucidando essa distância entre negros e brancos, assumindo dimensões ainda mais intensas no tocante a gênero e raça quando é levado em consideração.

Para a autora, os diferentes retornos obtidos pelas mulheres de uma luta que se estimava ser universalizante emanava insustentável a ausência do reconhecimento da consequência do racismo e da discriminação racial nos processos de seleção e alocação da mão-de-obra feminina. Tendo em vista que as desigualdades permanecem mesmo quando controladas as condições educacionais. Ou seja, a justificativa do quesito de “boa aparência”, um eufemismo denunciado pelas mulheres negras como uma forma sutil de barrar as progressões dos negros, todavia das mulheres negras, em particular, evidenciava em números o potencial discricionário que permeia o mercado de trabalho (CARNEIRO, 2003, p. 121).

São diversos os olhares e exige a ampliação da concepção e o protagonismo do feminismo no país. Isso permite o combate ao racismo ser uma prioridade política para as mulheres negras (CARNEIRO, 2003).

Enegrecer o movimento feminista, de acordo com Carneiro (2011) condiz a incluir na agenda do movimento das mulheres o efeito que a questão racial tem na caracterização da violência contra a mulher negra; instituir a crítica aos processos de recrutamento e seleção no mercado de trabalho que exigem a "boa aparência", o que reproduz as desigualdades e privilégios entre as mulheres brancas e negras, instituir a crítica aos processos de recrutamento e seleção no mercado de trabalho que exigem a "boa aparência", que reproduz as disparidades e privilégios entre as mulheres brancas e negras.

Lélia Gonzales (1984) traz discussões bastante importantes a respeito da trajetória do movimento feminista no Brasil. A primeira refere-se às contradições que historicamente marcaram a trajetória das mulheres negras no interior do Movimento Feminista Brasileiro, e a segunda refere-se à crítica fundamental que a ação política das mulheres negras introduziu no feminismo e que vem alterando significativamente suas percepções, comportamentos e instituições sociais. A importância dessa disputa ideológica no campo político dos feminismos é destacada por Carneiro (2003). De acordo com a autora,

> a diversificação das concepções e práticas políticas que a ótica das mulheres dos grupos subalternizados introduz no feminismo é resultado de um processo dialético que, se, de um lado, promove a afirmação das mulheres em geral como novos sujeitos políticos, de outro exige o reconhecimento da diversidade e desigualdades existentes entre essas mesmas mulheres. (CARNEIRO, 2003, p.119).

González (2008) compreende que as concepções do feminismo brasileiro passaram por duas dificuldades: o viés eurocentrista, ao estabelecer a omissão da questão central de raça nas hierarquias de gênero que se situam na sociedade, e ao tornar universal os valores de uma cultura ocidental determinantes para o conjunto das mulheres, sem as intervenções que os processos de dominação, violência e exploração que estão na base da interação entre brancos e não-brancos. Nesse sentido, constitui-se em mais um meio de articulação do mito da democracia racial e do ideal de branqueamento. Por outro lado, também demonstra uma distância da realidade vivida pela mulher negra ao recusar toda uma história feita de resistências e de lutas, em que essa mulher tem sido protagonista graças à dinâmica de uma memória cultural ancestral, que nada tem a ver com o eurocentrismo desse tipo de feminismo.

Sueli Carneiro (2003) compreende que essas ponderações vêm promovendo o engajamento das mulheres negras nas lutas gerais dos movimentos populares e pelos Movimentos Negros e Movimentos de Mulheres nos planos nacional e internacional, visando assegurar a agenda específica das mulheres negras. Desde meados da década de 1980, tal processo vem resultando em criações de organizações de mulheres negras que atualmente se espalham em nível nacional. Fóruns específicos de discussões programáticas e instâncias nacionais organizativas das mulheres negras no país a partir dos quais os temas fundamentais da agenda feminista são desenvolvidos pelas mulheres negras referente ao efeito do racismo e da discriminação racial (CARNEIRO, 2003).

Na sociedade brasileira, o feminismo, tal como outros movimentos sociais, esteve conduzido pela visão eurocêntrica e que universaliza as mulheres como única categoria. As consequências disso trazem mulheres que foram invisibilizadas, corpos marcados e vozes silenciadas por estigmas de mulheres que são vítimas de outras configurações de opressão além do sexismo que permanecem de tal forma. Essas denúncias têm reelaborado as práticas feministas e os discursos. E o elemento propulsor e determinante para tal mudança da prática e política feminista no Brasil se deve ao emergente movimento de mulheres negras (CARNEIRO, 2003, p.118).

De acordo com Carlos Hasenbalg (2015), existe o reconhecimento, por parte de autores, da possibilidade de influência de pensamento quando se visita o hemisfério sul, como citar por exemplo, Gail Lewis (2009). Segundo o autor, existe a preocupação em evitar a colonização do pensamento de teóricas de países em desenvolvimento em detrimento de formas específicas de reflexão feminista. No entanto, já existem pesquisas baseadas em países do hemisfério sul global que tratam de tais temáticas, citando também como exemplo o levantamento da produção interseccional latino-americana efetuado por Viveros Vigoya (2008) que apresenta uma configuração contemporânea das discussões estadunidenses e europeias do campo feminista interseccional (HASENBALG, 2005).

Tendo em vista que já se tem produção nos contextos regionais com suas respectivas realidades, algumas autoras, demonstram a impossibilidade de teorizações sobre interseccionalidade a serem desenvolvidas fora do centro (estadunidense e europeu), ou no hemisfério sul. É como se a construção da teoria interseccional viesse de uma prerrogativa inquestionável de teóricas feministas de países desenvolvidos. Ou seja, um quadro epistemológico que se possivelmente se caracterizaria como eurocêntrico e estadunidense (HENNING, 2015).

Nos Estados Unidos, bell hooks (2015) pontua que o feminismo não se originou a partir da perspectiva das mulheres oprimidas, que não têm poder sobre mudar suas vidas, vítimas de massacres mentais diários ou espiritualmente. A luta das mulheres iniciou a partir das mulheres de classe média e alta, brancas, casadas, com formação acadêmica, que entediadas de ficarem em casa ansiavam por algo a mais (BELL HOOKS, 2015).

Foram esquecidas nesse processo, as mulheres não brancas de seus trabalhos domésticos que lhes serviam, cuidadora de crianças, mulheres solteiras e sem filhos, prostituta, empregada de balcão. O discurso do feminismo que universaliza as mulheres em uma só categoria denota atitudes classistas, racistas e sexistas relativamente às massas de mulheres americanas. As pautas iniciais do feminismo levantadas por essas mulheres brancas abordavam a perspectiva de gênero e o sexismo, pelo condicionamento de ficarem em casa sendo graduadas (BELL HOOKS, 2000).

É fundamental notar as diferenças entre os movimentos de mulheres (sentido amplo) e movimentos feminista. Para Claudia Pons (2012), existem as tensões na consolidação de limites entre movimento de mulheres e movimento feminista e, argumenta a favor de uma distinção entre os dois, pois considera o movimento de mulheres como um sentido abrangente. Na compreensão de Jurema Werneck mencionada por Pons (2012), o movimento de mulheres negras remete a uma identidade política constituída por mulheres, a partir da reivindicação do passado histórico de luta comum. A autora tem a compreensão de que enfrentar o racismo é fundamental, pois corrobora o combate da reprodução de desigualdades entre mulheres e homens e, também, entre mulheres. E que essas desigualdades são acentuadas pela força do sexismo e do heterossexismo.

Para a compreensão da reivindicação do passado histórico e o racismo presente no contexto social brasileiro, no próximo tópico apresenta-se uma contextualização histórica da formação das estruturas sociais no país a partir do período colonial.

2.1.1 Colonialismo e a formação das estruturas sociais

É importante a contextualização da trajetória histórica de formação do Estado Brasileiro para a compreensão da configuração de mercado de trabalho estratificado pelas desigualdades sociais que permeiam os dias atuais. Silva (2019) afirma que o colonialismo, para além da acumulação capitalista, forneceu a lógica de segmentação racial, territorial, étnica, religiosa na relação de sujeito/objeto e centro/periferia em função

do saber e do poder. Esse período foi decisivo para a construção cultural e de identidade das europeias e as quais foram invadidas por elas. Para Aníbal Quijano (2002, p.23), o colonialismo transcende um período e permanece atualmente. Um território estrangeiro, a imposição e a dominação das estruturas de poder sobre os outros construiu a sociedade atual em que vivemos.

O colonialismo na história do Brasil atua como lógica segmentadora racial, territorial, étnica, religiosa na relação de sujeito/objeto e centro/periferia em função do saber e do poder. O período colonial foi somente importante para a acumulação capitalista, mas também para a construção identitária e cultural das nações europeias e das nações que foram invadidas por estas (SILVA, 2019). O impacto dessa formação reverbera nas estruturas sociais estabelecidas até os dias atuais.

A estrutura brasileira escravista descrita por Mattoso (1990, p.11) seria "um corpo social de dupla estrutura" devido à presença do trabalho escravo e pelas distinções sociais acarretadas pelos acumulados números de escravos para os brancos detentores de suas empresas no período colonial. Até mesmo os pequenos agricultores também eram donos de escravos e os que não possuíam nenhum escravo eram subordinados a algum ''coronel''. Adicionalmente, uma sutil hierarquia social foi se construindo entre os escravos, por meio da mestiçagem, estabelecendo membranas internas a esse grupo.

Lago (1988, p.320) diz que as abundantes extensões de terras férteis, muito pouco povoadas, ao longo da costa foram facilitadas aos colonizadores por meio de adoção legal e gratuita de grandes áreas de terra. Os grandes proprietários de terras no país recebiam suas terras com a garantia do Estado, que compreendia que necessitava apenas de trabalhadores em número suficiente para cultivar seus extensos domínios e que apresentasse condições para o cultivo das plantações da cana-de-açúcar.

O autor explica que a produção de açúcar em larga escala foi concedida através da obtenção de inúmeros escravos africanos em um curto espaço de tempo. Tornar-se grande senhor de engenho plantador de cana-de-açúcar não demandava de muitos recursos, pois o que era necessário era apenas um investimento inicial em escravos e equipamentos para as pequenas áreas com cana-de-açúcar ou culturas de subsistência, até mesmo para suprir os engenhos. Entre esses, foram trazidos à força para o Brasil, exilados religiosos ou políticos e criminosos. Também vieram voluntariamente imigrantes, pessoas de poucas posses que se dedicaram com ou sem escravos em suas atividades (LAGO, 1988)

No sentido marxista, o modo de produção escravista compreendido no sistema econômico que veio a prevalecer nas zonas açucareiras do Brasil detinha de quatro elementos necessários. Os quatro elementos são: o trabalho escravo era a única base de produção do sistema de trabalho; os escravos trabalhavam em turmas nas propriedades, diferentemente dos servos europeus que trabalhavam separados nos meios de produção; os escravos eram considerados mercadorias e; o escravo também representava uma forma de capital, os proprietários perceberam que os escravos representavam um produto e estes eram vendidos como uma mercadoria (LAGO, 1988).

No final do século XVII, não havia intervenção do Estado na operação econômica das plantações, apenas a taxação sobre os produtos exportados, nas formas de dízimo e impostos de exportação (LAGO, 1988).

A partir dessa colocação de Lago (1988), é possível perceber que desde o início da formação do Estado Brasileiro, os corpos negros foram demarcados como propriedade na acumulação do capital através da mão-de-obra forçada. O Estado foi formulador dessa prática desumana em prol da acumulação de capital.

Para a produção de açúcar, o trabalho se constituía de maneira intensa. A expansão da produção dependia da crescente mão-de-obra combinada com a apropriação de terras. A produção de açúcar passava por dois estágios: a fase da plantação e a fase industrial. A primeira correspondia ao plantio de cana-de-açúcar e a segunda, ao processamento do açúcar nos engenhos. O aumento da produção em quaisquer uma das fases, dependia diretamente do aumento da oferta de mão-de-obra. Na ausência desse progresso, as terras poderiam ser abandonadas por anos após a ocupação de novas terras (LAGO, 1988).

A oferta de mão-de-obra dependia exclusivamente do tráfico de escravos da África devido a massiva presença destes nas plantações de cana-de-açúcar. A taxa de natalidade entre os escravos era baixa para a demanda dos engenhos bem como a expectativa de vida era expressivamente inferior. Isso acontecia devido a legalidade para o tráfico africano, sendo apenas taxados os impostos sobre cada escravo negro que fosse importado. Não havia obstáculos para deslocamento de africanos entre as propriedades no campo e na cidade (LAGO, 1988).

As empresas (os engenhos) dependiam do mercado internacional. O Estado havia disponibilizado as terras e o investimento em equipamentos, a rentabilidade dependia dos preços do açúcar e dos escravos. Em momentos de crise, os engenhos investiram em escravos a fim de retornar a importação para que as perspectivas de mercado melhorassem.

> Nas regiões produtoras de açúcar, apesar de a população livre, mas sem recursos ter gradualmente menos acesso a terras de boa qualidade (na medida em que prosseguia a apropriação pela classe de grandes proprietários), ela ainda tinha ocupações alternativas ao trabalho no campo em turmas. Estas incluíam a possibilidade de ser posseiro em terras alheias ou de se tornar arrendatário dependente, morador ou agregado em plantações, com alguma estabilidade: a possibilidade de tornar-se peão de gado no interior ou de trabalhar em atividades de transportes como tropeiro ou barqueiro; a opção de encontrar emprego nas plantações como capataz ou em ocupações mais especializadas; ocupações diversas no setor urbano ou até mesmo a de pescador ao longo da costa. Em todas essas atividades se encontravam também escravos, mas sua participação no emprego total era relativamente menos importante do que no trabalho braçal nos campos das plantações (LAGO, 1988, p.14).

É possível compreender que a importação de escravos se apresentava como uma necessidade fundamental para a economia do Brasil. A relação entre a expansão de terras estava diretamente relacionada com a demanda de mão-de-obra escrava. Portanto, o Estado atuava como o principal facilitador para tal lógica de acumulação sem estabelecer intervenção legal para os limites considerados sobre-humanos pelos quais os negros e negras eram submetidos, tendo em vista que eram vistos como produto. Lagos (1988) explica que os dados demográficos, ainda que fragmentados, sugerem a estimativa de total da população "civilizada" (excluindo os índios ‘’selvagens’’) passou de cerca de 60.000 por volta dos anos 1580 para aproximadamente cinco vezes nos anos de 1700, e que concomitantemente a população de escravos negros teve um crescimento acelerado para o alcance de 100.000 pessoas. No século XVII, a população escrava já atingia aproximadamente o total de 560.000 pessoas. Em relação à população livre, aumentou tanto através da imigração quanto através do resultado da miscigenação dos diversos grupos étnicos aqui presentes.

Esta breve apresentação da construção econômica do país baseada na expropriação da mão-de-obra compulsória de escravos africanos em prol da acumulação dos imigrantes europeus, remonta a atual estrutura de mercado em que vivemos. A libertação dos escravos sem qualquer garantia de subsistência, jogados à própria sorte, impediu que as gerações futuras prosperassem em condições igualitárias. O cenário de desigualdade social presente nos dias atuais tem relação direta com o pensamento colonial presente em nossa estrutura. O mesmo Estado que enxergava como produto seres humanos para a expansão de terras no período colonial, hoje permanece calado frente às condições materiais nitidamente desiguais e com tímidas ações reparatórias.

Esta formação histórica do Brasil reflete nas estruturas sociais que conduzem a população negra a condições precárias de trabalho e baixa renda que se vincula

diretamente às condições desiguais de vida. Mesmo após a ‘’abolição’’, negros e negras no Brasil continuam em situação de pobreza, além de sofrerem forte discriminação. Tal fato retrata os resquícios das sistemáticas opressões que o sistema escravocrata impôs a essa população que, mediante a estruturação do racismo na sociedade brasileira, se repete ao longo dos anos.

Sendo assim, a escravização de negros/as africanos/as no Brasil se constitui como uma das mediações que marcaram o processo da formação social do país e que mesmo após do referido sistema, a população negra foi introduzida numa sociedade cujo novo modo de produção criou mecanismos para restrição massiva dessa população ao mercado de trabalho fato que repercutiu diretamente nas suas condições de vida e trabalho. No tópico a seguir, apresenta-se a contextualização das condições de trabalho após o período de ‘’abolição’’ da escravatura.

2.1.2 Condições de mercado trabalho após período de abolição da escravatura

A formação dos ofícios de trabalhos nos países latino-americanos não respeitou as condições mínimas de dignidade humana, conforme as evidências presentes em diversos períodos históricos. De acordo com Mattoso (1990), eram multifacetadas as funções dos escravos para além das atividades centrais (cana de açúcar, café, algodão...). Havia os escravos da casa grande, escravos em minas, tropeiros, do negro de ganho, e assim por diante. E havia também escravos especializados, artesãos, no campo e nas cidades, submetidos a várias formas de coação e de “remuneração”. Com isso, não existia uma composição completa da classe social dos escravos, o que havia em comum era a subordinação e desempenho de funções sujeitas às classes dominantes.

Barbosa (2016) considera um desafio abordar sobre a trajetória do mercado de trabalho no Brasil devido aos processos coloniais permeados na formação econômica e social. Orientando-se pela formulação marxista, como foram expropriados, não havia espaço para venderem a sua força de trabalho. As possibilidades de expansão oriundas da acumulação de capital devido a redução dos custos do trabalho aumentavam os ganhos de produtividade. Tendo as atividades centrais do período colonial (açúcar, ouro, algodão etc.) predominantes pelo trabalho escravo, tornava os demais setores de atividade, tais como a agricultura de subsistência, pecuária, indústria como acessórios e subsidiários em relação àquilo que conferia o “sentido da colonização” (PADRO JR, 1942).

Ao final do século XVII, o sistema escravista brasileiro se articulou entre numeroso tráfico de escravos e das ininterruptas alforrias. Dessa forma, possibilitou o aumento da intensidade do tráfico, introduzindo grandes quantidades de africanos escravizados mantendo a ordem social escravista. Após a derrota de Palmares, as chances de sucesso foram reduzidas para as revoltas escravas e os grandes quilombos no Brasil. Não obstante, as autoridades portuguesas das colônias e seus representantes dos impérios do Brasil se opuseram desde o começo a negociar com quilombolas e revoltosos. Em oposição a essa posição política conformada ao quadro das relações de força entre senhores e escravos no Brasil, os ingleses e holandeses foram forçados a reconhecer em tratados de paz as conquistas que Maroon e Saramaca que alcançaram em campo de batalha (MARQUESE, 2006).

Marquese (2006) explica que um sistema escravista característico das colônias caribenhas inglesas e francesas do século XVIII, que tiveram desenvolvimento (em parte) na América portuguesa na primeira metade do século XVII. Com a mineração, a mudança foi acentuando o escravismo brasileiro. A instituição se propagou socialmente e de forma espacial. Com isso, a dispersão da posse de escravos pelo tecido social gerou a criação de hierarquias étnicas e culturais de bastante complexidade.

O sistema escravista no Brasil em comparação a escravidão norte americana foi extremamente predatório, com taxa de mortalidade dos escravos brasileiros muito maior. A transição do trabalho escravo para o livre não estabeleceu relação com a transição para trabalho capitalista ou assalariado. Pois, muitos daqueles que foram libertos, não foram inseridos nos modos de produção e ficavam dispersos em todo território nacional, sujeitos a limitados meios de sobrevivência girando em torno das grandes propriedades (CARDOSO, 2008).

Historicamente a constituição do mercado de trabalho se dá pela incorporação de "regras" sociais que orientam as estratégias que eles utilizam no interior deste mesmo campo. Nesse sentido é necessário conhecer o histórico inerente ao modo em que se estruturam as relações no campo, bem como as diferentes posições que os agentes ocupam (OLIVEIRA; PICCININI, 2011).

As relações que permeiam as estruturas sociais a partir do mercado de trabalho são mantidas a partir da incorporação da posição que ocupam, as regras pelas quais podem jogar que, por sua vez, definem as estratégias que podem ser utilizadas. Nesta perspectiva, o *habitus*, entendido como um elemento, é capaz de levar à naturalização da forma pela

qual são conduzidas as relações entre os agentes dentro do campo. (OLIVEIRA; PICCININI, 2011).

A concepção sobre a segmentação do mercado de trabalho é habitualmente utilizada para compreender a alta desigualdade de renda existente. A concentração de renda seria decorrente de uma elevada desproporção entre os salários dos trabalhadores, mesmo com capacidades produtivas similares, em função da existência do mercado formal e mercado informal. Os trabalhadores do segmento formal os trabalhadores com "carteira assinada" são protegidos pela legislação trabalhista, enquanto que, no informal, os trabalhadores não gozam de todos os benefícios legais (OLIVEIRA; PICCININI, 2011).

A compreensão do mercado de trabalho dentro da perspectiva econômica com a interferência do Estado como um agente regulador, se dá por meio de dados numéricos em determinado período, passando a noção de uma "fotografia" do mercado. No entanto, não consideram seu caráter dinâmico. Embora sejam utilizadas uma série de fatos históricos, enfatizando as alterações que ocorreram ao longo do tempo, há pouca exploração sobre os motivos pelos quais essas transformações ocorreram e ocorrem e quais ações empreendidas pelos atores envolvidos (OLIVEIRA; PICCININI, 2011).

Na perspectiva sociológica de Bourdieu, as relações de poder se estabelecem entre os diferentes agentes, que possibilita uma nova compreensão do conceito de mercado. Com isso, é imprescindível destacar a ideia de campo proposta pelo autor. Segundo Bourdieu (2001 apud OLIVEIRA, PICININI, 2011),

> A noção de campo marca a ruptura com a lógica abstrata da determinação automática, mecânica e instantânea do preço em mercados entregues a uma concorrência sem limites: é a estrutura do campo, isto é, a estrutura de força (ou de relações de poder) entre empresas que determina as condições em que os agentes são levados a decidir (ou negociar) os preços de compra (de materiais, de trabalho, etc.) e os preços de venda - vemos que, invertendo totalmente a imagem que temos de "estruturalismo", concebido como uma forma de holismo implicando a adesão a um determinismo radical, esta visão da ação restitui aos agentes uma certa liberdade de jogo, mas sem esquecer que as decisões não passam de opções entre possíveis definidos, nos seus limites, pela estrutura do campo e que as ações devem a sua orientação e a sua eficácia à estrutura das relações objetivas entre aqueles que as desenvolvem e aqueles que as sofrem. [...] E é essa estrutura social específica que comanda as tendências imanentes aos mecanismos do campo e, ao mesmo tempo, as margens de liberdade deixadas às estratégias dos agentes. Não são os preços que fazem tudo, é o todo que faz os preços (BOURDIEU, 2001, p. 242-243).

Segundo Bourdieu, a relação de força vigente é transformada ou conservada pelos campos de lutas e de ação que são construídas socialmente em campo de forças onde os agentes são dotados de recursos (sociais, econômicos, tecnológicos, etc.). Nestes espaços,

são empreendidas ações que dependem da distribuição do capital sob todas as suas formas. Diferente do que é defendido por autores orientados pela vertente econômica, as organizações não se encontram num universo sem limitações, em que podem desenvolver suas estratégias autônomas e unilaterais, mas são orientadas pelas limitações e possibilidades que estão vinculadas à sua posição e pela imagem que têm desta posição e da dos seus concorrentes, em função de sua informação e de suas estruturas cognitivas (BOURDIEU, 2001 apud OLIVEIRA, PICININI, 2011)

As posições favorecidas dos dominantes são estabelecidas por estratégias para a sua perpetuação e redobramento de sua dominação. Dessa forma, o capital simbólico se articula devido a sua proeminência e, também, pela sua antiguidade, lhes permitindo recorrer com sucesso a estratégias destinadas a intimidar seus concorrentes, como a de emitir sinais com vistas a dissuadi-los de atacar (OLIVEIRA; PICCININI, 2011).

Dessa forma, as instituições hegemônicas conseguem impor o ritmo das transformações em diferentes domínios (relações de trabalho, produção) e a utilizam o tempo no campo como uma das principais vias do seu poder. O surgimento de um novo agente efetivo nesta estrutura tende a modificar o campo, bem como a adoção de novas tecnologias, que também pode alterar as posições relativas e o rendimento dos variados capitais detidos pelas outras firmas (BOURDIEU, 2001 apud. OLIVEIRA e PICCININI, 2011.

Predominantemente, os campos possuem uma existência quase institucionalizada sob a forma de categorias de atividades em que se sobressaem dentre as organizações profissionais que funcionam como princípios de exclusão de outras organizações e como instâncias de representação perante os poderes públicos, os sindicatos e outras instâncias análogas e dotadas de órgãos permanentes de ação e expressão. No entanto, dentre todas as trocas com o exterior do campo, as mais importantes são aquelas que se estabelecem com o Estado. A competição entre empresas pode admitir a forma de uma competição pelo poder sobre as regulamentações advindas do Estado e pelas vantagens asseguradas pelas diferentes intervenções estatais, tarifas preferenciais, patentes, ajudas à criação de emprego etc. (BOURDIEU, 2001 apud. OLIVEIRA e PICCININI, 2011). Ou seja:

> Aquilo a que chamamos de mercado é o conjunto das relações de troca entre agentes colocados em concorrência, interações diretas que dependem da estrutura socialmente construída das relações de força para a qual os diferentes agentes envolvidos no campo contribuem com diversos graus através das modificações que lhe conseguem impor, usando nomeadamente dos poderes estatais que estão em situação de controlar e orientar. Com efeito, o Estado não é apenas o regulador encarregado de manter a ordem e a confiança, é o árbitro

> encarregado de controlar as empresas e as suas interações que normalmente nele vemos (BOURDIEU, 2001, P.253 apud OLIVEIRA, PICCININI, 2011).

Outros fatores capazes propulsores possíveis para a transformação das relações de força no campo são as mudanças nas fontes de apreensão e na procura que modificam a demografia, tais como a baixa natalidade ou o aumento no tempo de vida ou nos estilos de vida, como o aumento da participação feminina. Esses fatores externos só exercem seus efeitos sobre as relações de força no interior do campo por meio da mesma lógica dessas relações de força, ou seja, na medida em que constituem uma vantagem para aqueles que as incorporam (OLIVEIRA, PICCININI, 2011).

A partir da perspectiva de Bourdieu (2001 apud OLIVEIRA, PICCININI, 2011) de que o mercado de trabalho é um espaço de lutas por diferentes agentes que se constitui incorporando regras sociais que orientam as estratégias utilizadas no interior do campo, é possível refletir sobre algumas dessas distorções que ocorrem no mercado de trabalho. As diferenças salariais entre as categorias de raça e gênero, relação com a qualificação entre outras. Nesse sentido, compreende-se a importância de demonstrar as perspectivas de raça e gênero e como está atrelado ao processo de exclusão de mulheres negras.

2.1.3 Perspectivas de raça e gênero

Lélia Gonzalez nos anos de 1980 foi pioneira nas críticas ao feminismo hegemônico, trouxe evidências histórias das mulheres negras e indígenas, no Brasil, na América Latina e no Caribe nas reflexões sobre as diferentes trajetórias de resistência das mulheres ao patriarcado (CARDOSO 2014).

Lélia Gonzalez, que afirma: "(…) a gente nasce preta, mulata, parda, marrom, roxinha dentre outras, mas tornar-se negra é uma conquista." (GONZALEZ, 1988 apud Cardoso, 2014, p. 973). Cláudia Pons Cardoso (2014) compreende que a mulher negra necessita do aprofundamento da reflexão. Apresentavam a mulher negra em uma perspectiva socioeconômica que elucidou uma série de problemas propostos pelas relações raciais. O que sustenta e dá suporte às mulheres negras em seus cotidianos são as estratégias de resistência cotidianas, construídas de maneira coletiva, mesmo que tecidas fora dos espaços acadêmicos (CARDOSO, 2014).

Patrícia Hill Collins (2016) questiona a insuficiência das categorias analíticas das Ciências Sociais a realidade das mulheres negras (CARDOSO, 2014, p.965). Diante disso Lélia Gonzalez diz:

> O fato é que, enquanto mulher negra, sentimos a necessidade de aprofundar a reflexão, ao invés de continuarmos na repetição e reprodução dos modelos que nos eram oferecidos pelo esforço de investigação das ciências sociais. Os textos só nos falavam da mulher negra numa perspectiva socioeconômica que elucidava uma série de problemas propostos pelas relações raciais. Mas ficava (e ficará) sempre um resto que desafiava as explicações. (GONZALEZ, 1984, p.225)

A construção das identidade étnico-racial negra no Brasil é constituída por conflitos raciais. As características do corpo por dados biológicos e culturais da identidade negra podem provocar grandes conflitos raciais, que de maneira subjetiva negativamente, pode interferir na autoestima da mulher negra. Desse modo, o cabelo crespo é uma das expressões da identidade negra que sofre constantes ataques racistas. O cabelo pode ser um dos caminhos para a compreensão da identidade negra em nossa sociedade (GOMES, 2003, p. 174). Nesse sentido, a construção da identidade negra a partir da afirmação de Nilma Gomes (2008, p. 9) como:

> A identidade negra é entendida como um processo construído historicamente em uma sociedade que padece de um racismo ambíguo e do mito da democracia racial. Como qualquer processo identitário, ela se constrói no contato com o outro, no constante com o outro, na negociação, na troca, no conflito e no diálogo (GOMES, 2008, p.133-154).

A mulher negra lida com o racismo desde a infância na escola, tentando manter seu cabelo ‘’desejável’’ na visão de um padrão que não lhe pertence. Além das dores emocionais pelas palavras negativas que houve em relação a sua imagem, têm que lidar com as dores físicas ocasionadas pelas dores dos penteados, horas para fazer tranças e outros penteados. Este olhar negativo de sua imagem pode ter proporções maiores durante a adolescência, uma fase de grandes eventos na vida humana (QUEIROZ, 2019).

O enfrentamento das mulheres negras dentro do movimento feminista que surgiu a partir da compreensão de que a identidade de gênero não atua de forma natural em solidariedade racial intergênero, se deu pelas contradições existentes e as desigualdades que o racismo e a discriminação racial que se produzem entre as mulheres, em particular, entre negras e brancas no Brasil. Nesse sentido, a solidariedade de gênero intragrupo racial fez com que as mulheres negras a exigissem na agenda dos Movimentos Negros Brasileiros a dimensão de gênero instituída como elemento estruturante das desigualdades raciais (CARNEIRO, 2003, p.120).

A questão racial produz a subalternização de gêneros. Em relação a identidade feminina das mulheres negras marcadas por estigmas, há também a subalternização do homem negro em relação a mulher branca em face do grupo racialmente dominante,

colocando a mulher negra em última escala dessa categorização. Em consequência da dupla forma de subvalorização (gênero e raça), a autora afirma que o racismo declina o status dos gêneros. Com isso, a equalização social entre os gêneros é considerada o primeiro passo, tendo como base os padrões de alcance social alcançados pelos gêneros racialmente dominantes. Por isso, para que as mulheres negras possam atingir os mesmos níveis de desigualdades existentes entre homens e mulheres brancos significa alterar significativamente a mobilidade social, uma vez que os homens negros, na maioria dos indicadores sociais, estão abaixo das mulheres brancas (CARNEIRO, 2003).

Silvio Almeida (2019) afirma que raça não é um termo fixo e que seu sentido está atrelado às circunstâncias históricas em que é utilizado. A história das raças é composta por uma constituição política e econômica das sociedades contemporâneas. A partir dos meados do século XVI, houve o sentido de raça com a expansão econômica da mercantilização que iniciou a reflexão sobre a multiplicidade da existência humana. O contexto da expansão comercial burguesa e da cultura renascentista iniciou a construção do moderno ideário de que o homem europeu seria o mais evoluído de todos os povos e que outras culturas não condizentes com os sistemas culturais europeus seriam menos evoluídas.

> [...] racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento e que se manifesta por meio de práticas comunistas ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam (ALMEIDA, 2019, p.32).

Existe a diferença entre preconceito racial e discriminação racial. O primeiro baseia-se no juízo com base nos estereótipos dos indivíduos pertencentes a um determinado grupo racial (ALMEIDA, 2019, p.32). Já a discriminação racial constitui o tratamento diferenciado a um determinado grupo racial. Este conceito pode ser classificado em dois tipos: discriminação direta (repúdio ostensivo que proíbem determinadas raças a entrarem em determinados lugares ou serem atendidos em lojas como qualquer outra pessoa, por exemplo) e a discriminação indireta (que leva a diferenças sociais significativas e é marcada pela ausência de intencionalidade explícita de discriminar pessoas).

Para Silvio Almeida (2019), existem três concepções de racismo: individualista, institucional e estrutural. Estas três classificações partem dos critérios de: relação entre racismo e subjetividade; relação entre racismo e Estado; relação entre racismo e economia (ALMEIDA, 2019, p.35).

O racismo individual é concebido como uma patologia que possui natureza patológica em função de sua natureza política, pois são combatidos nos campos jurídicos através da aplicação de sanções civis (punições e indenizações penais). E esta manifesta-se principalmente na forma da discriminação direta (ibidem,2019, p.36)

O racismo institucional não se resume ao comportamento de indivíduos, mas corresponde a um comportamento das instituições que confere a atuar de maneira dinâmica, mesmo que indiretamente, privilégios e desvantagens conforme a raça. O racismo institucional é o menos evidente, é mais sutil, mas não é o menos destrutivo da vida humana. Silvio de Almeida (2019) parte do princípio de que a capacidade de as instituições absorverem conflitos e antagonismos corresponde à estabilidade dos sistemas sociais. O autor traz uma reflexão ao termo absorver que se refere a normalizar, estabelecer normas e padrões que orientaram a ação dos indivíduos. Dentro das regras institucionais, os indivíduos tornam-se sujeitos e com isso, suas ações e comportamentos fazem parte de um conjunto (previamente) estabelecido pela estrutura social.

Nesse sentido, o racismo institucional existe, pois, corresponde a conflitos raciais que fazem parte das instituições. A desigualdade racial, portanto, não é apenas uma ação isolada de grupos ou indivíduos racistas, mas grupos raciais que através de mecanismos institucionais se articulam para impor seus interesses econômicos e políticos. Dessa forma as instituições reproduzem as condições para o estabelecimento e a manutenção da ordem social.

> O efeito disso é que o racismo pode ter sua forma alterada pela ação ou pela omissão dos poderes institucionais – Estado, escola etc. -, que podem tanto modificar a atuação dos mecanismos discriminatórios, como também estabelecer novos significados para a raça, inclusive atribuindo certas vantagens sociais a membros de grupos raciais historicamente discriminados. Isso demonstra que, na visão institucionalista, o racismo não se separa de um projeto político e de condições socioeconômicas específicas. Os conflitos intra e interinstitucionais podem levar a alterações no modo de funcionamento da instituição, que, para continuar estável, precisa contemplar as demandas e interesses dos grupos sociais que não estão no controle (ALMEIDA, 2019, p.42).

O racismo estrutural transcende o âmbito individual e denota poder de um grupo sobre outro quando há controle direto ou indireto de determinados grupos sobre o aparato institucional. Em uma sociedade em que o racismo faz parte do cotidiano, a solução do problema para as desigualdades raciais não é tratada com prioridade. Assim, as práticas racistas são normalizadas e reproduzidas em toda sociedade. Dessa forma, se reproduz o racismo no governo, empresas, escolas etc. A ausência de mecanismos institucionais para

lidar com os conflitos sexuais e raciais perpetua essas estruturas. As relações cotidianas das instituições reproduzem racismo por meio de micro agressões ou violência explícita (piadas, silenciamento, isolamento etc.). Sem ações por parte das instituições, toda a instituição transmite privilégios e violências sexistas e racistas (ALMEIDA, 2019).

Com isso, o racismo sendo inerente à ordem social, Almeida (2019) compreende que a única forma de uma instituição combater o racismo é através de práticas antirracistas efetivas que promovam a igualdade e a diversidade em suas relações internas e com público externo (publicidade); remover obstáculos para ascensão de minorias em posições de direção e de prestígio da instituição; manter espaços permanentes de debates e eventual revisão de práticas institucionais; promover acolhimento e possível composição de conflitos raciais e de gênero (ALMEIDA, 2019, p.49).

Silvio Almeida (2019) acrescenta que o racismo não está limitado apenas à representatividade. Mesmo que haja a presença de pessoas negras e outras minorias em espaços de decisão e poder, a instituição não deixa de atuar de forma racista. Por muitas vezes, as instituições orientam as ações dos indivíduos, tendo como panorama os princípios estruturais da sociedade, tais como as questões de ordem econômica, jurídica e política.

O emprego doméstico é uma questão crítica para compreender a permanência das relações escravistas nas sociedades modernas. Até pouco tempo, as trabalhadoras domésticas brasileiras não tinham os direitos trabalhistas tal qual as outras categorias profissionais. Gonzalez (1984), denuncia as representações submissas e sexualizadas que as mulheres negras estão sujeitas, reveladas pelas emblemáticas figuras da trabalhadora doméstica, a mulata e a ‘’mãe-preta’’.

Bernardino-Costa (2015) entende que é possível descrever historicamente a associação dos três eixos de poder – raça, gênero e classe social e a relação com a política de empoderamento das trabalhadoras domésticas. O autor compreende que a teoria da interseccionalidade permitiu o fortalecimento das demandas democráticas e da construção da solidariedade política com outros movimentos.

2.1.4 Precariedade no trabalho e a relação com gênero e raça

Uma dimensão importante para compreender a precariedade do trabalho é a relação subjetiva com o trabalho, com os conteúdos de uma ocupação ou profissão e com as atividades. Essa relação com a precariedade também pode se manifestar através do

sofrimento, insatisfação e do desprazer (VARGAS, 2016). E quando se combinam gênero e raça, as desigualdades raciais acentuam ainda mais a precariedade dos grupos.

Entre os negros, o desemprego é maior (LIMA et al, 2013). Vieceli (2015) constatou recentemente em uma pesquisa de Emprego e desemprego nas regiões metropolitanas que o emprego doméstico ainda é uma atividade efetivamente feminino, tendo a presença expressiva de mulheres negras e pobres, herança cruel do passado escravocrata enraizado e que permanece nas relações desiguais e raciais de trabalho no Brasil.

A precariedade da força de trabalho no Brasil é resultado dos resquícios do período da escravidão e da discriminação racial presente história do Brasil. Cintra e Eva (2016) afirmam que com a extinção do trabalho escravo, houve a substituição por imigrantes são trazidos pelos fazendeiros cafeeiros da região sudeste ao Brasil, com o apoio do financiamento do Estado, em meados do século XIX, legitimando a ideia de que a população negra não teria competência para executar de uma sociedade moderna e industrial. Havia também a intenção de branqueamento da população brasileira, acompanhada de uma série de ações de limitação do acesso a determinados ofícios pela população escravizada e pela obstrução da aquisição da terra aos recém-libertos, tornando inviável as iniciativas de cunho familiar voltadas à subsistência.

A abolição fez com que o fazendeiro e o Estado retirem suas responsabilidades com o prosseguimento da vida do ‘’’ex-escravo’’ e, essas normas que limitam o acesso a alguns trabalhos assalariados e à subsistência coloca a população negra a uma condição marginalizada. Entretanto, a contínua luta por esses espaços sociais em desvantagens impostos a população negra não ocorre apenas nesse período, ela perpassa e permanece nos dias atuais, reabilitados e reinventados, na dinâmica das relações sociais marcadas pelas desigualdades de classe, raça e sexo (CINTRA; EVA, 2016).

Madeira e Gomes (2018) revelam que são diversas as formas de subterfúgio para camuflar os efeitos da escravidão que reverberam até hoje. A população negra é submetida a violência e a criminalização para satisfazer aos interesses dos grupos dominantes (brancos e ricos), corroborando e perpetuando a opressão. O discurso preconceituoso estabelece a narração de que os negros são acomodados com a sua situação e condição e que por isso foi retirada sua humanidade e que por isso mereceram a escravidão. A propagação desse pensamento foi acumulada nas associações à cor da pele.

> A exclusão dos negros do mercado de trabalho nos espaços urbanos, como sonhada pelas classes dominantes, se contrapõe a necessidade de trabalhadores que acabam por ocupar os espaços de trabalhos pouco valorizados, que estão à margem da produção e que são necessários à sustentação do sistema. A garantia desses espaços foi resultado de uma acirrada disputa pela sobrevivência por parte dos "nacionais livres" que foram resistentes na ocupação dos trabalhos mal remunerados, não legalizados ou parcialmente legais, mas que contribuíram e contribuem para a sustentação da máquina capitalista. Dessa forma, sustentaram também o papel de mão-de-obra que garantia a desvalorização do salário do imigrante ("trabalhador ideal"), pois a qualquer oportunidade estavam dispostos a ocuparem o seu espaço, como de fato chegaram a ocupar, conforme se evidencia nos dados estatísticos sobre a população em 1872 (JACINO, 2008, p. 121).

Com isso, a solidificação do racismo se dá pela importação dos europeus em virtude da inferioridade da maioria dos brasileiros. O racismo ocasionou no abismo social entre negros e não negros na sociedade brasileira. Esse problema não se limita apenas ao âmbito interpessoal, mas também a uma questão estruturante das relações sociais, que em sua intersecção com o gênero e a raça demarcam lugares sociais (MADEIRA; GOMES, 2018).

Com a relação entre raça e trabalho se constituíram e se mantiveram na divisão racial do trabalho desde os tempos coloniais até o presente, no contexto capitalista eurocêntrico moderno/colonial, passou-se a constituir uma divisão racial e sexual do trabalho. Desde o início, os europeus e seus descendentes recebiam salários, enquanto o colonizado (escravo ou servo) não era digno de salário (BERNARDINO-COSTA, 2015).

Esses arranjos estruturais, que são os perpetuadores da hierarquização social, reproduzem as desigualdades sociais que estão presentes nas relações sociais cotidianas. As políticas públicas têm papel fundamental na promoção de transformações substanciais e materiais de classes atingidas pelas discriminações estruturais (CINTRA; EVA,2016).

No entanto, a desvantagem no acesso a direitos básicos que devem ser assegurados pelo Estado e na distribuição de renda por meio do acesso ao mercado de trabalho é contrariada pelo número expressivo de negros que ocupam o sistema carcerário no Brasil. Essas são as consequências de práticas racistas que mantêm as discrepâncias nas taxas de homicídios e encarceramento da população negra e permanecem desde o período colonial até os dias atuais, em decorrência de um projeto de não elaborado pela burguesia brasileira (MADEIRA; GOMES, 2018, p.473).

Abramo (2007) entende que a percepção do trabalho feminino conduz ao pensamento de que se trata de um trabalho secundário e persiste nas hipóteses de quem formula as políticas públicas nacionais. A sustentação para essa ideia é que quem sustenta

a família é o homem e que ele cumpre o papel de provedor da família e a mulher é a cuidadora (ABRAMO, 2007, p. 18).

Madeira e Gomes (2018) apontam que a essas desigualdades se incorporam as práticas do racismo institucional nas instituições públicas brasileiras, colocando as que pessoas de grupos raciais ou étnicos discriminados em situação de desvantagem no acesso a benefícios gerados pelo Estado e por demais instituições e organizações; atua de forma disseminada no funcionamento cotidiano de instituições e organizações, gerando uma desigualdade na distribuição de oportunidades aos diferentes divisões da população do panorama racial.

No sentido marxiano, a precariedade do trabalho é manifestada em sentido ampliado como sujeição no trabalho e como sujeição social, ou seja, como subordinação na divisão social do trabalho (de classe) e como subordinação na divisão técnica do trabalho, como alienação e degradação (VARGAS, 2016).

A classe trabalhadora compreendida por Marx (1983), constituída de não proprietários dos meios de produção é um grupo social que não dispõe dos recursos acessíveis aos proprietários – tais como rendas, juros, lucros, etc. – para endossar o acesso aos rendimentos monetários e, em consequência, ao consumo em um sistema econômico mercantil. Nesses termos, o rendimento do trabalho torna-se um indicador fundamental para medir sua precariedade, uma vez que está em jogo, para a maior parte da população que depende do trabalho, o acesso aos bens e serviços considerados “necessários” para a garantia de uma existência “digna”. Um rendimento “insuficiente” do trabalho pode acarretar ao indivíduo que trabalha ou a seu grupo uma situação de “privação material” ou “pobreza”. (VARGAS, 2016)

O distanciamento e as diferenças em termos de remuneração, as desigualdades socioeconômicas, precisam ser compreendidas como processos sociais que foram construídos de maneira relacional. De acordo com os padrões históricos e políticos consolidados em uma sociedade, essas desigualdades podem ser consideradas mais ou menos legítimas (MARX , 1983).

Vargas (2016, p.316), afirma que sob o olhar subjetivo, o que define a precariedade como uma alienação é a ausência de possibilidade do trabalhador se sentir autêntico a seu trabalho que se torna apenas um meio para fins que lhe são completamente exteriores.

Portanto, o resultado da precariedade do trabalho pode ser definido como a desvalorização de certas profissões ou grupos sociais e ocupações em dada hierarquia

social ou profissional, tendo como consequência níveis inferiores e não satisfatórios de retribuição simbólica e material (VARGAS, 2016).

Para a permanência dos espaços sociais e seus privilégios, as relações étnico-raciais no Brasil são historicamente silenciadas ou até produzem um mal-estar quando são esses assuntos são trazidos a público. O tema é retirado da esfera do conflito em função da harmonia atestada pelo processo de miscigenação e da democracia racial, a qual afirma que negros e negras também usufruíram de oportunidades e que fazem parte da cultura e da comunidade nacional. Tais abordagens mascaram uma realidade racista. Essa ideia de democracia racial propaga um forte instrumento de controle que estabelece as opressões raciais, discriminação e desigualdades. Com isso, deflagrar o racismo estrutural se limita às relações interpessoais, de ordem individual, julgadas como acomodadas ou complexadas. Esse fato impede que as situações de racismo e de opressão se transformem em questão social, pública, reduzindo ao âmbito pessoal e perdendo conotações políticas e coletivas, apresentando explicações relacionadas à formação social, às estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais que se reproduzem nas práticas cotidianas (MADEIRA; GOMES, 2018).

As mulheres negras estiveram presentes em toda a estruturação das relações de opressão e subordinação. Em todas as formas, seus corpos são apropriados e desvalorizados em trabalho, bastante característico da contradição entre capital e trabalho. O retrato das desigualdades raciais é visível quando temos a renda média das mulheres, especialmente a das negras, que continua muito inferior não só em relação à dos homens, como também em relação à das mulheres brancas. Fatos como esses têm impedido que as mulheres negras desenvolvam suas potencialidades e consigam mobilidade e ascensão social, pois ocupam posições de desvantagens no que concerne à ocupação e renda, à escolaridade, à entrada na educação superior e no mercado de trabalho, enquanto há predominância no trabalho doméstico (MADEIRA; GOMES, 2018).

Em função dos resquícios coloniais, a população negra tem enfrentado cada vez mais dificuldade em ampliar seus níveis de estudo, e com isso menos qualificação (MADEIRA; GOMES, 2018). As vulnerabilidades que a população negra enfrenta em meio a cenários de extrema pobreza, demandas não atendidas por acesso às políticas públicas de proteção social, de preconceito que se transforma em ação de exclusão, contrariar de identidade, de sua cultura, fez como que o criassem e reinventarem mecanismos para resistir e garantirem sua sobrevivência. Ao mesmo tempo criaram e vem reinventando mecanismos de resistência para garantir sua sobrevivência, ao mesmo

tempo em que oferecem ao Estado e à sociedade brasileira suas experiências como forma de construir coletivamente outra dinâmica de vida e ação política (MADEIRA; GOMES, 2018 p.474).

Com o aumento do desemprego e a precariedade do trabalho, o aumento das exigências de níveis de escolaridade mais alto consoante ao capitalismo contemporâneo aumento as desigualdades, Madeira e Gomes (2018) compreendem que a luta por uma sociedade sem exploração ou opressão, na qual o trabalho não se submeta ao controle do capital, só é possível com a superação das desigualdades raciais e de gênero. Para isso, é necessária a associação das lutas sociais, pois enquanto o racismo e o sexismo forem tratados como fenômenos de menor importância, o exercício político voltado à emancipação humana continuará não será completado.

Davis (2016) faz um percurso histórico desde o sistema escravagista, em que os negros, tratados como coisas, vistos apenas como ferramentas de trabalho lucrativo e não como seres humanos. Em O Capital Marx descrito por Santos (2015) analisa o tráfico de escravizados da seguinte maneira:

> A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras que caracterizam a aurora da era da produção capitalista. Esses processos idílicos constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva (SANTOS, p.103).

No Brasil, a antropóloga brasileira Lélia Gonzalez foi uma das pioneiras sobre o tema. No texto “Racismo e sexismo na cultura brasileira” (1984):

> [...]O fato é que, enquanto mulher negra, sentimos a necessidade de aprofundar nessa reflexão, ao invés de continuarmos na reprodução e repetição dos modelos que nos eram oferecidos pelo esforço de investigação das ciências sociais. Os textos só nos falavam da mulher negra numa perspectiva socioeconômica que elucidava uma série de problemas propostos pelas relações raciais. Mas ficava (e ficará) sempre um resto que desafiava as explicações. E isso começou a nos incomodar. Exatamente a partir das noções de mulata, doméstica e mãe preta que estavam ali, nos martelando com sua insistência... (GONZALES, 1984, p.225)

Segundo Gonzales (1984), é necessário aprofundar as reflexões sobre racismo e o sexismo na sociedade brasileira, ao invés de repetirmos as reproduções dos modelos que ainda são ofertados nas investigações Sociais. Para ela, é importante reposicionar questões que geram e permanecem gerando conflitos na produção e transformação do pensamento sobre a sociedade brasileira e suas profundas mazelas.

É tido como natural que a perseguição da polícia pois com estigma de que os negros não gostam de trabalhar. A perseguição é natural. Nos Estados Unidos a diferenciação de raças é muito mais visível, diferente que no Brasil onde o racismo é institucionalizado e difícil de ser evidenciado (GONZALES,1984).

Almeida (2018) exemplifica o legislativo, reitorias de universidades, ministério público, judiciário e as direções de empresas que são compostas em maioria por homens brancos que usam de regras e normas que dificultam o acesso de negros e mulheres, estabelecendo um padrão hegemônico de comportamento excludente que se relaciona com outras esferas da sociedade. O autor compreende que se trata do racismo estrutural, que é um tipo de racismo que faz parte da estrutura da sociedade e normaliza práticas de segregação das relações econômicas e discriminatórias, sociais, políticas e culturais que foram historicamente constituídas para expulsar sistematicamente determinados grupos na sociedade.

A discriminação racial, bem como as outras diversas (orientação sexual, religião, classe social e outras) são consideradas práticas inerentes às sociedades humanas ao redor do mundo. Trata-se de uma prática universal, em todos os continentes, em inúmeros países, em muitas línguas e em várias culturas. Entretanto, nem todas as discriminações são iguais (MADEIRA; GOMES, 2018). O racismo também eleva os gêneros por meio de privilégios que advêm da exploração e exclusão dos gêneros subalternos. Institui para os gêneros hegemônicos padrões que seriam inalcançáveis numa competição igualitária. Um exemplo dessa disparidade citado pela autora é o excesso de mulheres brancas e loiras na televisão brasileira (CARNEIRO,2003).

O mercado do trabalho é apenas uma das dimensões para se verificar o fenômeno da estratificação social e as formas de produção e reprodução das desigualdades sociais no Brasil. Atualmente, segundo os dados do IPEA (2018), 23% dos jovens brasileiros não trabalham e nem estudam (‘’jovens nem-nem’’), na maioria são mulheres, negras e de baixa renda. Enquanto isso, 49% dedicam-se exclusivamente aos estudos ou capacitação, 13% só trabalham e 15% trabalham e estudam simultaneamente. Há também uma baixa adesão ao programa Jovem Aprendiz. De 2012 a 2015, o número de jovens aprendizes no país atingiu 1,3 milhão, porém, esse é considerado o potencial anual de aptos para o programa. Tendo em vista que o número de jovens corresponde a 11 milhões de idade entre 15 a 29 anos que corresponde a 23% da população (IBGE, 2014).

O Brasil é um país alicerçado por uma estrutura caracterizada por profundas e persistentes desigualdades de gênero e raça (ABRAMO, 2006). Para Lima et al (2013),

raça e gênero são destacados analiticamente em decorrência da desvantagem histórica e pela reprodução da precariedade para determinados grupos.

Mesmo com os avanços por mais direitos, liberdades e melhores condições políticas, as desigualdades de gênero ainda são bem acentuadas. É possível perceber um aumento expressivo na qualificação das mulheres no mercado de trabalho, mas os retornos dos investimentos ainda não se reverberam em melhores empregos e salários, pois as mulheres ainda enfrentam desafios estruturais proeminentes de um processo histórico de segregação social e de gênero que as condicionam às carreiras universitárias subvalorizadas (LIMA et al, 2013).

Como Louro (1997) também destacou que o lugar das mulheres foi de tal maneira restrito ao âmbito doméstico que a segregação social e política que foram submetidas ao longo dos anos a visibilizam como sujeito social. Como um sujeito de segunda categoria na visão machista hegemônica. E não se pode analisar a perspectiva de gênero restrita à dicotomia biológica (homem e mulher), mas no sentido de compreender o seu sentido histórico e os aspectos culturais, econômicos, políticos e sociais inter-relacionados.

2.2 Políticas públicas de inserção de jovens no mercado de trabalho

O mercado de trabalho vem passando por diversas transformações ocasionadas pelas mudanças no cenário econômico, além das novas tecnologias, e isso tem gerado mudanças significativas no âmbito trabalhista, exigindo cada vez mais qualificações profissionais e pessoais dos indivíduos. Essas mudanças têm atingido cada vez mais o jovem que busca o seu primeiro emprego, a sua primeira inserção no mundo do trabalho.

Com a nova forma de organização do trabalho, substituiu-se trabalhos repetitivos por máquinas baseado na superação do modelo taylorista/fordista. Com isso, o trabalhador precisaria de maior qualificação para uma reintegração através de atividades mais variadas e por consequência, dos trabalhos automatizados, mais ‘’tempo livre’’ seria disponibilizado. No entanto, de acordo com Frigotto (1991), muitos não entenderam que essas mudanças estavam ocorrendo e que esse tempo livre aumentaria o número de desempregados e subempregados, que dentro das relações sociais capitalistas, isso significa a degradação das condições de vida, tensão e desespero.

As políticas públicas colocam o governo em ação e/ou analisam essa ação que repercutem na economia e nas sociedades, estabelecendo inter-relações entre Estado, economia, política e sociedade. Dessa forma, pesquisadores de diversas áreas do

conhecimento (sociologia, economia, antropologia, geografia, gestão, planejamento, ciências sociais aplicadas), partilham o interesse em contribuir para avanços empíricos e teóricos. Pode-se dizer que a formulação da política pública se constitui no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em ações e programas que produzirão resultados ou mudanças significativas para a sociedade (SOUZA, 2006).

De acordo com Freitas (1999), na década de 90, as reformas educacionais no governo FHC foram sustentadas no tripé educação, tecnologia e ciência. O desenvolvimento passou a ser centrado na educação, estabelecendo associação entre a cultura, política, economia e valores dos indivíduos. Com isso, essas reformas passaram a dar uma nova ordem social centrada na informação.

Com essas mudanças com a reforma do Estado na década de 90, sucederam a criação de políticas públicas para juventude, com o objetivo de tornar os jovens um risco menor à sociedade. Independentemente de suas concepções políticas e sociais, a profissionalização precoce é tida como algo natural e normal, apresentando-se como uma solução inovadora para o enfrentamento de questões decorrentes da desigualdade social.

Nesse sentido, as políticas públicas para juventude, relacionadas ao trabalho e à educação, são consideradas imprescindíveis e complexas, tanto no quesito econômico-social quanto no ético-político. São imprescindíveis por existir a necessidade de milhares de jovens de ingressar de maneira precoce no mercado de trabalho na luta pela sobrevivência. São complexas por serem resultados dos impasses estruturais econômicos e culturais da elite brasileira que se mantém sócia menor e subordinada aos centros hegemônicos do capital e aposta na cópia no atalho e em transformar a exceção em regra (FRIGOTTO, 2004).

Em função da exigência de capacitação, o público jovem tem dificuldade de inserção no mundo do trabalho (SILVA, OLIVEIRA E OLIVEIRA, 2015). Para Guimarães e Almeida (2018), a dificuldade de inserção do jovem no mercado ocorre porque diversas vezes abandona os estudos e/ou por causa da sua baixa escolaridade, o que acarreta uma má qualidade da aprendizagem. Os autores ainda afirmam que a inserção de forma produtiva dos jovens é um grande desafio por se tratar de um público mais vulnerável e que enfrenta as maiores dificuldades no mercado de trabalho e tendem a ocuparem os postos mais precários.

Como o desenvolvimento tecnológico alterou a forma de produtividade e a competitividade das organizações reduziu as oportunidades de empregos, as necessidades

de intervenção do Estado nesse processo conduziram a elaboração e implementação de políticas públicas em diversas áreas e setores da sociedade. Luz (2015) disserta que dentre as relacionadas à educação, o principal objetivo foi caracterizado na articulação de esforços direcionados à promoção de transformações no sistema educacional brasileiro, sendo orientado por concepções neoliberais.

Com isso, a Lei 10.097/2000, mais conhecida como a Lei de Aprendizagem, ganhou forças quando passou a entrar em vigor. Esta lei assegura aos jovens a inserção no mercado de trabalho em todas as empresas de médio e grande porte, que são "obrigadas", a contratar um determinado número de aprendizes. Vale ressaltar que para que haja a inserção desses jovens, eles deverão estar devidamente matriculados e frequentando a escola.

No entanto, antes mesmo da implementação desta lei em 2000, houve outra iniciativa pública, tal como o Plano Nacional de Formação Profissional (PLANFOR). Criado em 1995, pela Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional do Ministério do Trabalho – MT, com a finalidade de desenvolver ações de educação profissional, buscando contribuir para a redução do desemprego e subemprego. Este plano foi financiado com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT (JORGE, 2018). Entretanto, por causa de inúmeras situações como: carga horária dos cursos ofertados, qualidade dos mesmos, e desarticulação com outras políticas, este plano ficou comprometido (GUIMARÃES; ALMEIDA, 2018).

Após a implementação da Lei da Aprendizagem, foi criado o Programa Nacional de Primeiro Emprego (PNPE) em 2003, voltado exclusivamente aos jovens de 16 a 24 anos, provindos de famílias pobres e sem nenhum vínculo empregatícios, também cursando o ensino médio, fundamental ou outros cursos (GUIMARÃES; ALMEIDA, 2018).

Criado pela Lei nº 10.748/2003 e alterada pela lei 10.940/2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.199 de 2004, o PNPE tem seu objetivo voltado a "ações de promoção da inserção de jovens no mercado de trabalho e sua escolarização, ao fortalecimento da participação da sociedade no processo de formulação de políticas e ações de geração de trabalho" (BRASIL, 2003).

Ainda em 2005, os Consórcios Sociais da Juventude (CSJ) foram implementados através do Decreto nº 5.199, de 30 de agosto de 2004, com a deliberação do Conselho Consultivo do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para Jovens. Buscavam a criação de Centros da Juventude, com a finalidade de promover encontros e

ações direcionadas à sociabilidade e à qualificação dos jovens. Os centros eram responsáveis por realizarem buscas juntamente ao SINE para verificar quais jovens se enquadram nos perfis prioritários de seleção (em condições de maior vulnerabilidade social) para a participação das atividades constantes no Plano de Trabalho (GUIMARÃES; ALMEIDA, 2018).

No entanto, Cardoso e Gonzalez (2007) afirmam que houve dificuldades para a conciliação entre o perfil dos jovens prioritários e os conteúdos de ensino, bem como a contratação de instrutores. A escolaridade dos jovens envolvidos é baixa e de má qualidade, o que demanda recursos humanos e pedagógicos muito maiores do que os inicialmente previstos.

No mesmo ano, em 2005, foi criado o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), no qual foram reunidas as ações dos programas anteriores. Tendo o público-alvo e jovens na faixa de 18 a 24 anos. O PROJOVEM ainda mantinha vários objetivos das CSJ, dentre elas, ações comunitárias e estímulo à cidadania, a elevação do nível de escolaridade, estímulo à qualificação profissional, conclusão do ensino fundamental. O programa previa inicialmente ações em um prazo de 12 meses. Dentro da formação do jovem, 1200 horas eram destinadas à formação educacional e à conclusão do ensino fundamental e 350 horas à qualificação profissional. Havia a formação de pintor, ladrilheiro, gesseiro e reparador, na construção civil, por exemplo. Além disso, 50 horas seriam dedicadas a ações comunitárias. Durante esse período, um auxílio mensal de R$100,00 era oferecido ao jovem (GUIMARÃES; ALMEIDA, 2018).

Outra iniciativa pública criada foi o Programa Empreendedorismo e Responsabilidade Social. Através de uma linha especial, foi direcionado à criação de crédito para os jovens, por meio de uma linha especial, tendo como requisito primordial uma qualificação através de uma capacitação. No entanto, dificultou o acesso dos jovens de baixa renda ao programa (GUIMARÃES; ALMEIDA, 2018).

O PROJOVEM tinha como finalidade ações visando a elevação da escolaridade, e a conclusão do ensino fundamental, estimulando os jovens a terem uma qualificação profissional e a cidadania. As prefeituras eram as responsáveis pela formação. Além do mais, os jovens recebiam a quantia de R$ 100,00 (cem reais), vinculado à frequência de 75% (OIT, 2009). Dois anos depois, em 2007, ocorreu uma mudança no programa, sendo criado o PROJOVEM Unificado, onde outros programas já existentes passaram a integrar um só PROJOVEM, Projeto Agente Jovem, Escola da Fábrica, Juventude Cristã e Consórcios Sociais da Juventude). Alterou-se a faixa etária dos jovens, classificando

assim: adolescentes jovens de 15 a 17 anos; jovens-jovens de 18 a 24 anos; jovens adultos de 15 a 29 anos.

Ainda mais recentemente, em 2011, entrou em vigência o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) instituída pela Lei nº 12.513/2011, a ser executado pela União, com a finalidade de ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica, por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira.

Criado pela Lei n° 12.513/2011, o PRONATEC, no seu artigo 1°, estabelece como objetivos, entre outros: "expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; Contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional; estimular a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda" . É possível observar, considerando esses objetivos, a relação direta do Pronatec com o ensino médio público, a partir da oferta por meio de cursos concomitantes.

2.2.1 Programa Jovem Aprendiz

O Programa Jovem Aprendiz é um programa do Governo Federal que incentiva que empresas contratem jovens contribuindo, dessa forma, para com a aprendizagem dos mesmos (ANDRADE; JESUS; SANTOS, 2016).

Segundo Andrade, Jesus e Santos (2016), a Lei de aprendizagem é praticamente a união dos programas criados anteriormente, visando inserir o jovem no mercado de trabalho formal com todos seus direitos garantidos em lei, desenvolvendo conhecimento prático e teórico. Sendo a parte prática nas empresas e o teórico nas instituições qualificadoras vinculadas à União.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 62, a aprendizagem corresponde a:

> Art. 62. Considera-se aprendizagem a formação técnico-profissional ministrada segundo as diretrizes e bases da legislação de educação em vigor (BRASIL,1990).

Já em conformidade com o Decreto Federal nº 5.598/2005, em seu art. 2°,

> Art. 2º. "Aprendiz é o maior de quatorze anos e menor de vinte e quatro anos que celebra contrato de aprendizagem nos termos do art. 428 da Consolidação das Leis do trabalho – CLT" (BRASIL, 2005).

Todo esse direcionamento com o jovem aprendiz está pautado na Constituição Federal de 1988, com a Emenda de nº 20 de 1998, em seu artigo 7º, inciso XXXIII, relacionado ao menor é vedada o trabalho em algumas situações a saber:

> Art. 7º(...) (...) XXXIII –proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos. (...) (BRASIL, 1988)

A Lei 10.097/2000, também é conhecida como a Lei da Aprendizagem porque determina que as empresas, seja de médio e/ou grande porte, contratem aprendizes, que passarão a fazer parte de seu quadro de colaboradores. Para tanto, necessário se faz que estes cumpram os requisitos exigidos para tal.

A finalidade da Lei 10.097/2000, é promover a inserção de jovens e adolescentes na faixa etária entre 14 e 24 anos no mundo do trabalho, desde que estejam devidamente matriculados e frequentando a escola, ou ainda, que estejam inscritos em programas de aprendizagem ofertados em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR, Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte – SENAT (LUZ, 2015).

Ainda de acordo com a legislação vigente, a cota de aprendizes está fixada entre 5%, no mínimo, e 15%, no máximo, por estabelecimento, calculada sobre o total de empregados cujas funções demandem formação profissional, cabendo ao empregador, dentro dos limites fixados, contratar o número de aprendizes que melhor atenda às suas necessidades (BRASIL, 2000).

As frações de unidade darão lugar à admissão de um aprendiz (art. 429, caput e § 1º da CLT). As funções gerenciais, as de nível superior e de nível técnico são retiradas da base de cálculo. Quanto aos cursos de formação de aprendizagem, em dezembro de 2007 foi publicada a Portaria MTE nº. 615, tendo como objetivo principal promover diretrizes curriculares para o desenvolvimento dos cursos e programas de aprendizagem, classificados no âmbito da educação profissional como cursos de formação inicial e continuada. Em dezembro de 2008, foi publicada a Portaria MTE nº 1.003, que alterou alguns artigos da Portaria nº 615 mantendo, contudo, as diretrizes curriculares já adotadas (BRASIL, 2008).

Para que o contrato de aprendizagem tenha legitimidade deve existir o registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social. O aprendiz deve estar devidamente matriculado e frequentando a escola e inscrito em programa de aprendizagem (BRASIL, 2008).

Os jovens inseridos nesse contexto, têm garantidos o recolhimento das obrigações legais sobre os valores de remuneração e gratificações, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e recolhimento relativo à contribuição ao Instituto Nacional de Seguridade Social –INSS (LUZ, 2015).

O contrato de trabalho do jovem aprendiz está normatizado no artigo 3º do Decreto Federal nº5.598/2005, que estabelece:

> [...] é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado não superior a dois anos, em que o empregador se compromete assegurar ao aprendiz, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica compatível com seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz se compromete a executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação (BRASIL, 2005).

O contrato de trabalho do jovem aprendiz está devidamente regulamentado pela Lei nº 10.097/2000, pelo Decreto nº 5.598/2005 e pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, artigo 428, pois trata-se de um contrato especial, portanto, deve ser confeccionado obedecendo a todos os pré-requisitos, exigidos para tal, ou seja, escrito e com prazo determinado de no máximo dois anos (ANDRADE; JESUS; SANTOS, 2016).

Vale ressaltar que a jornada de trabalho do jovem aprendiz não pode ultrapassar de seis horas diárias. Com relação à extinção do Contrato de trabalho, o artigo 28 do Decreto nº 5.598/2005, normatiza que,

> Art. 28. O contrato de aprendizagem extinguir-se-á no seu termo ou quando o aprendiz completar vinte e quatro anos, exceto na hipótese de aprendiz deficiente, ou, ainda antecipadamente, nas seguintes hipóteses:
>
> I – o desempenho insuficiente ou inadaptação do aprendiz;
> II – falta disciplinar grave;
> III – ausência injustificada à escola que implique perda do ano letivo;
>
> IV – a pedido do aprendiz, o programa Jovem Aprendiz consolida todos os demais programas que incluem o jovem na relação escola-trabalho-formação, proporcionando-lhe uma formação técnico-profissional adequada bem como ao desenvolvimento de habilidades e competências (BRASIL, 2005).

Esses contratos são realizados por intermédio da instituição formadora/qualificadora. Essas instituições são responsáveis pelo intermédio entre o Ministério do Trabalho, a empresa contratante e o jovem aprendiz. As Instituições formadoras/qualificadoras um papel fundamental, porém controverso, e de grande

importância no momento da definição dos seus princípios norteadores de sua práxis enquanto instituição, que tenha a educação profissional, a qualificação profissional aliadas à perspectiva de uma formação cidadã, consubstanciado nos seus projetos pedagógicos a ideia de formação de pessoas para o mundo do trabalho e para a vida e não para o mercado de trabalho. Esse torna-se então o grande desafio pedagógico e institucional para as Entidades Formadoras, em especial para as organizações não governamentais, que têm buscado oferecer nos cursos de formação de aprendizagem um currículo baseado numa concepção de cidadania e de protagonismo social (BRASIL, 2000).

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

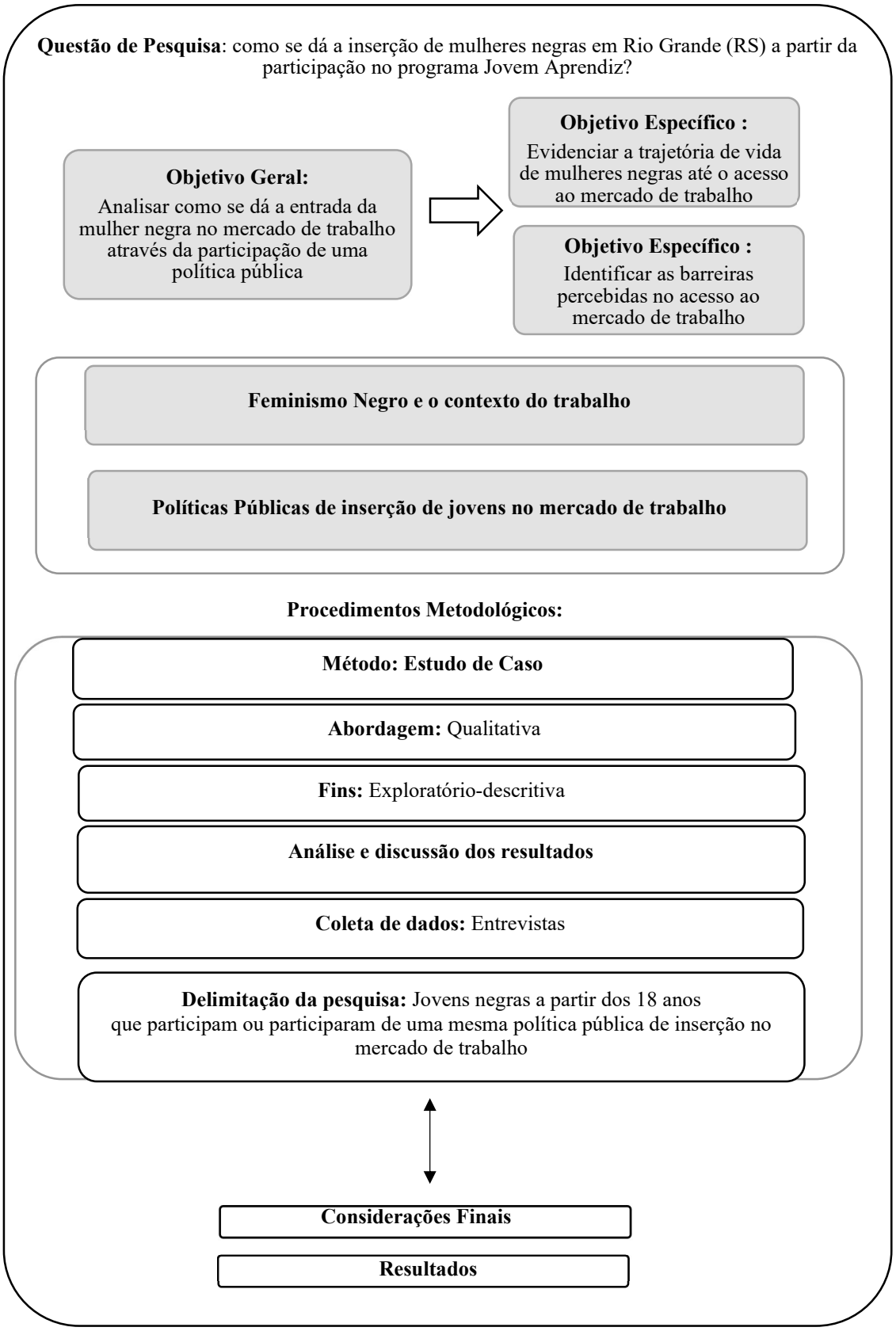
Nesta etapa da dissertação são apresentados os procedimentos metodológicos percorridos para desenvolver o presente trabalho e cumprir com os objetivos propostos. O método escolhido constitui-se um elemento que ordenada a investigação e de proximidade com a veracidade (DEMO, 1985). Desse modo, a metodologia é uma preocupação instrumental que trata das maneiras de fazer a ciência, se preocupando com os procedimentos, ferramentas e os caminhos (DEMO, 1985).

Inicia-se apresentando a estrutura do estudo, apresentando de maneira sistemática os métodos, características e classificação. Na sequência, apresenta-se a relação entre a teoria e o método utilizado; apresentação das características demográficas da cidade de Rio Grande e breve apresentação das participantes; e por último, sobre a forma de coleta e análise dos resultados.

3.1 Estrutura do estudo

Este tópico tem por finalidade demonstrar de maneira sintética os caminhos metodológicos percorridos para alcance dos objetivos. O objetivo é orientar sobre os marcos norteadores dessa pesquisa.

Quadro 2 - Estrutura da dissertação



Fonte: Elaborada pela autora (2020).

Apresentada a estrutura norteadora, a seguir apresenta-se a parte teórica para a consecução dos procedimentos metodológicos.

3.2 Método de pesquisa

A definição do método utilizado neste estudo baseou-se no eixo central, mulheres negras, tais como suas vozes, silenciada em diversos espaços sociais. Dessa forma, compreendeu-se ao longo da construção a necessidade de dar voz a estas com enfoque no mercado de trabalho.

A mulher negra esteve presente no mercado de trabalho desde a início da construção do país, mas pouco se discute no campo da Administração sobre mulher negro e mercado de trabalho. Ouvir as perspectivas dessas barreiras que enfrentam ao acesso ao trabalho formal servem como matéria-prima para compreensão desse fenômeno de exclusão social.

Neste estudo foi utilizado o método estudo de caso. Para Gil (2007, p. 58) o estudo de caso é um estudo aprofundado sobre objetos que podem ser uma organização, grupo, fenômeno ou até mesmo um indivíduo e que pode ser aplicado em várias áreas do conhecimento. Conforme o autor, o estudo de caso permite que o objeto estudado preserve sua unidade, ainda que conecte com o contexto em que está inserido, formulando teorias e hipóteses; o que permite a explicação de variáveis em situações ainda que complexas.

Ademais, este estudo caracteriza-se como exploratório-descritivo, por não almejar uma resposta decisiva ao problema proposto (GIL, 2009). Neste momento, o objetivo é conhecer, de maneira mais averiguada a questão proposta, uma vez que o estudo de categorias sobre a trajetória de vida e profissional é uma análise sempre em movimento, direcionando, assim, reflexões sobre a entrada de mulheres negras no mercado de trabalho.

Dessa forma, trata-se de uma pesquisa descritiva e exploratória. A pesquisa descritiva exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar. Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade (TRIVIÑOS, 1987).

3.3 Definição dos sujeitos da pesquisa

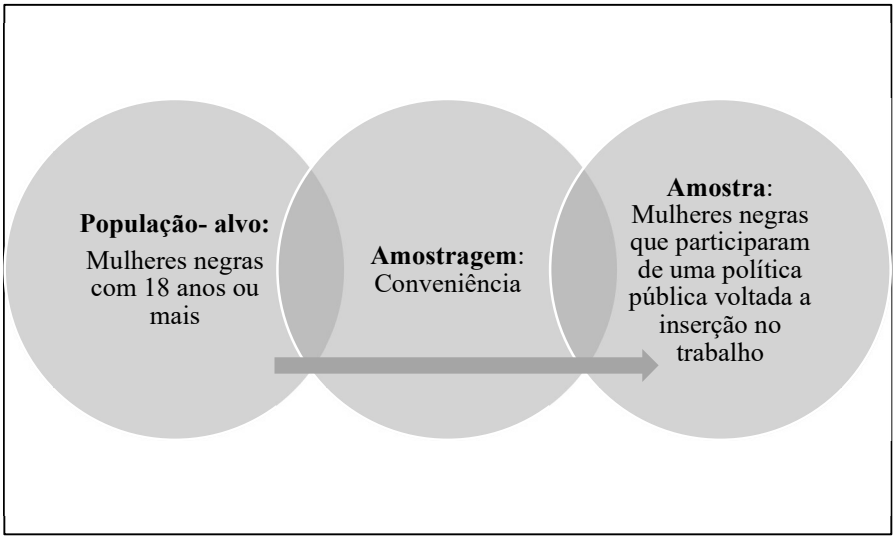
Considerando que este trabalho tem por objetivo analisar como se dá a entrada da mulher negra no mercado de trabalho através de uma política pública, foram considerados os seguintes critérios:

- Mulheres negras com faixa etária acima de 18 anos
- Todas que já participaram do Jovem Aprendiz e pela mesma instituição qualificadora.

Os casos analisados foram de conveniência através de indicações pessoais. Todas as entrevistadas estavam em conformidade com os critérios pré-estabelecidos. Com base nisso, foram entrevistadas 4 mulheres inseridas no contexto. Não foram consideradas mulheres com idade inferior a 18 anos, que no caso 2 indicadas para a pesquisa tinham idades de 16 e 17 anos.

De acordo com Gil (2008), a escolha dos sujeitos onde o pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam de alguma forma representar o universo, é classificada como amostragem por acessibilidade ou conveniência. Esta é desprovida de qualquer rigor estatístico, é um tipo de amostragem não-probabilística. Aplica-se este tipo de amostragem em estudos exploratórios ou qualitativos que não requer nível de precisão elevado. A seguir uma figura explicativa sobre a amostra do estudo:

Figura 1 – Sujeitos do Estudo



Fonte: Elaborada pela autora (2020).

As quatro participantes são residentes do meio urbano da cidade de Rio Grande. Duas possuem idades de 18 e 23 e ainda são jovens aprendizes até as datas em que as entrevistas foram realizadas, outras duas de 18 anos e 25 anos, foram jovens aprendizes no último ano (2019). A última (25 anos), tendo sido jovem aprendiz há sete anos e permanece no mesmo local de trabalho até o dia de hoje. As experiências enquanto jovens aprendizes foram hospital, em uma empresa do ramo de logística, supermercado e farmácia, respectivamente as idades mencionadas anteriormente e conforme apresentação do quadro 3 a seguir:

Quadro 3 - Características das entrevistadas

	Entrevistada 1	**Entrevistada 2**	**Entrevistada 3**	**Entrevistada 4**
Idade	18 anos	23 anos	18 anos	25 anos
Data e duração das entrevistas	06/05/2020 (28:17)	08/05/2020 (37:29)	11/05/2020 (18:24)	02/06/2020 (33:31)
Ocupação	Estudante de nível médio	Estudante de nível superior	Estudante de nível médio	Gerente em farmácia
Filhos	Sem filhos	1 filha aos 16 anos	Sem filhos	Tem 1 filha aos 25 anos
Quando participou do programa Jovem Aprendiz	Foi jovem aprendiz aos 17 anos	Entrou como jovem aprendiz aos 22 anos	Entrou aos 17 anos para o programa	Foi jovem aprendiz aos 16 anos
Empresa	Foi jovem aprendiz em supermercado	É jovem aprendiz em empresa de logística	É jovem aprendiz em hospital	Foi jovem aprendiz em farmácia
Filiação	Mãe: cuidadora Pai: Aposentado	Mãe: Aposentada Pai: Pintor em esquadria	Mãe: vigilante Pai: trabalha na prefeitura	Mãe: Do lar (falecida) Pai: Estivador (falecido)
Com quem mora	Mora com o pai, madrasta, irmã e sobrinha	Mora com a mãe e com a filha	Mora com a mãe e com o pai	Mora com o esposo e a filha

Fonte: Elaborada pela autora.

As entrevistas ocorreram entre maio e junho com duração média de 30 minutos através de videochamadas do aplicativo *WhatsApp* e iniciaram a partir das 15h. Vale ressaltar que os meses em que foram realizadas as entrevistas corresponderam ao período de isolamento social pelo qual o Brasil estava passando com a recomendação de afastamento em função da pandemia do novo Coronavírus. Dessa forma, justifica-se a escolha de coleta de entrevistas via internet para fornecer segurança às entrevistadas e a pesquisadora.

É importante destacar também que a mãe da entrevistada 4 faleceu dias antes do primeiro contato realizado com ela no mês de abril e por isso, a entrevista foi realizada em período tardio em relação às demais.

No tópico a seguir, apresenta-se as características socioeconômicas do município de Rio Grande, município do qual as entrevistadas nasceram e residem no local.

3.4 Técnica de coleta e análise de dados

A técnica de coleta de dados ocorreu em quatro momentos diferentes. Num primeiro momento, em dezembro de 2019, foi realizado um estudo de campo através de uma investigação com a gestão de uma instituição qualificadora (entidade de educação e assistência sem fins lucrativos intermediária entre o mercado e o Estado) para conhecer como funciona o programa Jovem Aprendiz na cidade. No dia seguinte, no segundo momento, foi realizada a participação através de um convite realizado pela gestora de observar como funciona o ‘’fechamento das atividades’’ do programa (encerramento do contrato dos jovens devido ao tempo de serviço prestado conforme o contrato). O terceiro momento compreendeu em uma aproximação com as seis jovens indicadas pelo professor desta instituição qualificadora para participarem das entrevistas e apresentação da proposta do estudo. E por último, no quarto momento foi a realização das entrevistas com os jovens e objeto de análise deste estudo. Considera-se, portanto, que os três primeiros momentos foram necessários para a ambientação do estudo de campo. E conforme alterações dos objetivos deste estudo, após recebimento dos apontamentos da banca examinadora no momento de qualificação do projeto, as etapas anteriores não foram descritas detalhadamente neste estudo para que fosse possível, direcionar o foco ao objetivo proposto – análise da trajetória de vida das jovens. Portanto, considera-se apenas estudo de campo as etapas cumpridas anteriormente às entrevistas.

O primeiro momento considerado introdutório foi na realização da aproximação com a instituição qualificadora através de entrevista com a gestora a fim de conhecer o funcionamento da instituição, caracterização das empresas participantes, quantidade de jovens aprendizes, funções desempenhadas. Foi realizada uma entrevista semiestruturada em 2 de dezembro de 2019 com duração de 42 minutos, na sede da instituição.

O segundo momento apareceu logo após a entrevista com a gestora ser realizada. De forma solidária a contribuir ao estudo, a mesma realizou o convite para participação

do evento de encerramento das atividades que aconteceria no dia consecutivo da entrevista realizada com ela.

O evento ocorreu em 03/12/2019 com a disposição da sala com cerca de 80 jovens divididos em 5 grupos sentados em cadeiras agrupadas em forma de círculos divididos por grupos. Ao centro e em pé ficavam dispostos certa de 3 a 4 outros jovens que mediaram as atividades. As atividades ocorriam de maneira autônoma e simultânea. Cada um desses grupos de ‘’mediadores’’ detinham um tema (Patrimônio, Currículo, Normas de Convivência, como se destacar na empresa, Programa Jovem Aprendiz). Cada grupo tinha cerca de 20 minutos cronometrados pelo professor (o mesmo que indicou as jovens para participarem deste estudo e o qual é responsável pela qualificação teórica do programa) para discorrer sobre seus temas. Os debates intragrupos eram simultâneos, cada grupo conversava de maneira em tom que não prejudicasse tanto o outro grupo, no entanto, certas falas eram inaudíveis em uma roda de 15 a 18 jovens.

No terceiro momento, já com o contato das jovens indicadas pelo professor da instituição qualificadora e passadas para o professor do PPGA, pude estabelecer uma aproximação direta com as jovens. Através de contato telefônico via WhatsApp e ligação, pude apresentar minha proposta de estudo e verificar o interesse voluntário das participantes e selecionadas. Agendamos as melhores datas para a realização das videochamadas e horários.

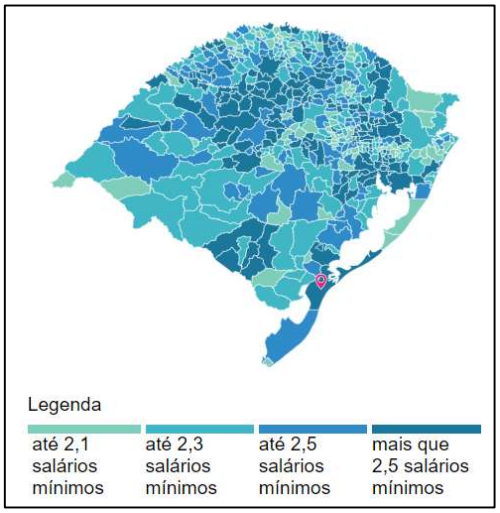
No quarto momento, as entrevistas semiestruturadas foram realizadas. As videochamadas foram gravadas, bem como os áudios. Algumas datas foram alteradas conforme necessidade de postergação das participantes. Ao iniciar cada entrevista, foram realizadas a apresentação da proposta do estudo para além do título do trabalho, explicando minhas motivações e o objetivo do estudo. Neste momento, também foram questionadas se as participantes autorizaram a gravação das entrevistas.

Houve momentos em que algumas entrevistas respondiam às perguntas de forma espontânea sem serem antecedidas das perguntas do roteiro. Algumas ordens das perguntas também foram alteradas para que não houvesse mudança de assunto e necessidade de retornar novamente ao assunto anterior. No entanto, essas ações não alteraram as obtenções de respostas.

3.5 Do campo: município de Rio Grande

O município de Rio Grande localizado ao sul do estado do Rio Grande do Sul é a décima cidade urbana mais populosa de acordo ranking de cidades de acordo com os dados do panorama do IBGE. A população em 2019 é estimada em 211.005 pessoas. Em 2018, a renda média salarial foi de 3,6 salários-mínimos, com proporção de 23,6% de pessoas ocupadas para a população total. Considerando os rendimentos mensais de até meio salário-mínimo por pessoa, havia 32, 9% nessas condições, posicionando a cidade em 190º dos 497 municípios rio-grandenses e na posição 4045º de 5570 dentre as cidades do Brasil.

Figura 2- Salário médio dos trabalhadores formais de Rio Grande



Fonte: Panorama de cidades do IBGE. Rio Grande, RS. (2018)

A taxa de escolarização de 6 a 14 anos é de 97,7%, conforme o último censo do IBGE com base no ano de 2010. Em 2018, foram realizadas 25.360 matrículas no ensino fundamental e 5.512 no ensino médio. Com renda per capita de R$ 44.014,66 , a cidade de Rio Grande encontra-se na posição 100 em relação aos 497 municípios do estado.

A população com idade maior que 10 anos e ocupada corresponde a 82.230 pessoas (47.434 homens e 34.796 mulheres) e 89.300 correspondem a pessoas sem ocupação (34.479 homens e 54.821 mulheres). A distribuição urbana corresponde a 189.429 pessoas em situação domiciliar urbana e 7799 domiciliados em zona rural (IBGE, 2018).

Quadro 4 - Descrição por cor da população ocupada a partir dos 10 anos.

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	BRANCA	PRETA	PARDA	INDÍGENA	AMARELA
Trabalha por conta própria	15726	987	1489	X	35
Empregadores	1434	59	76	X	X
Com carteira de trabalho assinada	30887	4204	4178	71	168
Sem carteira de trabalho assinada	10692	1455	1800	50	80
Militares e funcionários públicos estatutários	5464	645	796	X	25
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	813	85	96	X	X
Não remunerados	834	35	37	8	X
Total	**65850**	**15942**		129	308

Fonte: Elaborado pela autora com base em informações do IBGE (2018)

Com base na quantidade de pessoas ocupadas disponibilizadas no último Censo demográfico do IBGE mais recente com ano base 2010, o percentual de pessoas ocupadas na cidade de Rio Grande corresponde a 23,6% da população. Estima-se que a população ocupada com remuneração e sem remuneração com idade superior a 10 anos autodeclarada branca em Rio Grande corresponde a 80%, negros e pardos a 19,4%, indígenas 0,2% e amarela 0,4%. A quantidade de pessoas ocupadas brancas com carteira assinada no ano de 2010 corresponde 78%, negras e pardas 21%, enquanto brancos sem carteira de trabalho assinada correspondem 76% e negros e pardos 23%.

3.6 Análise de dados

Assim como no estudo de caso, a coleta de dados pode ser feita de diversas formas, bem como a análise e interpretação desses dados também podem ser feitas de formas variadas com a prevalência da qualitativa. Para tanto, é necessário um forte referencial teórico para que o subjetivismo não traia o pesquisador (GIL, 2007). Para isso, estabeleceu-se duas categorias de análise: trajetórias de vida e barreiras vivenciadas no trabalho. Na primeira, apresentam-se as trajetórias, acesso ao programa e como enxergam as oportunidades ofertadas de trabalho. Como acessam através do programa Jovem Aprendiz o primeiro emprego ou trabalho formal e; como elas enxergam as oportunidades ofertadas. Na segunda, situações de racismo que elas vivenciam.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

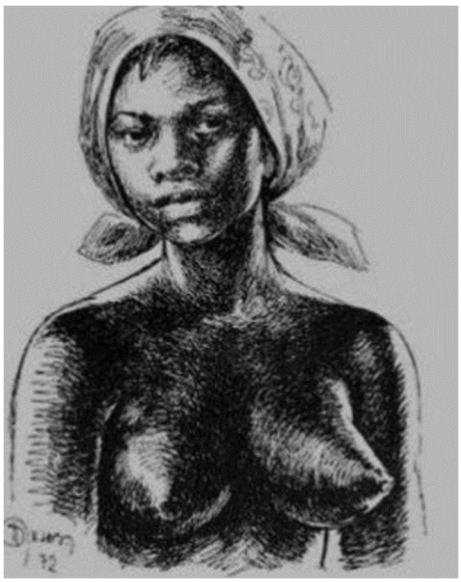
Para fins de anonimato desta pesquisa, os nomes das participantes foram substituídos por nomes de mulheres negras que representam lutas feministas negras no Brasil. A entrevistada 1 representada por Dandara dos Palmares, entrevistada 2 por Tereza de Benguela, entrevistada 3 por Luísa Mahin e a entrevistada 4 por Zacimba Gaba.

É importante apresentar as mulheres que representaram as entrevistadas enaltecendo a luta ancestral destas que fizeram parte da trajetória de luta da mulher negra no país. Brevemente, apresenta-se a seguir as histórias das importantes mulheres negras na luta pela resistência.

I. Dandara dos Palmares

Como liderança feminina, Dandara foi responsável pela elaboração de estratégias de resistência e comandou um quilombo na luta contra a escravidão. Além de guerreira, foi esposa, mãe e companheira de Zumbi dos Palmares. Conhecedora de técnicas de luta, combateu como exímia guerreira em batalhas. Foi companheira do Zumbi dos Palmares. Em 1694, cometeu suicídio por não aceitar se submeter aos inimigos (CAETANO; CASTRO, 2020).

Figura 3 - Dandara dos Palmares



Fonte: Geledés (2019).

II. Luísa Mahin

Luísa Mahin é lembrada como um símbolo da resistência feminina. Sua trajetória está ligada à resistência e ao desejo de libertação. É uma representante histórica que levanta bastante polêmica devido a carência de registros documentais que assegurem sua existência. No entanto, existem estudos que denotam resistência negra para manter viva a memória, tais como Kabenguele Munanga e Nilma Lino Gomes, na obra *Para entender o negro no Brasil de hoje: História, Realidades, Problemas e Caminhos* (GONÇALVES, 2010).

Figura 4 - Luísa Mahin



Fonte: Geledés (2013)

III. Tereza de Benguela

Dia 25 de julho é data para celebrar o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra. Viveu em Mato Grosso no século XVIII e foi denominada a rainha do Quilombo Grande. Sua liderança se destacou com a criação de uma espécie de Parlamento e de um sistema de defesa. O Quilombo Grande existiu ao longo de décadas e causou para além do incomum reconhecimento de sua capacidade organizativa e valores morais, grandes incômodos a Capitania de Mato Grosso (RODRIGUES, 2016).

Figura 5 - Tereza de Benguela



Fonte: Geledés (2014)

IV. Zacimba Gaba

Zacimba Gaba foi uma princesa guerreira sequestrada em Cabinda na África e colocada em uma fazenda no Espírito Santo. Durante vários anos, lutou em alto-mar para libertar negros e negras que chegavam sequestrados (ARAÚJO, 2018).

Figura 6 - Zacimba Gaba



Fonte: Folha Vitoria (2018).

4.1 Histórias de vida

As quatro jovens deste estudo, participaram de um dos programas federais ofertados para entrada no mercado de trabalho. Das quatro, uma se autodeclara parda, enquanto as outras três, negra. São residentes da cidade de Rio Grande, município localizado ao sul do estado do Rio Grande do Sul. Ambas as quatro apresentam realidades socioeconômicas semelhantes e concordam que a participação em tal programa ampliou suas possibilidades de acesso ao mercado de trabalho.

As duas categorias estabelecidas paras as análises são:

1) **Trajetória de vida**: na qual as participantes expressaram livremente como se enxergam como mulheres negras e parda na cidade de Rio Grande; como acessam através do programa Jovem Aprendiz o primeiro emprego ou trabalho formal e; como elas enxergam as oportunidades ofertadas;

2) **Barreiras vivenciadas no trabalho:** situações de constrangimento e opressão que envolvem racismo.

4.1.2 Categoria: trajetórias de vidas

Nessa categoria são apresentadas as trajetórias de vidas das quatro participantes desta pesquisa, com o foco na trajetória profissional e o acesso ao programa Jovem Aprendiz.

4.1.1.1 Dandara dos Palmares

Dandara é uma jovem autodeclarada negra de 18 anos, estudante, nasceu e mora em Rio Grande, mora com o pai (aposentado), madrasta (cuidadora de idosas), irmã e sobrinha. Mãe (cuidadora de idosos) e mora no norte do Brasil. Ela considera o pai dono de casa, pois é ‘’quem cuida da gente e tudo mais’’, segundo ela. Para ela, sua infância foi ‘’tranquila'', mas relata ao início da sua narrativa sobre sua trajetória de vida que sofreu preconceito (palavra utilizada por ela) desde a adolescência.

> *Sofri preconceito no oitavo ano por causa da minha cor. (minuto 05:02) Eu tinha o quê? 15, 14 anos, eu era nova ainda. Não. É?! 13 ou 12 anos. Eu era nova ainda. Na hora eu não tive como reagir. Fui chamada de macaca porque fiz uma nota a mais que a nota de um menino. É um menino até que se achava porque*

> *era esperto, tinha dinheiro, era branco [trecho da fala de Dandara].*

Dandara cita pressupostos em relação a gênero, raça e classe social que justificariam a agressão cometida pelo colega a partir de diferentes marcadores sociais. De acordo com Monteiro, Villela e Soares (2014), as visões dos sujeitos sociais se baseiam em pressupostos de que suas visões e as práticas sociais são resultados da combinação entre as lógicas simbólicas, posições socioeconômicas e condições de existência que remete à relação entre o indivíduo e as estruturas sociais na análise das práticas cotidianas, assim como para a discussão dos aspectos subjetivos e objetivos das manifestações culturais.

> *E eu era pobre, sou negra, minha família é negra e ele já é branco e tudo, família branca. E eu tirei um pouco a mais. Ele tirou nove e meio e eu tirei dez na prova, eu ''gabaritei''. E daí ele no intervalo, ele pegou e se achou maior e falou uma coisa e só que eu não pude retrucar. Engoli quieto [trecho da fala de Dandara].*

A fala de Dandara quando diz que teve que ''engolir quieta'' após o ato cometido contra ela, retrata a configuração de silenciamento implantado pelo período colonial através de diversos instrumentos de opressão e agressão, dentre eles, a máscara. De acordo com Grada Kilomba,

> A máscara foi uma peça muito concreta, um instrumento real que se tornou parte do projeto colonial europeu por mais de 300 anos. Ela era composta por um pedaço de metal colocado no interior da boca do sujeito Negro, instalado entre a língua e a mandíbula e fixado por detrás da cabeça por duas cordas, uma em torno do queixo e a outra em torno do nariz e da testa. Oficialmente, a máscara era usada pelos senhores brancos para evitar que africanos/as escravizados/as comessem cana-de-açúcar, cacau ou café, enquanto trabalhavam nas plantações, mas sua principal função era implementar um senso de mudez e de medo. (2010. p.1)

A justificativa do uso da máscara no sujeito negro escravizado teria a finalidade essencial para impedir que este consumasse algum pertence dos senhores brancos.

Em conformidade com a autora, a máscara representa o colonialismo como um todo, simbolizando as políticas mais sádicas de dominação e regimes brutais de silenciamento dos chamados 'outros'. (Kilomba, 2010). Assim, a boca ao ser completamente coberta pela máscara torna-se então uma metáfora de quem controla quem fala. Ao se referir a este silenciamento forçado, trazemos as indagações de Grada Kilomba (2010)

> Quem pode falar? Quem não pode? E acima de tudo, sobre o que podemos falar? Por que a boca do sujeito Negro tem que ser (KILOMBA, 2010).

No âmbito da exploração e opressão de uma raça sobre a outra, a boca torna-se então o órgão de opressão por excelência, por ser o órgão que poderia enunciar verdades desagradáveis sobre o período de colonização por meio da exploração, esta precisou, portanto ser severamente confinada, controlada e colonizada (KILOMBA, 2010).

É dentro desse projeto de sociedade que o colonialismo criou identidades, assim legitimando umas e deslegitimando outras, construindo de modo desigual o poder de articulação, e até mesmo poder de existência, pois privilegiou certos grupos em detrimento de outros.

É relevante pensarmos qual é o papel da mulher negra no contexto sociocultural brasileiro, como a figura dela é projetada nos espaços ocupados por ela, de que maneira ela enfrenta e se posiciona no papel da mulher negra que a precede e a confronta socialmente em sua identidade.

> *Mas aí ele me chamou de macaca por uma nota. Mas na hora me doeu (exaltação sonora, início de uma respirada pra tomar embalo na fala), mas por dentro me doeu muito, mas por fora eu não dei bola porque meu pai sempre me ensinou que a gente é negro, que na vida a gente vai sofrer vários preconceitos, pode ser bom por um lado e por outro lado ruim[trecho da fala de Dandara].*

Ferreira (2009, p. 70) afirma que no desenvolvimento da identidade negra, no estágio em que ele classifica com de submissão, é comum o negro se submeter e absorver as crenças e aos valores instaurados pela cultura branca dominante. Com isso, há uma internalização de estereótipos negativos que ocorre de forma inconsciente, fazendo com que acredite em ideias do "branco ser certo" e o "negro ser errado".

A escola é um dos lugares onde o processo de submissão acontece. Por intermédio das práticas e dos próprios livros, a identidade negra é influenciada por figuras estranhas associadas à sua identidade. Com valores eurocêntricos que não a favorecem, coloca-a em uma posição inferior (Ferreira, 2009).

> *O bom pra mim foi porque eu nunca tinha sofrido ainda, foi a primeira vez e o ruim pra mim foi ouvir aquilo. Mas o bom foi pra mim porque eu aprendi que não se retruca a mesma coisa com a mesma moeda. Quando ele me chamou de macaca , sim, me doeu por dentro, não vou mentir, me deu vontade de chorar, mas eu segui e falei assim ''tá dado por que sou negra, estudo em colégio público e ele é branco e estuda em um colégio particular e eu penso assim que eu tirei uma nota maior que ele''[trecho da fala de Dandara].*

No momento em que Dandara menciona que aprendeu a não retrucar, percebe-se a naturalização de fatos sociais aprendido na família. A naturalização de fatos sociais pode ser descrita como comportando três movimentos: num primeiro, um grupo pretende obter privilégios em relação a outro; num segundo, é acionada uma estratégia de desqualificação do sujeito, a partir da escolha arbitrária de alguma característica corporal como marca da sua insuficiência; num terceiro, esta característica é apontada como causa da insuficiência, de tal modo que o sujeito se torna inexoravelmente situado numa posição de inferioridade. Nesta perspectiva, o corpo é tomado como expressão essencial do sujeito, materialidade que determina comportamentos e configura seu estatuto moral. Operação semelhante ocorre quando o que é tomado como a marca que justifica o estigma não é uma característica corporal, e sim uma prática social não hegemônica, como relações sexuais com pessoas do mesmo sexo. Neste caso, uma prática social específica é tomada como expressão de um traço moral negativo, entendido como constitutivo do sujeito e como justificativa para seu alijamento social.

> *Sabe o exterior porque não precisa ser branco, não precisa ter dinheiro, não precisa ser de uma família branca para ser esperto, para ser alguma coisa na vida. A minha rotina de vida, tipo, eu cresci em uma família negra. Sim, tem só minha tia que é branca, mas eu acho assim que todo mundo é filho de Deus né, então não tem essa de negro, branco. Meu pai sempre me ensinou o certo. Ele deu os caminhos, o bom e o bom. Sempre nos ensinou o certo. Então quando ele fala pra ‘’nós’’ que não existe essa coisa de racista, ele nos ensinou que no mundo, hoje em dia, tipo assim em qualquer lugar, a pessoa tem na família mesmo sofre tanto na rua quanto no local de trabalho ou no colégio. Ele sempre me ensinou desde quando eu comecei a ir para o colégio que eu poderia sofrer alguns preconceitos. Quando chegasse em casa, pra mim nunca retrucar ou mesmo brigasse e chegar em casa e conversar com ele a respeito. Foi assim que eu consegui lidar quanto ao preconceito [trecho da fala de Dandara].*

O pai de Dandara ensina uma estratégia porque antevê o que viria a acontecer, mais cedo ou mais tarde, com a filha. Eles compreendem que para se inserir em espaços ocupados por brancos, requer submissão, mesmo sob o custo do sofrimento psíquico. Isso porque, a revolta causaria ainda mais sofrimento.

Com isso, parte da efetividade do processo de naturalização das desigualdades sociais que reside na crença de um suposto substrato natural dos sujeitos, irredutível às operações da linguagem ou da ação humana, que configura as características que demarcam a inferioridade de alguns sujeitos um sentido de contingência. A exclusão do acesso a bens materiais e simbólicos dos que possuem estas características seria uma

consequência “natural” de sua inferioridade constitutiva, sobre a qual não cabem dúvidas ou questionamentos; sendo assim, a exclusão ou marginalização social não é percebida como uma tradução de processos sociais para as relações interpessoais, operada por meio da ideologia e de diferentes práticas sociais (GATO et al., 2011).

De maneira breve, Dandara explica que começou a trabalhar aos 17 anos e que este havia sido seu primeiro e único emprego, o qual se deu através da política pública Jovem Aprendiz. Ela compreende que ter feito parte do programa a possibilitou acessar o mercado de trabalho e que a ajudou também na escola.

> *Muitas coisas, eu aprendi palavras que eu nunca tinha aprendido no colégio. Eu comecei a trabalhar no [instituição qualificadora] no [mercado] aqui perto de casa, fazia administração na [instituição qualificadora], fazia quartas e sextas [trecho da fala de Dandara].*

Para Dandara, o começo foi difícil para conciliar os estudos e as atividades laborais, já que não tinha obrigação de assumir o compromisso de trabalho.

> *Foi uma experiência boa porque comecei a ter hora pra dormir, obrigação com meus pontos de horário, obrigação com a minha roupa, obrigação comigo mesma até porque tinha que fazer alguns documentos que meu pai não poderia, tipo, como eu sou menor eu ia na frente e depois ele ia logo atrás e isso mesmo me ensinou bastante. Ahn, pelo colégio mesmo não tinha essa de entregar depois do trabalho. Tu fazia na hora e tu entregava isso direito. Então os trabalhos mesmo do colégio eu fazia tudo do curso. Então é uma obrigação que tu tem tanto com o trabalho quanto com a vida profissional pra vida mesmo pessoal [trecho da fala de Dandara].*

Sendo a primeira experiência de Dandara no mercado de trabalho a partir da participação de um programa federal de inserção no mercado de trabalho, atualmente com 18 anos, não teve expectativa de continuar trabalhando no mesmo local (supermercado). Para ela, estava difícil conciliar os estudos com o trabalho no momento de conclusão do ensino médio no qual está cursando atualmente. E que os planos profissionais são diferentes dos quais ela havia ingressado e conseguido a oportunidade de inserção no mercado de trabalho.

Para Dandara, o dinheiro não é prioridade no momento, compreendendo que suas funções desempenhadas de trabalho estão diretamente relacionadas com os ganhos de rendimento, deixando expresso que conta com o apoio financeiro do pai.

> *Teve gente que foi chamado depois do [experiência no supermercado em questão], depois que saiu. Tinha. A minha encarregada até me perguntou se eu iria continuar. Eu falei que eu pretendia, mas não era o meu foco, no momento, o [Supermercado], porque é muito corrido e eu quero poder focar só no colégio, quero terminar o colégio. Aí então, ela só tinha tempo integral e ia faltar o que se eu pegasse o ‘’fechamento’’? Ia faltar 10, 11h? E como ficaria meu colégio? Né.. Meu pai falou pegou e falou pra mim, não minha filha enquanto o pai puder, você termina o colégio, se é isso que o pai quer, fazer uma faculdade, eu lido com as tuas despesas.. despesas não né? Porque ele me dá essas coisas, me dá roupa, me dá tudo, ele me dá porque exatamente eu não parei o meu colégio pra poder trabalhar. Eu não vou trabalhar no que eu quero, eu quero me formar na faculdade, arrumar um serviço. Se eu arrumar um serviço que não ‘’interrompe’’ o meu colégio, seria maravilhoso, é o que eu quero. Mas também se eu não conseguir, eu vou continuar o colégio, porque eu preciso me entrar na faculdade. Se eu não acabar o colégio, não tem como. Até para o nosso vínculo no dia a dia... [trecho da fala de Dandara].*

De acordo com um dos estudos do IPEA (2009), os mais prejudicados pela rotatividade (substituição de empregados com maior remuneração por outros de menor custo) são os jovens e que estes, recebem os menores salários. Em 2008, a rotatividade dos trabalhadores atingiu 49% de pessoas com idade até 30 anos, enquanto em países como Estados Unidos e China, a rotatividade daqueles com até 21 anos não passou de 8%, enquanto no Brasil atingiu 19%.

Conforme os dados do IPEA (2009), a população negra é muito mais afetada pela precariedade ocupacional. Em 2009, trabalhadores negros, pardos e indígenas correspondem a 44,6% dos trabalhadores informais precários, contra 29,4% dos que declararam ter a pele branca ou amarela.

Em relação às expectativas futuras profissionais, Dandara respondeu de maneira breve que pretende fazer duas faculdades, segundo ela direito e perícia *‘’ Eu quero fazer duas faculdades, que é advogada, direito e perícia.’’* O caminho que pretende percorrer para o alcance desse objetivo, ela espera primeiramente terminar o ensino médio.

> *Primeiro eu pretendo acabar o colégio porque estou no ensino médio e (pausa) depois eu pretendo entrar na faculdade. Se eu não conseguir não entrar em outro serviço, do [supermercado – primeiro emprego], ainda por causa da pandemia, ainda não conseguir correr atrás por isso. Mas quando se Deus quiser, melhorar tudo, vou querer um serviço até pra poder pagar minha faculdade. Meu pai falou que eu tenho direito a entrar na faculdade, que ele vai me dar. Só que eu quero caminhar com as minhas próprias pernas. Não que eu não vou aceitar, né claro. É*

> *uma ajuda, mas eu quero arrumar um serviço pra mim poder pagar a faculdade, entrar primeiro para o direito para poder fazer, se Deus quiser, a perícia [trecho da fala de Dandara].*

4.1.1.2 Luísa Mahin

Luísa tem 23 anos, é uma jovem autodeclarada negra, estudante do curso de bacharelado em Administração na Universidade Federal do Rio Grande, tem uma filha de 4 anos, mora com a mãe e com a filha. Durante toda sua infância recebeu ofensas direcionadas a seu cabelo, corpo e raça.

> *É... na infância que a gente tem uma inocência muito grande, é... não é fácil, assim. Eu moro na BGV, e é dito um dos bairros mais violentos da cidade, então é muito complicado tu te relacionar com as pessoas. Estudei em escola pública minha infância inteira, óbvio que a gente passa por aqueles apelidos ridículos ''nega do cabelo duro'', por ser magra ''Olívia palito'' e coisas do tipo assim (29:44), tu te sentia que não era aceita em certos grupos e até mesmo, na adolescência, que eu alisei meu cabelo pra poder me sentir mais bonita e através disso eu sentia que eu era mais aceita. Tanto que eu só vi isso agora, achava que eu tava tranquila, tava arrasando e não tinha nada disso que eu era feia [trecho da fala de Luísa].*

Seu pai é pintor de esquadria e a mãe é aposentada. Natural de Rio Grande, atualmente reside na mesma cidade. Mora em um dos bairros periféricos do município, bairro Getúlio Vargas. Entrou para a Universidade através das cotas de vagas destinadas para pessoas autodeclaradas negras. Optou pelo curso de Administração por achar que era o único curso no qual ela se enquadraria.

> *[...] graças ao apoio da minha mãe, da minha família, eu fiz o enem ainda no último ano e final de 2016, eu passei para Administração na Furg. E foi um momento muito difícil que eu queria muito trabalhar e tinha um sonho muito grande que eu queria cursar administração que é o único curso que eu achei que eu iria me encaixar né. E eu sou cotista e é muito difícil tu criar uma coragem, uma propriedade de tu dizer que tu é cotista porque as pessoas acham que é fácil, que tu tem várias vantagens e pelo contrário, quando tu chega lá e vê que três vagas são pra negros te dá uma dor muito grande[trecho da fala de Luísa].*

Acessou a Universidade Federal de Rio Grande através de cotas raciais. Descreve como uma experiência difícil pelo fato de as pessoas acharem que ela tem vantagem

perante seu direito de reparação histórica. E que mesmo assim se sente orgulhosa, mas enxerga problemático o cenário de fazer parte de um grupo exíguo.

> *E eu sou cotista e é muito difícil tu criar uma coragem, uma propriedade de tu dizer que tu é cotista porque as pessoas acham que é fácil, que tu tem várias vantagens e pelo contrário, quando tu chega lá e vê que três vagas são pra negros te dá uma dor muito grande. Tu vê um monte de pessoas que se autodeclaram negras, pretas e elas preferem entrar por ampla concorrência por ter vergonha das cotas assim, e não entenderem que quando tá lá dentro com 50, 60 colegas, tu não conta 10 pessoas negras na tua turma. Eu não estudei com 10 pessoas negras nesse tempo todo que tô na FURG. Então é muito frustrante, muito difícil dizer com orgulho que tu é cotista, não tenho problema nenhum em debater e argumentar [trecho da fala de Luísa].*

Ela diz que o fato dela ter conseguido acessar a Universidade foi motivo para questionamento de muitas pessoas, desqualificando seu mérito pela conquista. Ela cita que as expectativas que as pessoas tinham em relação ao seu futuro (mãe na adolescência) não lhe possibilitaria avançar em possibilidades de carreira profissionais mais qualificadas.

> *Então... ainda mais grávida, eu só quero trabalhar e sustentar minha filha. E quando eu passei, eu pensei '' e agora, o que que eu faço?''. Foi muito, muito estranho porque eu acabei vendo sem querer... (inaudível)... eu não sabia o que era titular, o que é titular numa base? E eu ligava pras pessoas, ligava de madrugada e ninguém me atendia e (inaudível) eu não conseguia entender o que é titular de tão nervosa, porque tu cria uma esperança muito grande de algo que tu jamais imaginou. Porque as pessoas sempre te olham do tipo ''nossa, ela conseguiu entrar? Como assim, se ela conseguiu, eu também consigo'', como se eu fosse um nada, assim... [trecho da fala de Luísa].*

Logo no início de sua narrativa, Luísa diz que *''a nossa história não é fácil''* e completa dizendo que *'' o mercado de trabalho é difícil''*. Para ela, o trabalho está relacionado como fonte de renda, que segundo ela classifica como um ''dinheirinho a mais'' e diz que trabalha porque precisa ajudar em casa. A experiência no programa federal de inserção no mercado de trabalho é seu segundo emprego pelo qual já trabalhou. Mas segundo ela, ela o considera primeiro emprego, *''o primeiro de carteira assinada''*.

Suas falas demonstram bastante interesse em estar participando do estudo sua narrativa é provida de riqueza de detalhes. Percebi que em diversos momentos ela

utilizava o termo em terceira pessoa do plural, me incluindo em sua narrativa, como se encontra semelhança em nossas histórias que nos une atrás da nossa cor e ancestralidade.

Luísa enfrentou diversos desafios desde sua infância em relação a maneira como as pessoas julgavam que ela deveria usar o cabelo. Tendo sido mãe na adolescência, Luísa diz que terminando o ensino médio engravidou de sua filha e que a sociedade esperava um destino diferente do qual ela se encontra hoje.

> *Naquela época eu já queria ajudar em casa né. Então é... eu via muita diferença, muita, muita discriminação, muito preconceito, por ser mulher, por ser negra era ainda muito pior e muito difícil. Terminando o ensino médio, no último ano, eu fiquei grávida, eu tenho uma filha de 4 anos. E então te bate um desespero porque a sociedade te olha com grande preconceito né. De tipo, como se eu fosse incapaz de conseguir algo melhor pra mim e pra minha família e pra ela. E a gente acaba achando que isso é verdade [trecho da fala de Luísa].*

Em uma sociedade com histórico escravocrata, as mulheres negras têm demarcação hierarquicamente inferior que estabelece padrões de interação e submissão social. Frequentemente, mulheres negras crescem ouvindo sobre sua cor, cabelo, maneiras de falar, de se vestir e principalmente julgamentos que desqualificam sua cor.

> *E como eu não tinha referência, de outras pessoas negras da minha família que tiveram esse momento de superação tendo filho ou não, então eu achava que realmente o que a sociedade falava era correto e era o meu destino [trecho da fala de Luísa].*

Luísa compreende que estereótipos são construídos sobre sua imagem de mulher negra, jovem, moradora de periferia. E que seu destino seria conforme o que as pessoas ao seu redor achavam sobre ela.

Gomes (2006) aponta que as mulheres negras aprendem a lidar com a tensão entre o processo de dominação e autoimagem positiva. Em seus processos de sociabilização, crianças, jovens e mulheres aprendem a lidar com essa tensão. O autor cita, por exemplo, pensamentos como "apesar da cor, devem ser limpinhas, arrumadinhas, educadas...", solidifica um ideal os estereótipos de beleza brancos. Sendo de maneira aberta ou veladas, as práticas de discursos racistas, são processadas constantemente por instituições, pela mídia hegemônica e pelo senso comum, como normas reguladoras que subalternizam seus corpos.

> *É uma dor muito difícil porque as pessoas falam o tempo todo ‘’Por que tu não alisa? Por que tu não faz isso?’’ E as pessoas*

> *nunca elogiam o seu cabelo como tá né, independente se ele é liso ou não. Então dói muito. Então tu às vezes... (inaudível). ‘’Ah eu prefiro de tal jeito, eu prefiro liso, eu prefiro quando tu coloca a trança’’. Então é muito difícil a gente se aceitar e gostar da gente como é, né. [trecho da fala de Luísa].*

A subalternização dos corpos negros vem da ideia sedimentada no período escravocrata no Brasil (1500-1888), período colonial e pós colonial, estabeleceu a ideologia que a população negra deve continuar em lugar de subalternidade e de inferioridade que permanece até os dias atuais no imaginário social. Mesmo que a população tenha sido ‘’liberta’’ com o fim do regime escravocrata, essa população não encontra uma estrutura, base socioeconômica para sua organização efetiva na sociedade. Luísa demonstra em sua fala a percepção de que a sociedade tem um olhar diferente sobre ela. Quando foi realizada a pergunta ‘’*como é ser mulher negra em Rio Grande?’’, Luísa fez um intervalo por alguns segundo pensando na resposta:*

> *Ah, eu acho que é uma questão assim bem difícil, não por ser só na cidade, é um olhar diferente da sociedade, é um olhar de discriminação, é um cuidado que a gente tem ao sair na rua, aquele se impor às vezes, tem que tá sempre argumentando, porque tu te ‘’ daquele jeito, porque tu usa o cabelo daquele jeito, as pessoas te olham torto o tempo inteiro e é muito complicado. Meu cabelo, por exemplo, é uma coisa que me incomodava por muito tempo. Então, faz uns dois anos que eu uso ele natural. E achar ele bonito. O problema não é se eu usava, é achar ele bonito. Ter autoestima porque as pessoas te olham torto. Por exemplo, quantas entrevistas eu fiz e eu senti que eu tinha as mesmas qualificações que os outros colegas mas eu não podia trabalhar pelo tom da minha pele? Então, às vezes, as pessoas tentam disfarçar mas fica nítido aquele preconceito. Então, não é fácil, é uma realidade muito dura e eu acabei amadurecendo muito cedo. E ter postura e saber argumentar porque às vezes.... (inaudível) né mas, é... tentar sempre manter a postura, ter amadurecimento, saber argumentar, mas é difícil, é muito difícil [trecho da fala de Luísa].*

A população negra foi imposta a um cenário que tornou marginalizado o sistema escravista, sem o abastecimento sequer de qualquer tipo de equidade, ou justiça social nas relações de trabalho. Com isso, os escravocratas e escravizados herdaram o estigma social atrelado ao trabalho que desenvolviam. Como Domingues (2007) menciona que, um após a abolição da escravatura, em 1889, foi proclamada a República. No entanto, este novo sistema político, não assegura profícuos ganhos materiais ou simbólicos para a população negra.

Anterior a atual experiência de trabalho acessada pela política pública Jovem Aprendiz de inserção no mercado de trabalho, Luísa teve mais uma outra experiência profissional, porém sem vínculo empregatício.

Embora o programa visa selecionar jovens com idade entre 14 e 24 anos, Luísa tentou acessar a política pública desde seus 14 anos, se inscreveu várias vezes, conseguindo apenas com seus 22 anos. Para ela, a vivência no trabalho possibilitou ter contato com pessoas diferentes das quais ela estava acostumada.

> *É aí eu conheci o programa, na realidade eu me inscrevo nele desde os meus 14 anos e com 22 eu fui chamada pela empresa pra fazer uma entrevista de emprego. E... foi assim, uma coisa que era muito legal nesses 3 meses porquê.. assim... a maioria deles eram brancos e muito mais novos que eu, com mais sonhos, com uma realidade totalmente diferente da minha, com outras prioridades, mas eu vi aquela oportunidade pra. não com a intenção de ser efetivada, muitos ali entram no programa pensando ‘’nossa, eu posso ser efetivado, eu posso ser efetivado’’[trecho da fala de Luísa].*

Pode-se pensar que a falta de participação efetiva da população negra no contexto escolar, trabalho formal, universidades, cargos públicos e políticos, retroalimentam a ideia distorcida a respeito da identidade étnico racial. Luísa, sentia que precisava se mostrar ‘’ de respeito’’ entendendo o cenário no qual estava imersa naquele ambiente de trabalho onde os estereótipos que marcam o corpo negros são bem compreendidos através dos gestos sutis de julgamento. É possível perceber em sua fala também que há uma assimilação dos diferentes contextos socioeconômico ali impostos e que aquela oportunidade a possibilitaria aumentar sua qualificação profissional.

> *E pra mim já tinha uma visão diferente, é como posso levar do programa como profissional? Então, eu só pensava assim eu só preciso ficar numa empresa que eu vou ser valorizada, que eu vou ser respeitada né... e.... claro que tu enxerga os olhares das pessoas, por tu ser jovem de minoria, pensam que tu não tem responsabilidade. Então, tu tem que sempre mostrar que tu respeito e que tu tem competência. A empresa que eu trabalhei é uma empresa muito tranquila, muito boa mesmo e acho que só teve a agregar na minha carreira, tanto na parte teórica quanto na parte profissional. É acho que é mais ou menos isso [trecho da fala de Luísa].*

Luísa enxergava na oportunidade profissional que lhe foi dada como forma de adquirir experiência profissional que lhe possibilitasse desenvolvimento e permanecer no mercado formal.

Luísa sente que a primeira experiência de trabalho lhe trouxe muito medo no início, mas o que mais temia era o medo das pessoas.

> *É, a gente começa com muito medo. A gente começa com muito medo. Acho que na parte teórica mesmo é mais um momento de timidez por ser um ciclo diferente, pessoas diferentes, mas na empresa também é um pouco assim. Ela tem um ritmo já, é uma empresa já antiga que geralmente a gente vai trabalhar. Então a gente chega com muito medo... é... por trabalhar num escritório, eu trabalhei com uma... a pessoa com quem eu trabalhei era uma das pessoas mais antigas da empresa. Então ela tinha bastante experiência e as pessoas tinham uma consideração por ela imensa. Então isso me causava ainda mais medo de trabalhar. Eu sempre comentava que eu tinha medo das pessoas e não das máquinas. As máquinas a gente aprende. Eu aprendo aqui a calcular, o sistema é fácil pra mim. O problema são as pessoas e como elas vão lidar em relação a mim[trecho da fala de Luísa].*

A relação da mulher negra no ambiente de trabalho é permeada pelos estigmas sociais que ela carrega e por ser minoria pelos espaços pelos quais ela transita. A violência contra os negros se manifesta das mais diversas formas em uma sociedade com herança patriarcal e escravocrata. Os negros são as mais acometidas pelas diversas formas de violência.

Quando questionada sobre o que lhe causava medo, Luísa respondeu que se sentia vulnerável aos processos de trabalho e sentia que não podia errar de forma alguma. Como se seu direito em estar naquele ambiente dependesse constantemente da aprovação dos colegas e chefes. E que caso desagradasse algum deles, ela correria o risco de perder a chance de estar ali. Para Bairros (1995), uma trabalhadora negra é tão oprimida quanto uma mulher branca em uma mesma classe social. No entanto, em uma sociedade desigual, racista e sexista, a mulher negra vivenciará experiências diferentes da mulher branca e a vivência de gênero se difere.

> *É porque, lá as pessoas, assim, acham que por ter mais tempo do que tu, elas podem te mandar e que as coisas dela são sempre prioridades do que as suas responsabilidades. Então como era subordinada, minha chefe tava de férias, eu acho que por eu não ter alguém pra me guiar, digamos assim, eles acreditavam que qualquer coisa que eles fossem falar era ordem. Então, eu tinha um roteiro e tinha um cronograma de atividades pra fazer que eram minhas prioridades e via que nem sempre as pessoas gostavam quando eu dizia ''agora não posso fazer isso pra ti porque eu tenho outra prioridade''. Isso me causava medo porque as pessoas olhavam pra mim com cara feia na mesma*

> *hora. Então foi bem difícil, eu tava passando por um momento difícil, eu tava passando por uma recuperação judicial, eu tava assim muito arriscado, fui a única jovem aprendiz que ficou sozinha. Acho que a outra também já tinha saído e ficou um tempo sozinha também... Mas assim, eu senti muita força mas teve um dia do cálculo (mudança de assunto na mesma frase sem intervalo na fala), teve um dia que eu perdi o ônibus porque tinha muita coisa pra fazer... Mas acho que as pessoas mesmo, a atitude, o jeito que as pessoas (inaudível). Por mais que seja tudo bem, mas aquela revirada de olho ou aquele comentário com fulano... Então tem que estar sempre te justificando. Bem difícil [trecho da fala de Luísa]..*

Embora Luísa tenha encontrado tais dificuldades relacionadas à percepção sobre o espaço em que ocupava, ela compreende que a experiência profissional proporcionada pela política pública Jovem Aprendiz possibilitou acessar o mercado de trabalho formal. Possibilitou ter contato com visões diferentes e ampliar as possibilidades de empregos que almeja futuramente. Em relação às expectativas profissionais futuras, ela pretende atuar na área de administração, mas ainda está em dúvida sobre especificamente o que pretende fazer. Suas dúvidas são sobre atuar com gestão de pessoas, finanças, empreendedorismo e pensa em futuramente fazer outra graduação.

> *Bom, essa é uma pergunta bem boa e eu não se vou conseguir te responder (ambas riram). Como é... acho que tu deve ter tido isso em algum momento, não sei se, né - não sou só eu, acredito que não - administração é uma área tão grande e assim, às vezes eu me sinto muito perdida, porque eu gosto muito de finanças, mas gosto muito de gestão de pessoas, penso que eu quero fazer empreendedorismo. Então, ainda não sei qual área que eu quero finalizar ali quando tu escolhe uma área. Mas assim, a área de finanças me chama muito a atenção por que sou muito ''eclética'', metódica, então talvez eu vá pra área de finanças, ainda não sei. Eu gosto também muito de trabalhar também, como tu comentou ali da tua linha de pesquisa, eu acho que é uma linha incrível, são pouquíssimos projetos que eu já vi, trabalhos que eu já vi, dentro da Universidade. Então, é uma área totalmente diferente, não é cálculo, não é logística. Então eu não posso te confirmar (ela riu timidamente nessa hora). Mas eu quero muito me formar em Administração. Eu não penso em abrir um negócio, quero trabalhar em uma empresa que me dê oportunidade, que me respeite e às vezes, penso em fazer uma outra graduação, em contábeis, eu ainda não sei (risos) [trecho da fala de Luísa].*

Para alcançar tais objetivos, ela pretende terminar a graduação em Administração, fazer uma pós-graduação e aproveitar as oportunidades. Ela percebe que a oportunidade

que a política pública que a inseriu em seu primeiro formal a possibilitou ampliar as expectativas futuras profissionais.

> *É por enquanto é isso, é terminar o curso e eu não quero dar muito distanciamento para tentar fazer outro curso ou fazer uma pós, alguma coisa, não sei com toda certeza, mas aproveitar todas as oportunidades ainda... Às vezes eu penso trabalhar 6h, às vezes eu quero só 4h pra dormir um pouco mais.. Eu tô pensando mais no que que vou aprender do que no que vou ganhar. Acho que pra mim tá valendo muito mais. O [programa federal], ele me proporcionou na verdade uma coisa muito diferente. Porque se eu tivesse entrado com 14 anos eu não teria aproveitado com a mente que eu tenho hoje. Com 22 eu aproveitei muito mais o programa, então o objetivo é continuar aprendendo [trecho da fala de Luísa].*

A discussão que se segue na próxima cena é acerca das barreiras encontradas por Luísa em suas vivências no ambiente de trabalho.

4.1.1.3 Tereza Benguela

Tereza é uma jovem de 18 anos que atua em um hospital e acessou este seu primeiro emprego através da política pública Jovem Aprendiz de inserção no mercado de trabalho. Se autodeclara parda, segundo ela *'' Ah, não que eu ache que chego a ser negra, mas parda''.* Conseguiu seu primeiro emprego em agosto do ano passado.

Ser pardo, de acordo com Weschenfelder e Silva (2018, p.311), vai além da dinâmica étnico-racial brasileira. Na medida em que surge a noção de uma população no país, o pardo adquire uma dimensão biopolítica e se torna elemento central da mestiçagem. De acordo com Mattos (2013), a definição de pardo surgiu como uma forma de diferenciação social. Até meados do século XIX, todos os nascidos livres eram qualificados como brancos e pardos. Viana (2007) diz que o termo estabelecia distanciamento do mundo da escravidão, evidenciando uma relação de liberdade. ''Não chegar a ser negra'' para Tereza, remete um distanciamento de uma definição que lhe traria um peso histórico em uma autodeclaração negra.

É importante também contextualizar nesse momento que quanto mais se estabelece uma aproximação do grupo dominante (branco) e distanciamento do grupo desvalorizado e repelido socialmente (negro), Wilson Honório da Silva (2016) diz que não é de se estranhar que negros se assimilem a teoria do embranquecimento, principalmente em um país onde houve alta miscigenação. O autor exemplifica o Censo

demográfico de 1980, no qual as pessoas puderam autodefinir suas cores. E o resultado evidenciou 136 cores atribuídas aos não-negros. Um arco-íris bizarro com tonalidades como:

> Acastanhada, alva escura, alva-rosada, amarela queimada, azul baiano, bem clara, branca morena, bem morena, branca avermelhada, branca melada, branca morena, branca queimada, branca suja, bronzeada, café-com-leite, canelada, cor de café, cor firme, crioula, esbranquiçamento, escurinha, jambo, laranja, lilás, marrom, meio branca, meio morena, meio preta, mista, morena, morena bem chegada, morena bronzeada, morena canelada, morena castanha, morena clara, pouco morena, puxa para branca, quase negra, queimada de praia, queimada de sol, regular, rosa queimada, roxa, tostada (...). (IBGE, 1980 apud SILVA, 2016).

Como resultado dessa autodeclaração étnico-racial diversificada diferente da realidade étnica, é possível perceber a fuga através de simbolismos expressões pelas mais variadas formas de cores, para então estabelecer uma aproximação à camada dominante. Com isso, percebe-se na fala ‘’não chegou a ser negra’’, um distanciamento da realidade étnica na fala de Tereza.

Sua mãe trabalha como vigilante e seu pai trabalha na prefeitura (não disse qual atuação). Mora com seus pais e irmão mais novo. Em relação a sua trajetória de vida, não expôs muitos detalhes, mantendo-se retraída em relação às respostas e sendo breve nas respostas.

Antes de iniciarmos a entrevista, expus minha apresentação como havia feito com as demais, demonstrando os objetivos dos estudos e motivações. Talvez pelo fato dela não se identificar como negra, houve um afastamento maior em relação ao propósito do estudo. Desde o contato inicial por telefone até o momento da entrevista, mantendo respostas restritivas de informações. As falas em suas narrativas são embargadas de risos tímidos e frases incompletas, sucintas. Mas aceitou participar deste estudo voluntariamente.

Quando questionada como é ser uma mulher parda na cidade de Rio Grande, Tereza responde que nunca viu nada diferente acontecer em função da sua cor. E que vê oportunidades igualmente dadas a todas as pessoas sem desigualdades de condições de acesso.

> *Pra mim, pelo menos até então, é bem tranquilo. Nunca aconteceu nada assim que eu ficasse tipo ‘’droga, eu quero sair daqui’’. Mas eu acho que tipo, como todas cidades tem seus defeitos e problemas, ahn mas eu acho que tipo tem bastante oportunidade para as mulheres de trabalho, pra pessoas negras tem... mas... óbvio que a gente vê mais pessoas negras na limpeza*

> *e essas coisas assim que é normalmente a função que dão. Mas eu gosto de morar aqui, só que eu não digo que tipo, se eu tivesse uma oportunidade de sair daqui que eu não sairia porque eu sairia. [trecho da fala de Tereza]*

Mesmo que Tereza compreenda que funções de menor prestígio social sejam ocupadas por pessoas de cor negra, ela não enxerga que há diferenças nos espaços laborais ocupados pelos quais ela observa. É como Barros (2009) menciona que no mundo moderno as diferentes cores (branco, preto, amarelo, pardo, indígena) aprenderam a enxergar o mundo de maneira diferente a partir dessas diferenciações.

Honório da Silva (2016) compreende que quanto mais o mestiço se distancia da consciência de sua condição como negro, explorado e discriminado, maior a possibilidade dele se identificar com a ideologia da elite dominante. Como no Brasil há a inexistência de mecanismos institucionais ou legais de diferenciação racial como *apartheid* na África do Sul, é um sintoma achar que ‘’há maiores possibilidades de circulação social’’, como menciona Silva (2016),

> Em suma, quanto mais distante da negritude, mais próximo se estaria dos mais bem-sucedidos, dos que haviam conquistado os direitos plenos à liberdade, à igualdade e à fraternidade (‘’por acaso’’, os mais brancos), comprovando uma das principais facetas do racismo sob o capitalismo, num mundo em que a raça e classe se confundem e no qual, como disse Fanon em ‘’Os condenados da Terra (1961), ‘’o indivíduo é rico porque é branco, é branco porque é rico’’ (SILVA, 2016, p.114).

Tereza nunca havia trabalhado antes. Sua primeira experiência profissional foi através do programa federal que possibilitou seu acesso. O contato com seu namorado a possibilitou conhecer a oportunidade.

> *Eu já conhecia sobre o programa, meu namorado já trabalhava como jovem aprendiz, mas não pelo [instituição qualificadora]. Eu já estava a procura a bastante tempo de um emprego e aí eu vi a oportunidade da [hospital], enviei um currículo, fiz entrevista e eles me chamaram e me encaminharam para [instituição qualificadora]. E por enquanto tamo aí (risos). [trecho da fala de Tereza]*

Santos e Gimenez (2015, p. 165) sugerem que em um cenário de estrangulamento das políticas públicas e da proteção social tende a impulsionar de forma intensificada a procura de emprego por parte dos jovens brasileiros. Esses, mais necessitados e menos protegidos, estarão diante de um mercado de trabalho em regressão.

Para Tereza, a experiência está sendo satisfatória e possibilitando aprender bastante. Passou por diferentes setores dentro do hospital que proporcionou conhecer diferentes atribuições.

> *Ah tá sendo bem legal porque estou aprendendo bastante coisa tanto na [hospital] nas práticas quanto no [instituição qualificadora], são coisas diferentes, porque o [instituição qualificadora] é mais teoria e na [hospital] tem que colocar em prática o que foi deixado pra mim fazer lá... Então é bem legal. [trecho da fala de Tereza]*

A jovem acredita que a experiência lhe possibilitou conhecer o funcionamento do hospital e que sua vivência facilitou o interesse conhecer a área, caso venha a trabalhar no futuro *'' caso aconteça de eu ir trabalhar em um hospital mais lá na frente eu já vou ter uma 'baita' noção''.*

Em relação às expectativas futuras profissionais, Tereza diz que seu sonho é ser veterinária. No entanto, atualmente ela cursa tecnologia aplicada à toxicologia ambiental na Universidade Federal do Rio Grande.

Quando questionada sobre qual caminho pretende trilhar para alcançar sua expectativa profissional, a entrevistada não entendeu a pergunta. E respondeu, no segundo momento, que primeiramente pretende prestar vestibular a partir do ENEM (Exame Nacional de Ensino Médio). No entanto, ela expressa que compreende que a escolha é atribuída a obstáculos em função da mobilidade urbana.

> *Primeiramente, muito estudo e acho, vou tentar fazer o ENEM esse ano de novo pra ver se eu consigo a nota né. É necessária pra entrar pra medicina veterinária e também, tipo vai ter muitos obstáculos porque sou de Rrio Grande e só tem em Pelotas. Então acho que vai ser bem complicado, mas eu acho que tipo se eu tiver determinação e ser realmente o que eu quiser, eu consigo. [trecho da fala de Tereza]*

A fim de instigar um pouco mais o ponto em relação ao ponto que ela entende como ''complicado'', foi questionado se ela poderia falar um pouco mais sobre isso e a resposta dela foi a dificuldade de conciliar os estudos e o trabalho e que a locomoção entre um município e outro (Rio Grande e Pelotas), poderia dificultar o processo.

> *Acho que por causa da locomoção mesmo, porque como sou de Rio Grande e é em Pelotas, aí eu teria também que parar de trabalhar porque é em tempo integral e aí por causa de dinheiro,*

> *da locomoção e aí ir e vir de Pelotas todos os dias... é mais por causa disso [trecho da fala de Tereza].*

Tereza traz a necessidade de trabalhar e a dificuldade de conciliar estudo e trabalho. Esse obstáculo foi apresentado também por outras entrevistas. Guimarães e Almeida (2018) afirmam que a entrada precoce de jovens no mercado de trabalho estabelece um ciclo vicioso com implicações muito negativas. Como apresentam os autores, muitos percebem as dificuldades e vão em busca de oportunidades de aumentarem suas qualificações. No entanto, devido às longas jornadas de trabalho, se torna difícil o retorno às escolas e o engajamento em programas de formação.

> Os jovens de famílias mais pobres ingressam muito cedo no mercado de trabalho, impulsionados pela necessidade de obter renda e/ou pela má qualidade da educação oferecida, incapaz de convencê-los que possa no futuro trazer algum benefício. Obtêm, então, um posto de trabalho precário e com reduzidas chances de ascensão profissional, consolidando um tipo de inserção que tende a se preservar ao longo do ciclo profissional. Muitos indivíduos percebem as dificuldades e procuram oportunidades de obter qualificações que aumentem as chances de ascensão profissional. No entanto, muitos estão inseridos em longas jornadas de trabalho, tornando difícil o regresso à escola ou o engajamento em programas de formação ou reciclagem (GUIMARÃES e ALMEIDA, 2013).

Em relação a possibilidade de continuar trabalho em seu atual emprego, a jovem responde que não tem interesse.

> *Agora que eu comecei a faculdade, ela [faculdade] também é em turno integral, aí tipo, se eu continuar nela não teria como eu ficar por motivos meus. Mas eu acho que sim, porque já me disseram bastante tipo ‘’ah, você faz esse trabalho direitinho’’ e eu tô num serviço que acumula muita coisa, então tipo, quando eu tô lá, já ‘’lembra’’ de bastante coisa. [trecho da fala de Tereza]*

Santos e Gimenez (2015) sugerem que o segmento juvenil se apresenta como um dos atingidos pelas altas taxas de desemprego, trata-se de um dos mais afetados pela continuidade da atual crise econômica. Em razão dos impactos negativos da recente tendência de estagnação ou recessão sobre o financiamento das políticas sociais e voltadas para o trabalho, houve fortes impactos sobre as condições de uma parcela dos jovens que foi capaz de se manter na escola e de reverter a anterior tendência de forte expansão do trabalho infanto juvenil. As transformações das políticas públicas no Brasil na última década, em especial da política social brasileira, foram decisivas para a redução da elevada taxa de atividade do jovem no mercado de trabalho brasileiro.

4.1.1.4 Zacimba Gaba

Zacimba é uma mulher autodeclarada negra de 25 anos, mãe de uma menina recém nascida, casada e mora com o marido e a filha. É importante mencionar que Zacimba havia perdido sua mãe, vítima de câncer, pouco antes dessa entrevista acontecer. Em decorrência do acontecimento, a entrevista ocorreu dias depois das demais entrevistadas. Sua mãe era do lar e seu pai era estivador. Natural e residente da cidade de Rio Grande, Zacimba trabalha atualmente na mesma empresa na qual entrou através do programa de inserção de jovens no mercado de trabalho entre os seus 16 e 17 anos. Iniciou como aprendiz e hoje chefia uma equipe em uma farmácia da cidade.

> *[...] Tenho 25 anos, eu comecei no Jovem Aprendiz eu tinha 16 pra 17 anos, né. Eu fiz uma prova e dependendo das perguntas ali, das respostas de acerto, a gente iria ou pra farmácia ou pra supermercado e como eu acertei toda prova, eu fui direcionada pra farmácia. [trecho da fala de Zacimba].*

A jovem menciona que sua cor nunca afetou em nada em sua vida durante sua infância e juventude, pois acredita que somos todos iguais. Mas ela revela que percebe que no mercado de trabalho sua cor interfere, pois acredita que existem preferências entre brancos e negros em processos seletivos. Com exceção de casos em que os negros sejam muito qualificados, segundo ela.

> *No colégio... mas isso nunca me afetou, essa questão da tua cor nunca me afetou porque nós somos todos iguais. Não tem diferença. Mas em algum momento ali antes de eu ter essa percepção que a minha cor atrapalha o mercado, não atrapalha, mas tem preferência né. Se tem um branco e um negro, infelizmente o pessoal prefere o branco do que o negro, né. A não ser que tu seja muito qualificado pra poder né.. assim oh, conseguir. [trecho da fala de Zacimba]*

Zacimba assim como Teresa, percebe que há uma diferenciação nas condições de trabalho para pessoas brancas e não brancas. Silva (2016) entende que o processo de inclusão de negros no mercado de trabalho intensificou o preconceito e acentuou a discriminação, tornando mais evidente os cargos de disputa com proximidade ao ‘’ideal de branquitude’’. Ou seja, cargos e condições de salários ocupados por pessoas negras e brancas tornou-se mais evidente na medida em que há competição econômica, o preconceito étnico é expresso para manter acumulado pelo ‘’grupo majoritário’’.

Zacimba acredita que em sua vida sua cor nunca a afetou, apesar dos olhares ao andar na rua que recebe quando está ao lado de seu marido e filha em lugares públicos. Apesar de Zacimba ser a entrevistada que traz mais vezes essa afirmação, ela é a que mais dá indícios concretos das barreiras.

> *Só os olhares né..., mas aí os olhares das pessoas, a gente não tem como... os olhares... assim né... Agora com a minha filha né... Quando ando na rua com a minha filha e com o meu marido, as pessoas olham pra gente... normal...porque veem um negro com um loiro dos olhos verdes e a minha filha branca, né... [trecho da fala de Zacimba]*

O destaque para a cor de pele do marido e da filha são evidentes em sua narrativa. Ela possui o irmão como inspiração profissional por compreender que o caminho profissional dele é semelhante ao dela. Ela menciona brevemente como foi a trajetória dele profissional, começou de baixo, segundo ela e que hoje é supervisor em uma das plataformas de Rio Grande. Segundo ela, o caminho percorrido por ele é de onze anos ‘’trilhando o caminho dele’’.

Ao fim desta fala, ela insere a perspectiva anunciando que iria iniciar uma ‘’confissão’’:

> *Elaine, eu vou te confessar uma coisa, não sou de olhar televisão, não vejo televisão, nem jornal... Não... Não... Essa pandemia agora é extremamente me irrita, né. Isso me deixa triste, porque eu acredito que esse vírus foi criado né, porque não tem como esse vírus aparecer do nada, né... Eu lembro bem que H1N1 matou muito mais pessoas e não foi essa loucura toda, né.. Então eu procuro não assistir televisão, não vejo televisão e essa questão também que agora apareceu desse moço nos Estados Unidos... que mataram... O policial... que matou ele né... que botou o joelho no pescoço dele, aquilo ali é uma prova de que com certeza aquilo ali é racismo, né... aquilo ali me deixou extremamente triste, mas eu também sou uma pessoa assim oh... parece que eu entro numa bolha, eu e minha família e ali a gente fica, porque o racismo ele não me afeta. [trecho da fala de Zacimba]*

Semelhante ao que o pai de Dandara dizia para ela, ‘’entrar numa bolha’’ parece ser uma estratégia para evitar o sofrimento. Zacimba acredita que falar sobre racismo é vitimismo e que as pessoas se oportunizam de situações discriminatórias em benefício próprio. Ela acredita que falar sobre racismo é ser racista. E faz uma reflexão sobre as movimentações nas redes sociais e manifestações sociais que ocorreram em protesto contra morte de George Floyd, norte-americano negro morto por um policial nos Estados

Unidos em maio de 2020. Ela se recorda sobre as provações de quem se mantém em silêncio em relação ao acontecimento e discorda que o silêncio é sinônimo de ser racista frente a situação. Ela acredita que o racismo se manifesta somente em situações em que ocorrem agressões verbais.

> *Ele não me afeta e eu não me vitimizo por isso, porque eu conquistei tudo que eu conquistei com o suor do meu trabalho. A pessoa não dirigindo a palavra, não me ofendendo, pra mim.. sabe?! Pra mim, tá tudo certo. Eu não sou essa pessoa que vai pras redes sociais, se vitimizando, que fica lá ''ah porque eu sou negro eu tenho que conseguir isso'', ''ah porque eu sou negro...'', não. Eu já sou totalmente ao contrário, eu acho que isso sim é ser racista [exaltação de tom de voz enquanto referia essa frase]. ''ah eu quero conseguir isso porque sou negra'', ''quero conseguir aquilo porque sou negra'', eu já sou contra a ser assim. Então, tem coisas que eu não concordo ali com as redes sociais, que tão falando que o silêncio também é racismo. Não! A pessoa é racista quando, né, agride outras com palavras verbalmente, né, que é o que tem em todo lugar. Hoje eu saio com meu esposo, meu esposo é loiro dos olhos verdes e a minha filha é branca. E eu saio nos lugares e as pessoas ficam me olhando, como se fosse fora do normal. Mas não me dirigindo a palavra, não me agredindo verbalmente, pra mim tá tudo certo. [trecho da fala de Zacimba]*

Zacimba se sente incomodada com relação a esta afirmação porque confronta a estratégia de ficar em silêncio. É interessante observar como essa afirmação atingiu as pessoas que são vítimas. Elas se sentem culpadas pelo silêncio. Sem a verbalização ela pode suportar. É uma elaboração mental para lidar com o sofrimento. Uma estratégia de autoconhecimento. Apesar disso, ela não deixa de sentir o racismo e o preconceito.

A reflexão que Zacimba faz ao mencionar ''não concordo com aquilo ali nas redes sociais'', refere-se ao assassinato de estadunidense George Floyd em maio de 2020 estrangulado pelo joelho do policial branco durante uma abordagem por supostamente usar uma nota falsa de vinte dólares em um supermercado. As manifestações norte-americanas me fizeram recordar de uma anedota que Coelho (2007) explica em seu artigo que trata sobre como a cor nos Estados Unidos é abordada. Ela conta a história de um presidente dos EUA que um dia decidiu acabar com os conflitos raciais escolhendo a cor verde para ser a única cor das pessoas. Não haveria mais brancos ou negros, apenas a cor verde. A lei dizia que quando pessoas negras seriam permitidas a andar em coletivos e sentar-se nos bancos da frente. Até que um dia uma família entrou em um coletivo e se sentou nos bancos da frente. E o motorista imediatamente freou o veículo e mandou-os

sentar-se nos assentos localizados ao fundo. E um dos membros da família questionou que segundo a nova lei, a segregação racial acabaria e não haveria mais separação de cores na ocupação dos coletivos. O motorista concordou e disse que os verdes-claros na frente e os verde-escuros ao fundo.

Essa anedota traz uma reflexão comparativa de como o Brasil lida com as questões raciais no país. Enquanto a cor da pele ‘’existe’’ mas ‘’não existe’’. Em uma tentativa de eliminar a existência de racismo no Brasil com a falácia da democracia racial e com isso, o silêncio se instaura para algo visto naturalizado plantado pelo racismo estrutural. Zacimba compreende que o racismo é quando as palavras agridem em relação a cor. Ela não compreende quais as encruzilhadas que atravessam o corpo da mulher negra pela opressão, racismo e sexismo em função da classe social, raça e gênero. A ausência de problematização sobre a cor nos espaços estudantis, condiciona a anestesia social à ausência de percepção racial e consciência de classe.

Seu primeiro e atual emprego foi através de uma política pública Jovem Aprendiz de inserção no mercado de trabalho. Ela relata que teve que fazer uma prova no local e ficou em dúvida em escolher entre a farmácia (atual) e um supermercado. Ela diz que conheceu a oportunidade através de uma divulgação em um canal de televisão (propaganda). Ela disse que se interessou e foi sozinha atrás da oportunidade. Na época morava no bairro Getúlio Vargas, localizado em Rio Grande, o mesmo em que Luísa mora atualmente.

A entrevistada diz que em seu processo seletivo, foi questionada o motivo pelo qual estaria ali disposta a trabalhar. Ela foi questionada se passa fome em casa no momento da seleção.

> *[...] uma equipe de gestores foi lá pra ver os alunos que foram selecionados pra farmácia, né. E eu contei sobre minha história de vida, perguntaram pra mim porque que eu tava procurando o [programa – política pública], né.. Se eu estava passando fome, se eu estava precisando muito ou só por esporte mesmo. E ali eu contei pra eles né, que eu era só eu, a minha mãe e meu pai, os meus irmão já não moravam mais em casa, mas a minha mãe não tinha condições de comprar cadernos bons pra mim, minha mãe não tinha condições de comprar um tênis bom da marca que eu queria que os meus colegas usavam e eu decidi ir trabalhar. E aí como um dos gestores viu muitas verdades nas minhas respostas, eles ficaram comigo. Eu procurei o jovem aprendiz também ahn... porque é uma coisa correta, né, na verdade é um trabalho correto que eu saberia que ia trabalhar e iam me pagar, né. Poderia*

> *muito bem correr pra trabalhar clandestinamente. [trecho da fala de Zacimba]*

O pressuposto de que ela por ser negra, mulher e moradora de um bairro periférico, condicionou a quem a entrevistava a classificá-la como em condição de miserabilidade e indiscriminadamente realizou tal pergunta não comum em processos seletivos de trabalho. Percebe-se que seu corpo para os entrevistadores representou uma visão estereotipada sobre Zacimba. Ela não manifestou desconforto quando foi questionada sobre passar fome ou não. E ela compreendeu que os entrevistadores enxergaram a verdade em suas respostas e acredita que por esse motivo foi contratada.

As primeiras funções desempenhadas enquanto aprendiz foram espanar as poeiras das prateleiras da farmácia. Ela disse que desempenhava muito bem aquela atribuição designada a ela. Depois, com o tempo, passou a ser repositora (reposição de mercadorias do estoque para as prateleiras), um mês depois passou a ser conferente e depois passou para o atendimento.

> *No primeiro momento ali eu recebi o espanador, né... aí eles mandam espanar toda a loja, tirando lá a sujeira, a poeira. Depois que ele foi percebendo que eu fazia aquilo ali com gosto e bem feito, eu tirava todos os produtos. Depois fui a repositora, chegava a mercadoria, eu ia repondo a mercadoria. Sem nunca reclamar. Dava minhas quatro horas ali e eu ia embora. Depois de um mês mais ou menos, eu já passei a conferente. Aí eu conferia todinha a mercadoria que chegava. Aí depois de conferente, eu fui pro atendimento né. Atendia as pessoas ali, já pegava o paracetamol, dipirona que é o que todo mundo conhece, né... auxiliava ali no atendimento. E aí tinham essas quatro funções que eu fazia no jovem aprendiz, né. Nunca lidei com dinheiro, porque a gente não pode por ser menor né... [trecho da fala de Zacimba].*

Ela conta que sua motivação para procurar o programa foi ter renda própria sem depender do que os pais podiam oferecer (tênis, roupas, material escolar...). Ela disse que foi procurando qualquer emprego, sem direcionar a área. E que hoje se sente orgulhosa por tudo que fez e sente que nada foi em vão. Ela diz que através do seu emprego, conquistou seu carro, sua casa e hoje tem sua filha. E que se sente muito grata pela oportunidade. Ela disse que na época sua mãe se opôs a decisão dela de trabalhar e estudar ao mesmo tempo, mas ela queria e que hoje serve de exemplo para os dois sobrinhos e que um deles seguiu seus passos e hoje trabalha na farmácia como aprendiz também.

Zacimba menciona que almejava trabalhar formalmente e que não queria depender das opções de ‘’trabalho clandestino’’, ela queria trabalhar no mercado de trabalho da ‘’maneira certa’’. Após a construção de sua narrativa, pedi para que ela me explicasse melhor qual o significado para ela desse termo utilizado.

> *Com a minha idade... com a minha idade... clandestino é cuidar de criança, né... tu ser babá ou fazer faxina, porque com a idade que eu tinha, querendo ou não, é clandestinamente né. Porque não iam assinar minha carteira de trabalho. Naquela época não tinha saído ainda as normas né... que faxineira, babá tem que ter a carteira de trabalho assinada. Então na época que eu ingressei como jovem aprendiz não tinha essa regra. Então, clandestinamente é isso né. [trecho da fala de Zacimba].*

A compreensão sobre trabalho informal como sinônimo de trabalho clandestino para Zacimba, pode estar associado em sua percepção como trabalho precário, sem garantias legais e problemáticas. Ela compreende como importante como ter a carteira assinada e a participação no programa Jovem Aprendiz surgiu como uma possibilidade de obter tal importância dentre as opções que ele menciona como clandestino. A partir da compreensão normativa vigente de mercado, onde a formalidade favorece a acumulação capitalista no país, o trabalho informal é compreendido como problemático. É importante ressaltar que, embora o trabalho informal seja um problema social, as desigualdades sociais também são marcadas pelos baixíssimos salários pagos pelos empregadores. A própria percepção de trabalho formal nas condições atuais econômicas no país é controversa frente à realidade em que o Estado como regulador entre as relações entre o mercado e sociedade, permite um padrão de acumulação concentrador de renda e perpetuador de pobreza. O conceito de trabalho informal no país, além do desemprego, subemprego e emprego não regulamentado, também carrega um simbolismo de estar apartado do aparato econômico e suas contribuições para o sistema.

A visão de Zacimba em relação às outras formas de trabalho denominando como ‘’clandestina’’ pode estar associada a fazer parte do contexto dominante aceito. Quando ela exemplifica clandestino com as funções de babá, faxineira, é possível perceber a visão sobre a realidade social que ela tem e quais as opções de emprego que ela enxergava como possíveis em seu contexto social. Ela compreende que as funções que mulher negra em um contexto periférico tem possibilidades de trabalho limitadas a trabalhos de baixa remuneração e com poucas possibilidades de ascensão profissional. Segundo a jovem, o programa possibilitou acessar condições de trabalho diferentes das opções que ela

compreendia como possíveis. Embora Zacimba diz que não enxerga diferenças entre negros e brancos, ela entende que suas possibilidades de trabalho seriam pequenas e informais e segundo ela, ‘’clandestinas’’.

Para Zacimba, ter participado da política pública Jovem Aprendiz como maneira de acessar o mercado de trabalho, aumentou suas expectativas profissionais futuras. Futuramente ela pretende terminar o curso de farmácia, pois tem a opção de ser gestora farmacêutica no local onde trabalha.

> *Hoje eu sou estudante de farmácia, né. Porque eu quero seguir na farmácia e ali eu tenho a opção de ser gestor farmacêutico. Então pra mim é mais fácil e eu já tô nessa área né, muito me identifiquei pra trabalhar e aí eu tô ingressando em farmácia. Com essa pandemia é bem complicado também, né.. e por causa da minha bebê, enfim. Mas eu faço farmácia, sim. [trecho da fala de Zacimba].*

É importante mencionar que Zacimba, assim como a maioria das entrevistadas vislumbra a continuidade dos estudos e futuro profissional. E a participação no programa apresenta essa possibilidade de acesso ao vislumbre de novos horizontes profissionais através das experiências vivenciadas na política pública. O caminho que pretende trilhar para alcançar seu objetivo profissional é permanecer no local atual e diz que sente que suas atribuições atuais já desempenham suas expectativas futuras.

> *É mais tranquilo e é um trabalho que eu faço também né, querendo ou não, eu sou gerente da farmacêutica, sou gerente da faxineira, então pra mim já tá mais prático, já tô ali né.. [trecho da fala de Zacimba].*

Zacimba acredita que ter participado do programa possibilitou mais que o acesso ao mercado de trabalho formal, mas também uma perspectiva profissional. Ela sempre que tem oportunidade, indica jovens a participarem para terem uma chance de adquirir experiências, conhecimento e oportunidades. Para ela, a experiência foi muito positiva e ela retrata como ‘’muito boa, construtiva’’ e diz que evoluiu bastante profissionalmente.

> *A experiência que eu tive é uma experiência muito boa, construtiva, eu evoluí muito, tanto profissional quanto pessoa, eu aprendi muita coisa ali ao longo do curso do jovem aprendiz e depois né... segmento ali do trabalho... e eu indico né... Aonde eu posso eu digo ‘’ah, te inscreve no jovem aprendiz’’, quando eu tenho contato né, com as pessoas jovens, eu sempre falo que vale*

> *a pena. Porque ali a gente aprende como lidar com o outro e lidar com as situações que podem acontecer. Né, a gente aprende. [trecho da fala de Zacimba].*

Ela se torna uma referência em um universo tão carente de referências, assim como a Luísa ao entrar na faculdade de Administração. Novamente, a entrevistada reforça sua satisfação com a vivência citando suas conquistas através da oportunidade ofertada ao seu primeiro e atual emprego.

> *E como eu te disse né, uma experiência boa, criativa né, no caso eu cresci muito e onde eu fico muito feliz foi nas coisas que eu conquistei né. Aos vinte e cinco anos, eu tenho a minha casa, tenho meu carro, tenho a minha família, isso daí nada mais gratificante do que ter a nossa própria casa né. A gente andar com as nossas próprias pernas. Essa é a experiência que eu tive de vida. [trecho da fala de Zacimba].*

As transformações das políticas públicas no Brasil na última década no país, foram decisivas para a redução da elevada taxa de inatividade de jovens no mercado de trabalho brasileiro. Também tiveram efeitos positivos sobre as condições de inserção laboral juvenil no dinâmico mercado de trabalho brasileiro entre 2004 e 2015. A evolução do sistema educacional brasileiro na última década é um ponto central no tratamento da questão da inserção do jovem no mercado de trabalho brasileiro na última década.

Zacimba menciona que olha sua carteira de trabalho e se sente surpresa por ter sido seu primeiro e único emprego.

> *Às vezes, eu olho pra minha carteira de trabalho e nem acredito que aonde foi assinado a primeira vez e é aonde estou ainda né... Então, o jovem aprendiz contribuiu muito pra isso, né.. pra que eu evoluísse como pessoa e desse seguimento né.. Porque eu fico tão feliz quando eu entro na minha casa, e eu vejo minha casa né e às vezes eu não acredito (risos de alegria). [trecho da fala de Zacimba].*

A menção da jovem ao se referir-se a contemplação da carteira assinada revela a importância simbólica do emprego e da permanência em um cotidiano de precariedade que as mulheres negras enfrentam. Mesmo sem ter sido seu sonho trabalhar em uma farmácia, apenas uma oportunidade de trabalhar independente da área que fosse, Zacimba expressa em vários momentos o entendimento sobre aproveitar a oportunidade de se inserir a partir do programa. Em mais de uma fala menciona que indica jovens aos

processos seletivos da organização, pois compreende que é necessário priorizar o trabalho na juventude.

> *E quando abre a seleção de jovem aprendiz eu sempre indico, quatro ou cinco porque eu acho que a gente tem que dar preferência pras crianças, né, porque querendo ou não, nós, a gente começa a trabalhar criança. E, hoje em dia, ainda bem que dentro da lei, a gente trabalha as quatro horas, recebe direitinho, de carteira assinada e isso daí também ajuda, né outros meios né. Trabalhou numa farmácia e viu que não é isso que quer, tem outra opção né. Eu na verdade quando fui lá no jovem aprendiz, eu fui procurando qualquer emprego, sabe Elaine. Eu queria só trabalhar. [trecho da fala de Zacimba].*

Santos e Gimenes (2015) também compreendem que políticas públicas de proteção social geram grande impacto nas condições pelas quais os jovens acessam o mercado de trabalho. No entanto, os autores compreendem que existem problemas históricos a serem superados num mercado de trabalho estruturado com baixos salários, baixa qualidade de ensino em todos os níveis, enorme contingente de trabalhadores desprotegidos, os graves problemas urbanos com impactos inequívocos sobre a questão habitacional e a segurança dos jovens, entre outros. A forte desaceleração da economia brasileira a partir de 2013 gerou efeitos evidentes sobre o ritmo de geração de empregos e sobre a arrecadação fiscal. As condições de financiamento das políticas públicas favorecem mais os jovens brasileiros em relações virtuosas entre a economia, o mercado de trabalho e as políticas públicas durante entre o período de 2004 e 2012, segundo os autores.

4.2 Barreiras vivenciadas no trabalho

Nesta categoria são apresentadas as barreiras que as quatro participantes enxergam enquanto mulheres negras no ambiente de trabalho e no acesso ao mercado de trabalho.

4.2.1 Dandara dos Palmares

Dandara quando questionada a quantidade de mulheres negras em seu ambiente de trabalho, respondeu que seria a única entre os contratados pela política pública Jovem Aprendiz de inserção no mercado de trabalho que trabalhava no supermercado.

> *Eu era a única menina, eu acho. No [instituição qualificadora] eu acho que era a única menina negra. Negra mesmo, sabe? Que não... tem a aparência mais negra. Eu era a única menina. [trecho da fala de Dandara].*

Relata que teve uma boa sensação no contato com chefia, referiu que era ‘’tratada bem, igual a todo mundo’’ e classificou como ‘’maravilhosa’’ a relação com a chefia em sua vivência profissional.

> *Eram maravilhosas [se referindo as chefes], todas me tratavam, graças a Deus, bem. Eu fui tratada igual a todo mundo, sempre tratada com uma forma igual. Não tinha ‘’essa é preferida, essa mais clara’’, não. Foi maravilhoso, tanto na [instituição qualificadora], quanto no supermercado. [trecho da fala de Dandara].*

Apesar da boa experiência relatada durante seu período de trabalho vivenciado, Dandara já vivenciou situação de ofensas em função de sua cor no local de trabalho. Ela relata um dia em que estava desempenhando suas funções de rotina e atendendo uma cliente quando foi interrompida por uma senhora a abordou solicitando um item do supermercado que não estava presente nas prateleiras.

> *Teve um dia que eu estava ajudando uma senhora a pegar uma clorofina e aí eu falei pra ela que não tinha ali no corredor, mas que eu podia ver no estoque pra ela e aí eu não tava nem atendendo ela, tava passando uma entrega que tinham pedido e eu deixei de fazer a entrega para uma cliente. E aí ela pegou, e eu falei que ‘’não tinha aqui, mas que poderia ver no estoque pra senhora’’. E ela pegou e disse assim ‘’ ah, mas que negrinha mais burra’’(Eu demonstrei surpresa nessa hora, exclamando ‘’hum!’’ e ela repetiu a frase). ‘’Que negrinha mais burra!’’ E eu falei assim tipo, eu pensei assim ‘’eu não vou discutir porque vou perder a minha razão, com certeza. Ela vai mentir e dizer que não, que não. Eu vou deixar ela. Também não vou ficar também atendendo uma pessoa também que me ofendeu... aí falei pra ela que ‘’me dê licença, vou chamar outra pessoa que possa te atender melhor’’. [trecho da fala de Dandara].*

A jovem disse que naquele momento chamou outra colega para continuar o atendimento da cliente e que foi direto para o banheiro. Ela se sentiu tão mobilizada por aquela situação vivenciada que chorou e sentia que tinha que enfrentar aquela situação sozinha, tendo em vista que ela entende que vai ter de lidar para o resto da vida com o preconceito em qualquer situação e que se manifestasse naquele momento a agressão que sofreu, poderia ser prejudicada e exemplifica o contexto no qual ela sente que poderia ser

penalizada (faculdade). Dandara compreende que se calar é a forma se manter ‘’incluída’’ ainda que ‘’excluída’’ pelas agressões que sofrerá emocionalmente. Ela não vê uma estrutura de suporte social que possa superar essa situação, sendo orientada pela família a sofrer em silêncio. Essa falta de suporte revela o racismo estrutural.

> *Aí minha colega estava passando né, a [fulana], e a [fulana] foi que atendeu a senhora pra mim. E fui pro banheiro, chorei porque eu ainda tentei ser educada de dar e pessoa me ofendeu. Cheguei em casa e contei pro meu pai, meu pai queria ir lá no [supermercado], no [instituição qualificadora] falar, aí eu falei ‘’não vale a pena’’, porque hoje em dia não é só no como em outro lugar e eu tenho que aprender a lidar. Se eu me abalar ou sair do serviço por fazer briga por qualquer preconceito que eu for sofrer na vida, eu nunca vou conseguir fazer uma faculdade, estudar. E aí ele pegou e ficou meio brabo por uns dias, mas depois ele falou ‘’é tu tá certa né, filha’’. [trecho da fala de Dandara].*

O ciclo que se inicia com o pai convencendo-a, termina com ela convencendo o pai. O silenciamento não é uma violência física como fora com a mordaça, mas simbólica. Para eles, é melhor se calar para sobreviver profissionalmente.

Silvio de Almeida (2019) menciona, nas relações cotidianas das instituições, o racismo se manifesta na forma de micro agressões ou violência explícita através até mesmo de piadas, silenciamento, isolamento e etc. E sem ações por parte das instituições, toda a instituição transmite privilégios e violências sexistas e racistas. O racismo no âmbito individual é transcendido pelo racismo estrutural que denota o poder de um grupo sobre outro quando há controle direto ou indireto de determinados grupos sobre o aparato institucional. O autor compreende que o racismo individual possui natureza patológica em função da sua natureza política, pois são combatidos nos campos jurídicos através da aplicação de sanções civis (punições e indenizações penais). No entanto, compreendo que se há uma estrutura de privilégios hierarquizante na qual a raça é o denominador das desigualdades implantado por um Estado racista estrutural, não seria considerado patológico um comportamento de exclusão. Torna-se nessa condição, o agressor isento por uma justificativa biomédica sobre seus atos de privilégio.

Dandara quando diz que ‘’não vale a pena’’ ir buscar reparação dos danos morais sofridos. Apesar de compreender os atos realizados pela agressora expressos através do choro, ela passa a ressignificar diante do perigo que a estrutura social desigual oferece (perder o emprego, represálias, perda de futuro profissional).

Silvio de Almeida (2019) esclarece que a negação do racismo no Brasil é essencial para a continuidade do racismo. Consegue funcionar e se reproduzir, naturalizado e incorporado ao nosso cotidiano como algo normal.

O racismo no Brasil, diferente dos Estados Unidos, foi arquitetado de uma forma tão habilidosa que impede que nós brasileiros enxerguemos para além do mito da democracia racial as desigualdades existentes. A falsa sensação de que vivemos em uma democracia racial, miscigenados, felizes e sem conflitos, impede que enxerguemos as diferentes condições de acesso ao mercado de trabalho, torna as ofensas raciais naturalizadas e injustificáveis de denúncia. Segundo Sueli Carneiro (1995), o estupro colonial da mulher negra pelo homem branco no passado e a miscigenação criaram as bases para a instauração do mito da cordialidade e democracia racial brasileira.

Dandara se sentiu duplamente penalizada por ser agredida verbalmente e ter que conviver com o silêncio da ofensa para que não fosse prejudicada no trabalho e que oportunidades futuras não fossem fechadas.

> *Eu achei que poderia me prejudicar, mas ao mesmo tempo eu pensei ‘’o que será que eles vão fazer? Será que eles iam acreditar mesmo em mim? ‘’ Porque eu era jovem aprendiz, como a gente fala ‘’ah... jovenzenta’’ né, pra não ser ‘’PROUNI’’ e tal, e eu fiquei pensando assim ‘’e se eu falar a verdade? Será que vão acreditar em mim? Ou vão falar que eu estava resistente em tentar? Até porque a senhora não ia falar a verdade que me chamou né, aí eu pensei ‘’não, eu vou aguentar no peito’’ porque não foi o primeiro que eu vou ouvir na minha vida. E eu prefiro muito mais [fala incompleta], tipo assim, me dói ouvir, aceitar, tipo assim olha, eu sou jovem agora, tenho medo de falar, falar e um dia né, fazerem alguma coisa comigo ou me xingar. [trecho da fala de Dandara].*

Nessa fala, é possível perceber a violência sofrida por Dandara. Para Riscado, Oliveira e Brito (2010), a mulher sofre violência quando exposta a ações que provoquem dano ou sofrimento físico, sexual, psicológico, econômico e pode acontecer tanto no ambiente privado como no público.

> *Porque teve um dia também, que eu tava passeando no centro e teve uma guria nova que nem eu, e não sei o que ela que falou que uma mulher falou para ela, chamou ela de negra e ela fez o maior fiasco e a mulher se irritou e se avançou nela. Entendesse? Ah claro, chamaram a polícia, resolveram, mas aí o momento é esse. Um dia eu sei lá, que a pessoa falou nega e eu for retrucar e ela for fazer a mesma coisa né. E ainda mais eu que sou nova agora, mas agora com 18 anos já penso diferente. Agora minha*

> *cabeça é que eu não tenho que ficar calada quando sofro preconceito, que eu não tenho que ficar calada porque eu acho isso errado. Tanto que a pessoa que faz o preconceito não iria gostar que fosse com ela, eu também não, óbvio que não seja só comigo, não sou a única negra no mundo, mas eu prefiro.. Tipo assim aquele, naquele dia, eu tava super chateada no [supermercado], pô eu tinha 17 anos. Então eu não quis falar pra não dar conflito também pra não... Mas agora com a minha cabeça...Hoje em dia assim, se eu estiver no [supermercado] e a pessoa cometer de novo, sim eu vou fazer um escarcéu, eu vou dizer assim ãhn, vou pedir licença, vou pedir pra minha cliente colega atender e vou virar as costas e sair andando, porque eu acho que no meu ponto de vista, ele diz que não tem que se abalar igual, porque tem muita gente que vai pra justiças mas tem muita gente que não dá bola hoje em dia, passa por baixo.. vai enrolar, enrolar, dizer que não.... que... eu queria que na minha vida... eu tenho pra mim que se eu fosse na justiça, eu não ia... mas sim '' pô, uma negra conseguiu vencer um preconceito'' né. [trecho da fala de Dandara].*

Riscado, Oliveira e Brito (2010), afirma também que além do maior número de desemprego que acomete a população negra no Brasil, estes também sofrem cotidianamente violência psicológica, que acarreta baixa autoestima e, sobretudo, perda da identidade. O racismo e o sexismo praticado contra a mulher negra produzem efeitos capazes de impulsionar reações que provocam o silêncio das dores sentidas pelas mulheres negras e por toda sua história de luta e seus resquícios coloniais.

Nesse sentido, é a violência é entendida como forma cruel e perversa que contribui para o rebaixamento da dignidade do ser da mulher, coisificando a. Patrícia Hill Collins (1990), para além da objetificação da mulher negra que Sueli Carneiro (2003) entende como como resquícios da colonialidade a partir de uma visão estereotipada, as mulheres negras são coisificadas para servir uma elite branca e servem como objetificação de mulheres brancas como um todo.

Dandara no decorrer da sua narrativa de um episódio vivenciado em uma entrevista de emprego, na qual ela havia chegado antes e estava aguardando na sala de recepção, uma outra jovem que chegou ''atrasada'', da cor branca, foi passada na sua frente em uma entrevista de emprego para trabalhar em uma farmácia.

> *Teve um dia que até agora eu não esqueço, que foi na entrevista. Aonde foi? Se não me engano... Deixa eu me lembrar... Foi na farmácia. É na farmácia. Aí tinha eu e mais uma moça branca. E tipo, eu tinha chegado primeiro que ela pra entrevista. E aí quando o encarregado da farmácia chegou, ele olhou pra mim e olhou pra ela, e ele botou ela na minha frente. Ele nem deixou e*

> *nem me deu a chance de fazer a entrevista, ele falou assim ‘’ah, tu pode entrar’’. Esperou 2 minutinhos e voltou e deu uma desculpa. Ele falou ‘’ah, não tem como... vou ligar pra remarcar que eu já falei com a guria e tal e tal’’. E eu falei ‘’tá bom, muito obrigada, eu agradeço’’. E virei minhas costas. Mas quando eu saí de lá, eu saí magoada porque ele não me ouviu pra saber se eu era boa, se eu era ruim, se ele ia gostar ou se não ia gostar. Ele primeiro deu a chance para uma pessoa branca. [trecho da fala de Dandara].*

Ela expressa que sentiu que o tratamento foi diferenciado, uma vez que, seu currículo não foi ao menos visto pelo selecionador da vaga bem como o da outra candidata, mas que a oportunidade de ser visto foi dada apenas a outra concorrente, *‘’ ele não tinha visto nosso currículo ainda. Era só ligar para ir lá entregar o currículo (fala de Dandara)’’*

A discriminação racial conjectura a existência de crenças negativas aplicada sobre grupos através de estereótipos. Nas relações interraciais, a ativação dos estereótipos fundamenta-se através da aparência física, sendo assim um critério básico na os processos de discriminação (PEREIRA, 2002).

4.2.2 Luísa Mahin

Luísa sentia sempre a necessidade de demonstrar honestidade e comprometimento com suas tarefas de trabalho. Sentia que precisava fazer mais os outros para mostrar que tinha competência o suficiente para fazer parte daquele contexto. Ela se recorda de um momento em que a pessoa com a qual desempenhava suas funções saiu de férias e ela precisou ficar sozinha. Ela diz que esse foi um momento muito difícil. A palavra difícil é bastante utilizada por ela para expressar esse momento.

> *E quando ela saiu de férias, ela saiu duas vezes: ela saiu 15 dias e mais 15 dias. Nesses 15 dias, eu falava até sozinha. Eu surtava, assim. Eu ficava com muito medo porque as pessoas chegavam lá e ‘’eu quero isso!’’, sabe?! As pessoas não tinham um respeito por mim. E então, e eu ligava pra ela todos os dias, eu fiquei desesperada. E depois nesses outros 15 dias foi mais tranquilo. Né...,Mas assim, tu sente bastante as coisas, né... Por exemplo, eu trabalhava no setor administrativo financeiro. Nos primeiros 15 dias eu não fiquei de responsável porque ela disse ‘’qualquer coisa que acontecer vai sobrecarregar a tua pessoa e vai cair sobre tua responsabilidade’’. E eu fiquei com muito medo. Nos outros 15 dias, eu fiquei no caixa. E eu passei por situações do tipo ‘’ ah, já que tu pegou o cartão lá, bota lá de volta’’ (20:01)*

> *Entendesse? Eu tô te contando isso porque é algo que marcou a minha... o momento que eu tava lá sozinha e que eu fiquei com muito que '' Pô, e se faltar dinheiro no final do mês?'' (20:12) Claro, aconteciam coisas que a pessoa não sabe. Eu não peguei o cartão, entendesse? Foi uma outra pessoa lá que também era responsável pelo caixa que pegou o cartão... o cartão a empresa com uma certa quantia muito alta. Então tinham pessoas que tentavam testar, né, o quanto tu é confiável ou não, a tua índole... É muito difícil mesmo... assim... Eu acho que, de todo o programa, a parte mais difícil foi nessas duas vezes que teve de um período para outro. Mas olha, se ela não confiasse em mim nesses 15 dias, que foi difícil, mas acho que superei uma grande etapa, entreguei muito mais a frente do que eles imaginavam, depois eu fiquei sabendo que várias pessoas elogiaram a minha postura. E pô eu sempre tive isso, porque só agora foram confiar em mim, né? (21:05) [trecho da fala de Luísa].*

Luísa sentia que seu tratamento em relação aos demais colegas era diferenciado. Mantinha uma postura mais séria para demonstrar o comprometimento com suas atribuições desempenhadas. E sente que essa postura a distância dos demais colegas e que essa seria a justificativa para o tratamento diferenciado que recebia dos demais colegas.

> *Se eu desse qualquer brecha de abertura com essa minha colega, é uma coisa que ela nem comenta, eu sei que eles vão roubar, eu sei que eles vão fazer piadinhas sem graça, piadinhas preconceituosas. Então desde quando eu cheguei eu coloquei uma postura de que eu sou séria, não estou aqui pra brincar, não preciso engolir ninguém, tô aqui pra trabalhar. Isso me trouxe muitos elogios, mas também críticas. De que eu era mais casca, que eu era dura. Mas eu via agora também que, se não fosse assim, também não teria ficado todo contrato e eu tive a possibilidade de ser efetivada, mas com essa questão de corona eles decidiram não me efetivar. (inaudível) E, o tempo todo, ela sempre falava: '' a tua postura é que te mantém aqui, porque tem colegas seus que tão aqui mas que não estariam aqui só pela postura''. Entendeu? Porque assim, é uma empresa grande... é... rola tudo quanto é brincadeira entre eles, principalmente entre quem tá há mais tempo, só que tinha que determinar um certo espaço. Às vezes, muita intimidade, eu via que causava atrito até entre eles, os mais antigos que tavam lá. Tinha umas picuinhas entre eles. Então eu mantive uma postura de que eu vim aqui pra trabalhar '' olá, boa tarde, tudo bem?'' e não passava mais disso. Então, eu saía para ir ao banheiro ou pra tomar café. Senão era trabalho. Então, aquilo ali era bom, mas também não era algo que eu pretendia ficar muito tempo também né, por questão de crescimento mesmo, questão de oportunidade, aprendizado. Então, eu aproveitei e coloquei uma meta. A meta é aprender tudo que posso dentro do setor do financeiro, que eu nunca tinha tido*

> *experiência nenhuma e o que vier é lucro. Aí era muito diferente, assim, o tratamento. [trecho da fala de Luísa].*

4.2.3 Tereza Benguela

Tereza diz que nunca vivenciou situações que lhe causassem desconfortos em relação a sua cor no ambiente de trabalho. Ela sente que recebe igual tratamento sem distinção alguma. Menciona que acredita que todas as cidades têm seus problemas, mas também muitas oportunidades de trabalho para pessoas negras. Apesar de perceber a maioria das pessoas negras que encontro no ambiente organizacional, desempenham funções de limpeza e diz que é ‘’normalmente a função que dão’’.

Silva (2016) entende que o processo de autodeclaração tem um enorme impacto na forma como se enxerga o ambiente social no qual o sujeito se encontra. Assim como quando alguém de pele mais clara, renunciando às mediações impostas pelo mito da democracia racial e se autodeclara como negro, passa a aumentar os conflitos com a sociedade. Negar o ideal de embranquecimento é enxergar-se como oprimido e reconhecer seus sofrimentos, condições de vida, humilhações, racismo etc. Faz parte da construção de consciência de classe identificar-se com padrões opostos aos dos dominantes.

4.2.4 Zacimba Gaba

Zacimba retrata que em seu trabalho já sofre discriminação em função da sua cor. Mas que em sua vida pessoal nunca havia acontecido. Certo dia em que atendia um cliente, o sistema operacional havia *saído do ar.* Quando informou ao cliente, ele se dirigiu a outra farmácia. Possivelmente tempo suficiente para que o sistema tivesse retornado, segundo ela. No entanto, o cliente achou que ela havia mentido para deixar de atendê-lo, retornando até seu local de trabalho e proferindo ofensas relativas à sua cor.

> *E aí eu passei a informação pra ele e quando ele chegou em uma outra filial, passaram outra informação pra ele e passaram pra ele que a informação estava incorreta. E ele voltou lá pra me agredir verbalmente, aí ele usou a frase ‘’nega incompetente’’. Eu não falei nada pra ele, saí de trás do balcão, fui até o carro dele, anotei a placa e prestei queixa. [trecho da fala de Zacimba].*

No dia seguinte, a esposa do cliente retornou até o local pedindo desculpas para Zacimba e solicitando que a mesma retirasse a queixa pela injúria racial cometida pelo esposo.

> *Daí no outro dia, quando chegou a intimação na casa dele, aí a esposa dele foi até lá, pediu pra que eu me acalmasse, pra que eu tirasse a queixa dele, que ele não fez por mal, que ele tava muito nervoso. Aí a gente teve uma conversa e aí eu retirei a queixa, mas porque ela foi lá e pediu desculpas. Na hora ali as pessoas diziam pra mim '' tu vai tirar um dinheirão dele na justiça, porque tu tem provas... porque tu tem isso...'' [trecho da fala de Zacimba].*

Zacimba completa sua narrativa afirmando que diria novamente sua opinião sobre o racismo e diz que serve apenas para que as pessoas se beneficiem. Para ela, negros e negras se vitimizam para ter ganhos materiais. E por fim, ela se sente culpada pela atitude do agressor, acredita que teve a reação de denunciar ele num momento em que ele teve a atitude errada por estar estressado. E ela encerra o assunto dizendo que para ela o assunto havia morrido já, após quatro anos do acontecido.

> *Então, por isso que eu te digo, Elaine, eu não uso o racismo quando as pessoas me agridem pra me beneficiar, né... Por mais todo dinheiro do mundo que eu fosse ganhar, eu não queria que ele me dirigisse a palavra. Eu não queria o dinheiro, entendeu? Eu acho que tem negros e negras que também se vitimizam e usam isso pra se beneficiar. Pelo que eu pudesse ganhar, não ia apagar aquela cena da minha mente, nunca. Porque eu fui discriminada na frente de todo mundo, né... Ainda bem que os clientes que estavam presentes, eles sabem que eu jamais passaria uma informação que não fosse, que não tivesse ali, né... Eu peguei ele numa hora errada, estressado, infelizmente (risos constrangidos dela nesse momento) e levei um pato. Mas... né... não tô... Já faz tempo já, já faz quatro anos já.. e pra mim morreu né o assunto. [trecho da fala de Zacimba].*

Identificar a dimensão da vida social como o *lócus* privilegiado não é difícil. Em um país que após a abolição da escravatura nunca discriminou formalmente os negros, ou seja, que estabeleceu leis antirracismo há mais de cinquenta anos, onde o Estado teve papel importante na divulgação da ideologia da democracia racial, e no qual há grande interação sem tensão entre negros e bancos na vida cotidiana, o racismo se esconde e se manifesta ao mesmo tempo (SANTOS, 1997, p. 214).

Um acontecimento decisivo de uma revolução social feita por brancos e para o branco foi o término do meio de produção escravista no país (FERNANDES, 1972, p.

46), tendo em vista que os negros, verdadeiras vítimas desse meio de produção não fizeram parte dessas alterações que a sociedade passava. Permanecendo as elites econômicas compostas pela raça dominante, brancos, definindo como bem quiseram os rumos políticos, econômicos e culturais que diziam respeito aos agora, ex-escravizados.

Embora a forma de governo colonialismo tenha sido encerrada, a mentalidade socialmente do discurso excludente e opressor permanece instaurada (SOUSA, 2010). A descolonização não aconteceu por concreto e ainda está em processo. O que desapareceu historicamente – o mundo colonial– subsiste institucional e funcionalmente, ainda que de forma variável e desigual, conforme os níveis de organização da vida humana que se consideram (FERNANDES, 1972, p. 260)

Além desta situação de discriminação racial vivenciada no trabalho por Zacimba, ela diz que nunca havia passado por isso antes e que não acontecesse em outros espaços pelos quais transita. Destaca apenas situações em que anda na rua com a filha, marido e seus parentes e, acredita que as pessoas olham porque, segundo ela, eles são brancos e ela negra. Ela considera normal esses olhares.

> *E antes de eu ter minha filha, quando eu fui pra outra cidade, passear com os meus afilhados também, as pessoas olhavam pra mim, pro meu esposo e pros meus afilhados. Eu não tinha a Beatriz ainda e os meus dois afilhados bem branquinhos assim, da cor do meu esposo, a minha afilhada ela é loirinha e as pessoas ficavam assim, tipo '' como que uma mãe negra né e um pai branco, nasceu dois loirinhos assim'' né... as pessoas ficavam sem entender... Mas só olhares mesmo, dirigir a palavra a mim nunca. [trecho da fala de Zacimba].*

Cunin (2003) explica que a cor da pele e os demais características físicas não são limitadas a características dos indivíduos, mas sofrem influências em sua autopercepção e interações ao longo da vida social. A percepção da cor mobiliza esquemas cognitivos incorporados, não apenas de quem percebe, mas do alvo supostamente estereotipado, assim como, as normas sociais implícitas, valores culturalmente difundidos, mecanismos de atribuição de status, entre outros (CUNIN, 2003).

As três jovens Dandara, Luísa e Zacimba evidenciaram agressões sofridas desde a infância nos locais onde moraram e escola. Nilma Gomes (2008, p. 9) compreende que é a partir da percepção e compreensão da identidade negra que esta etnografia trata o cabelo crespo da mulher negra como expressão identitária, e procura compreender de que maneira estas mulheres negras lidam com os seus cabelos crespos/cacheados, como os comentários preconceituosos de cunho racista atingem sua autoestima e de que forma os

movimentos sociais negros, voltados para a estética negra constroem uma imagem positiva do ser negro. A sociedade vai assim construindo lentamente uma imagem positiva do negro através da valorização do cabelo crespo por meio dos movimentos sociais negros, resultando em um processo de ressignificação da identidade.

Cláudia Pons Cardoso (2014) compreende que a mulher negra necessita do aprofundamento da reflexão, deixar a reprodução dos modelos que eram oferecidos e desenvolvidos nas ciências sociais. Os textos apresentavam a mulher negra somente em uma perspectiva socioeconômica que elucidou uma série de problemas propostos pelas relações raciais. Mas o que era diferente disso, carece de explicações. O que sustenta e dá suporte às mulheres negras em seus cotidianos são as estratégias de resistência cotidianas, construídas de maneira coletiva, mesmo que tecidas fora dos espaços acadêmicos (CARDOSO, 2014).

Mesmo a jovem Tereza Benguela sendo a única autodeclarada parda, ela também percebe que as oportunidades de acesso e os postos de trabalhos ocupados por pessoas negras são desiguais em relação aos brancos. Mas em relação a sua trajetória de vida, ela não compreende fatores de exclusão social e acredita que todos são iguais e têm as mesmas oportunidades. Como Lélia González diz que a tomada de consciência da opressão sucede a tomada de consciência racial (GONZÁLES, 1984), é um caminho necessário para compreender a realidade no qual está inserida e que impede o acesso em oportunidades iguais.

No entanto, os arranjos estruturais que perpetuam a hierarquização social, realizam-se nas relações sociais cotidianas por meio das quais as desigualdades estão presentes nas trajetórias de mulheres negras até o acesso ao mercado de trabalho e quando estas estão inseridas nesse contexto. As políticas públicas, como agentes reguladoras de relações desiguais, podem cumprir um importante papel promovendo transformações substantivas na vida material das classes e parcelas de classes sociais que são atingidas pelas discriminações estruturais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em função do passado histórico escravocrata e as evidências de entidades de pesquisa brasileira sobre a desigualdades enfrentadas por mulheres negras, a precariedade e subalternização, compreende-se a relevância deste estudo em dialogar com as realidades de jovens negras que acessam o mercado de trabalho através da participação da política pública Jovem Aprendiz.

Visando encontrar respostas para a questão norteadora da pesquisa, que foi evidenciar a entrada de mulheres negras no mercado de trabalho em Rio Grande (RS) a partir da participação do programa Jovem Aprendiz e as barreiras que estas enfrentam. Para isso, teve como objetivo geral analisar como se dá a entrada da mulher negra no mercado de trabalho através da participação em uma política pública. Para isso, os objetivos específicos foram evidenciar a trajetória de vida de mulheres negras até o acesso ao mercado de trabalho e identificar as barreiras percebidas no acesso ao mercado de trabalho.

Em relação ao primeiro objetivo específico, dados do IBGE e do IPEA, evidenciaram a realidade excludente de mulheres negras do mercado de trabalho formal. As percepções das jovens entrevistadas evidenciaram detalhes destes dados numéricos e acrescentaram detalhes das relações sociais em que estão inseridas. As falas demonstraram os enfrentamentos do racismo desde a infância, com colegas de colégio e que permanecem convivendo diariamente com essa agressão racial.

Todas as jovens participantes deste estudo, tiveram seu primeiro emprego proporcionado pela participação no programa Jovem Aprendiz localizado no município de Rio Grande. Elas acreditam que essa participação, proporcionou a elas experiências profissionais relevantes e que teriam acesso mais dificultado ou quase inexistente se não houvesse tal participação, além ampliar as possibilidades de expectativas futuras profissionais. No entanto, apenas uma permanece inserida no mercado formal após a participação. Ou seja, não há uma garantia de permanência no mercado, mas elas compreendem como uma qualificação profissional. Com isso, percebe-se a fragmentação do processo de reparação histórica. Uma vez que, não estabelece cotas nesses programas de acesso ao mercado, para mulheres negras que são as mais acometidas pela exclusão social e que são a maioria em número em proporção a população brasileira, mesmo sendo percebida tal diferença pelos institutos brasileiros de pesquisa. Ampliar as condições de acesso conduziria a maiores chances de mudança estrutural mais significativas.

A entrada de jovens negras no mercado de trabalho através de uma política pública não garante a permanência das mesmas nestes espaços de trabalho. No entanto, estabelece diferenças nas condições de acesso. É importante ressaltar também que pela fragmentação das políticas públicas implementadas e ainda em necessidade de reformulações, um grande impacto que traz para o contexto de trabalho na juventude são as mudanças do atual governo de Jair Messias Bolsonaro. Com a redução de ações voltadas políticas públicas, as desigualdades sociais serão aumentadas. Isso porque o modelo de estado e as relações com políticas públicas impactam nas reparações históricas do período colonial e nas estruturas de desenvolvimento social do país.

Os resquícios do período colonial estão presentes no racismo estrutural, institucional e individual que nos permeia. As mulheres negras são condicionadas a serem silenciadas e violentadas (fisicamente e psicologicamente) ao longo se suas trajetórias de vida até o acesso ao mercado de trabalho. Como na narrativa de Zacimba e Luísa em que demonstram que enfrentam agressões racistas desde sua infância até nas relações no trabalho. O silêncio destas mulheres é historicamente instaurado para a manutenção das estruturas hierarquizadas.

As três jovens Dandara, Luísa e Zacimba evidenciaram agressões sofridas desde a infância nos locais onde moraram e escola. Nilma Gomes (2008, p. 9) compreende que é a partir da percepção e compreensão da identidade negra que esta etnografia trata o cabelo crespo da mulher negra como expressão identitária, e procura compreender de que maneira estas mulheres negras lidam com os seus cabelos crespos/cacheados, como os comentários preconceituosos de cunho racista atingem sua autoestima e de que forma os movimentos sociais negros, voltados para a estética negra constroem uma imagem positiva do ser negro. A sociedade vai assim construindo lentamente uma imagem positiva do negro através da valorização do cabelo crespo por meio dos movimentos sociais negros, resultando em um processo de ressignificação da identidade.

Cláudia Pons Cardoso (2014) compreende que a mulher negra necessita do aprofundamento da reflexão, deixar a reprodução dos modelos que eram oferecidos e desenvolvidos nas ciências sociais. Os textos apresentavam a mulher negra somente em uma perspectiva socioeconômica que elucidou uma série de problemas propostos pelas relações raciais. Mas o que era diferente disso, carece de explicações. O que sustenta e dá suporte às mulheres negras em seus cotidianos são as estratégias de resistência cotidianas, construídas de maneira coletiva, mesmo que tecidas fora dos espaços acadêmicos (CARDOSO, 2014).

Mesmo a jovem Tereza Benguela sendo a única autodeclarada parda, ela também percebe que as oportunidades de acesso e os postos de trabalhos ocupados por pessoas negras são desiguais em relação aos brancos. Mas em relação a sua trajetória de vida, ela não compreende fatores de exclusão social e acredita que todos são iguais e têm as mesmas oportunidades. Como Lélia González diz que a tomada de consciência da opressão sucede a tomada de consciência racial (GONZÁLES, 1984), é um caminho necessário para compreender a realidade no qual está inserida e que impede o acesso em oportunidades iguais.

As mulheres negras passaram por diversos tipos de opressão ao longo de sua trajetória de vida, A teoria da interseccionalidade evidencia que surge a partir de realidades históricas concretas, como estas opressões criam, de maneira recorrente. Como Angela Davis (2016) diz que ideologias de suporte, práticas de exploração e estratégias políticas de coerção, dominação e controle dos grupos dominados, as quais interferem, de maneiras contraditórias, na história dos diversos movimentos de luta e resistência, como os movimentos abolicionistas, das mulheres, antiescravagista, entre outros.

Portanto, as mulheres que participaram do estudo compreendem que o Programa Jovem Aprendiz serve como um instrumento de qualificação e de inserção no contexto do trabalho, trazendo contribuições importantes para além da formação e qualificação de indivíduos. Embora este, não seja o único instrumento a serviço da sociedade, principalmente da juventude, tendo em vistas as demais políticas públicas existentes direcionadas para a inserção no mundo do trabalho.

No entanto, os arranjos estruturais que perpetuam a hierarquização social, realizam-se nas relações sociais cotidianas por meio das quais as desigualdades estão presentes nas trajetórias de mulheres negras até o acesso ao mercado de trabalho e quando estas estão inseridas nesse contexto. As políticas públicas, como agentes reguladoras de relações desiguais, podem cumprir um importante papel promovendo transformações na vida e condições materiais das classes sociais que são atingidas pelas discriminações estruturais.

A trajetória das mulheres negras no acesso ao mercado de trabalho através da política pública Jovem Aprendiz foi aqui analisada considerando a historicidade dessas representações reinventadas e atualizadas à medida que as transformações ocorrem nas bases técnicas da produção e na forma de organização do trabalho.

Com isso, o estudo permitiu identificar que as mulheres negras do estudo se encontram no ponto de intersecção em dupla desvantagem: gênero que incide sobre as

resistências no acesso e permanência no trabalho; raça recai predominantemente sobre as possibilidades da inserção de modo a conservar indicadores de informalidade e precariedade. Desse modo, pode-se observar que o conjunto de políticas públicas implementadas no período analisado promoveram avanços substanciais no que concerne ao acesso à educação e profissionalização, porém, não direciona possibilidade para as mulheres em virtude do grande contingente de trabalhadoras em ocupações informais, e a redução do quadro geral da pobreza, no qual essas mulheres negras estão sobre representadas.

As limitações do estudo foram o isolamento social em decorrência da pandemia do novo Coronavírus e orientações de distanciamento social. As entrevistas realizadas por videochamadas possivelmente limitaram o tempo de entrevistas.

Optou-se por não trabalhar na perspectiva de análise da Teoria da Interseccionalidade conforme orientações da banca examinadora no momento de qualificação, mas sugere-se para futuras pesquisas o aprofundamento de análise em perspectivas de raça, gênero e classe social. Pois se compreende que os corpos de mulheres negros são atravessados por diversas dimensões para além da lógica economicista.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Laís. **A Inserção da Mulher no Mercado de Trabalho: Uma Força de Trabalho Secundária?** Tese de doutorado em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

AKOTIRENE, Carla. O que é interseccionalidade. Coordenação Djamila Ribeiro. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ATKINSON, R. The life story interview. In: GUBRIUM, J. F.; HOLSTEIN, J. A. (Eds.). **The handbook of interview research: context and method.** London: Sage, 2002. p. 121–141.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural.** São Paulo, SP: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 152 p. ISBN 978-85-98349-69-5

ANDRADE, Junio Mendonça de; SANTOS, Karlos Kleiton dos; JESUS, Gustavo Santana de. **O Programa Jovem Aprendiz e sua importância para os jovens trabalhadores.** Interfaces Científicas-Direito, v. 4, n. 2, p. 45-54, 2016.

BAIRROS, Luísa. Nossos Feminismos Revistados, Estudos Feministas (2) 1995.

BARBOSA, Karla Maria da Silva. Feminismo e Emancipação Feminina: Um estudo sobre a concepção da emancipação da mulher negra na Bamidelê– Organização de Mulheres Negras da Paraíba. 2016. 112 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

BARROS, José D'Assunção. A Construção Social da Cor – Diferença e Desigualdade na formação da sociedade brasileira. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. **Saberes subalternos e decolonialidade: os sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil.** Brasília: EdUnB, 2015

BOURDIEU, Pierre. Le champ économique. In: Actes de la recherche en sciences sociales. v. 119, sept. 1997. Économie et économistes. pp. 48-66.

BOURDIEU, Pierre. A Dominação Masculina. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil Ltda, 2002. 160 p.

BRAH, AVTAR. **Diferença, diversidade, diferenciação**. Cadernos Pagu (26), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2006, pp.329-376.

BRASIL. Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. Brasilia: Governo Federal, 2017. 193 p.

BRASIL. **Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000**. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943.

Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 20 dez. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10097.htm. Acesso em: 30/11/2018.

BUTLER, Judith. **Gender trouble. Continental feminism reader,** p. 29-56, 2003.

CAETANO, Janaína Oliveira; CASTRO, Helena Carla. **Dandara dos Palmares: uma proposta para introduzir uma heroína negra no ambiente escolar.** Revista Eletrônica História em Reflexão, v. 14, n. 27, p. 153-179, 2020.

CARDOSO, Adalberto. Escravidão e sociabilidade capitalista: um ensaio sobre inércia social. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo , n. 80, p. 71-88, Mar. 2008 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002008000100006&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 01/10/ 2020. http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002008000100006.

CARDOSO, Cláudia Pons. **"Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez**". Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 965-986, 2014.

CARNEIRO, Sueli. Gênero Raça e Ascensão Social. Estudos Feministas, v. 3, n. 2, p. 544-552, 1995.

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em movimento**. Estudos avançados, v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na**

América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-naamerica-latina-partir-de-uma-perspectiva-de genero/>. Acesso em: 12/12/2019.

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em movimento.** Estud. av., São Paulo , v. 17, n. 49, p. 117-133, Dec. 2003 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142003000300008&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 03/05/2019. http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142003000300008

CARVALHO, C. A.; GAMEIRO, R.; DOURADO, D. C. P. **Do PCV à economia da cultura: uma análise das políticas públicas de cultura dos governos progressistas.** In: IV Seminário Internacional Políticas Culturais, 2013, Rio de Janeiro. Anais IV Seminário Internacional Políticas Culturais. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2013. v.1 p.1-15

CINTRA, Soraia Veloso. EVA, Wiliany Soares. **A inserção da mulher no mercado de trabalho: uma reflexão sobre raça e gênero.** 4º Simpósio Mineiro de Assisitentes Sociais. Disponível em: https://cress-mg.org.br/hotsites/Upload/Pics/ca/ca0d78d1-2dad-49e2-8f5f-81e097144adc.pdf Acesso realizado em 10/11/2019

COELHO, Wilma Nazaré Baía. Só de corpo presente: o silêncio tácito sobre cor e relações raciais na formação de professoras no estado do Pará. Revista Brasileira de Educação, v. 12, n. 34, p. 39-56, 2007

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. Sociedade e Estado, [s.l.], v. 31, n. 1, p.99-127, abr. 2016. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/s0102-69922016000100006.

COLLINS, Patricia H. (2000). **Gender, black feminism, and black political economy. The Annals of the American Academy of Political and Social Science**, 568(1), 41-53.

CRENSHAW, K. **Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antirracist Politics.** University of Chicago Legal Forum, n.1, p. 139-167, 1989. Disponível em: https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=uclf Acesso em: 08/12/2019.

CRENSHAW, Kimberle. **A intersecionalidade na discriminação de raça e gênero. VV. AA. Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, p. 7-16, 2004.

CUNIN, E. (2003). *Identidades a flor de piel. Lo "negro" entre apariencias y pertenencias: categorías raciales y mestizaje en Cartagena*. Bogotá: Arfo Editores.

DA LUZ, PAULO ROBERTO MORAES. Dissertação de Mestrado**. PROGRAMA JOVEM APRENDIZ: um estudo de caso da política pública e suas implicações no mundo do trabalho**. Universidade Federal da Bahia. 2015.

DAVIS, Angela. As mulheres negras na construção de uma nova utopia. 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-deuma-nova-utopia-angela-davis/>. Acesso em: 01 mar. 2020.

DAVIS, Angela. (2016). **Mulheres, raça e classe.** Boitempo Editorial.

_____ . Decreto Federal nº 5.598/2005 de 01 de Dezembro de 2005. Regulamenta a contratação de aprendizes e dá outras providências. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004- 2006/2005/Decreto/D5598.htm > Aceso em 20 Set. 2019.

DE ARAÚJO, Noélia da Silva Miranda. **Escrevivências de uma Professora Afroindígena.** Revista do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade – UESB. ISSN: 2525-4715 – Ano 2018, Volume 3, número 5, Janeiro – Junho de 2018.

DEMO, Pedro. Introdução à Metodologia da ciência. São Paulo: Atlas, 1985.ss

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: Alguns Apontamentos Históricos. 2006 Disponível em . Acesso em 15 março. 2019

FERNANDES, Florestan. O negro no mundo dos brancos. Difusão Europeia do Livro. São Paulo, 1972.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes** (v. 1 - "Ensaio de interpretação sociológica"). São Paulo: Globo, 2008

Ferreira, R. F. (2009). *Afro-descendente: identidade em construção*. Rio de Janeiro: Pallas.

._____ Figuras 5– DANDARA DOS PALMARES. Disponível em: https://www.geledes.org.br/senado-aprova-dandara-dos-palmares-e-luisa-mahin-como-heroinas-da-patria/. Acesso em: 10/09/2020.

._____ Figuras 6 – LUÍSA MAHIN. Disponível em: geledes.org.br/luisa-mahin/ Acesso realizado em: 10/09/2020.

._____ Figuras 7 – TEREZA DE BENGUELA: Disponível em: geledes.org.br/Tereza-de-benguela-uma-heroina-negra/ Acesso realizado em: 10/09/2020.

._____ Figura 8 – Zacimba Gaba. Disponível em: https://www.folhavitoria.com.br/geral/noticia/07/2018/conheca-a-historia-de-zacimba-gaba--princesa-guerreira-que-libertou-escravos-no-norte-do-es Acesso realizado em: 10/09/2020.

GALLAND, Olivier. **Adolescence, post-adolescence, jeunesse: retour sur quelques interprétations, Reveu Française de Sociologie** 2001. 42, 4, p. 611-640.

GATO, J.; CARNEIRO, N.; FONTAINE, A. Contributo para uma revisitação histórica e crítica do preconceito contra as pessoas não heterossexuais. Crítica e Sociedade: revista de cultura política. v. 1, n. 1, p. 139-167, 2011

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Estudo de caso.** São Paulo: Atlas, 2009. GOMES, Nilma Lino. Sem perder a raiz: Corpo e Cabelo como símbolo de identidade negra. Belo Horizonte. Autêntica 2ª ed, 2008.

GONÇALVES, Aline Najara da Silva. **Luísa Mahin Entre Ficção e História**. Bahia: UNEB, 2010.

GONZALEZ, Lélia. **"Racismo e sexismo na cultura brasileira".** Revista Estudos Sociais Hoje, Brasília: ANPOCS, p. 223-244, 1984.

GONZALEZ, Lélia. "Mulher negra". In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.). **Guerreiras de natureza: mulher negra, religiosidade e ambiente**. São Paulo: Selo Negro, 2008. p. 29-47.

GUIA TRABALHISTA. Tipos de trabalho formal e informal, voluntário, autônomo e outros. Disponível em: < https://www.guiatrabalho.com.br/tipos-de-trabalho.html> Acesso em 20 Ago. 2018.

GUIMARÃES, Alexandre Queiroz; ALMEIDA, Mariana Eugenio. Os jovens e o mercado de trabalho: evolução e desafios da política de emprego no Brasil. **Temas de administração pública**, v. 8, n. 2, 2013.

GUIMARÃES, Alexandre Queiroz; ALMEIDA, Mariana Eugenio. Os Jovens e o Mercado de Trabalho: evolução e desafios da Política de Emprego no Brasil. Disponível

em: https://periodicos.fclar.unesp.br/temasadm/article/viewFile/6845/4926> Acesso em 30 Ago. 2018.

HAMBRICK, D.C., & Mason, P.A.(1984). Upper Echelons: The Organization as a Reflection of Its Top Managers. Academy of Management Review, v. 9, n. 2. p. 193-206

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. Disponível em: https://gruponsepr.files.wordpress.com/2016/10/hasenbalg-discriminac3a7c3a3o-e-desigualdades-raciais-no-brasil-_carlos-hasenbalg.pdf Acesso em:20/05/2019.

HENNING, Carlos Eduardo. **Interseccionalidade e pensamento feminista: As contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença.** 2015. Mediações, Londrina. V.20 N.2, P.97-128.

HERNÁNDEZ, Tanya Katerí. **Subordinação racial no Brasil e na América Latina: o papel do Estado, o Direito Costumeiro e a nova resposta dos Direitos Civis**. Salvador: EDUFBA, 2017.

HOOKS, Bell. **Feminism is for everybody Passionate Politics**. Cambridge, Ma: South End Press, 2000.

HOOKS, Bell. **Mulheres negras: moldando a teoria feminista**. Revista Brasileira de Ciência Política, v. 16, p. 193-210, 2015.

HOOKS, Bell. **"Sororité: la solidarité politique entre les femmes**". In: DORLIN, Elsa;

IBGE. População residente, por cor ou raça, segundo a situação do domicílio, o sexo e a idade. 2010. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3175#notastabela>. Acesso em: 02 ago. 2018.

IBGE. Cidades: Rio Grande, 2010. Disponível em: < https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/rio-grande/panorama>. Acesso em: 12 ago. 2018

IBGE. Necessidade de trabalhar é o principal motivo para abandonar a escola. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-07/necessidade-de-trabalhar-e-principal-motivo-para-abandonar-escola Acesso em: 20/09/2020.

IPEA. Dossiê mulheres negras : retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil / organizadoras: Mariana Mazzini Marcondes ... [et al.].- Brasília : Ipea, 2013. 160 p. : gráfs., tabs.

IPEA, **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. 2019. Disponpivel em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34743&catid=420&Itemid=444 Acesso realizado em: 07/07/2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. 2018b. **Estatísticas de gênero. Indicadores sociais das mulheres no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE https://www.ibge.gov.br/estatisticasnovoportal/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil. html?=&t=resultados

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS – IPEA. 2016**. Retratos das Desigualdades de Gênero e Raça.** Disponível em http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores.html Acesso em: 09/01/2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. 2014. Estatísticas de gênero – **Uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010**. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=288941 Acesso em:09/01/2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. 2018. **Panorama da cidade de Rio Grande**. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/rio-grande/panorama Acesso em: 22/09/2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. 2018b. **Estatísticas de gênero. Indicadores sociais das mulheres no Brasil.** Rio de Janeiro: IBGE https://www.ibge.gov.br/estatisticasnovoportal/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil. html?=&t=resultados Acesso em: 08/05/2019.

JACINO, Ramatis. **O branqueamento do trabalho.** São Paulo. Ed. Nefertiti, 2008.

JORGE, Tiago Antônio da Silva. Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador – PLANFOR. Disponível eM:< http://www.gestrado.net.br/pdf/316.pdf> Acesso em 30/07/2020.

KEHL, M.R. **Os excessos do imaginário.** Folha de S. Paulo, São Paulo, 18 jan. 2004. Caderno Mais!, p. 12.

KERGOAT, Danièle. **Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais**. Novos estudos CEBRAP, n. 86, p. 93-103, 2010.

KILOMBA, Grada. Plantation Memories: episodes of everydayRacism. Budapest: Druck, 2010. 77 p.

LAGO, Luiz Aranha Corrêa do. O surgimento da escravidão e a transição para o trabalho livre no Brasil: um modelo teórico simples e uma visão de longo prazo. Revista Brasileira de Economia, v. 42, n. 4, p. 317-370, 1988.

_____ . Lei nº 10.748, de 22 de outubro de 2003. Cria o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens - PNPE, acrescenta dispositivo à Lei no 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, e dá outras providências. Disponível em:< http://www.guiatrabalhista.com.br/legislacao/l10748.htm> Acesso em 10 Set. 2018.

LEWIS, Gail. Editorial. Celebrating Intersectionality? Debates on a multi-faceted concept in gender studies: themes from a conference. European Journal of Women's Studies. 16, 2009, p. 203-210.

LIMA, M. et. al. **Articulando gênero e raça: a participação das mulheres negras no mercado de trabalho (1995-2009)**. In: Marcondes, M.M; et. al. (Org.). Dossiê das mulheres negras: Retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Brasília: IPEA, 2013, p.53-80.

LUZ, Paulo Roberto Morais da. Programa Jovem Aprendiz: um estudo de caso da política pública e suas implicações no mundo do trabalho. https://periodicos.set.edu.br/index.php/direito/issue/archive/viewFile/2742/1628 .> Acesso em 03/08/2020.

LORDE, Audre. **Sister outsider**. New York: The Crossing Press, 1984

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pósestruturalista** Guacira Lopes Louro - Petrópolis, RJ, Vozes, 1997. p. 14-36 Disponível em: https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/artigostesesdissertacoes/questoes_de_genero/guacira_lopes_genero_26_ago_15.pdf Acesso em: 02/01/2019.

MADEIRA, Zelma e GOMES, Daiane Daine de Oliveira. **Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo.** Serv. Soc. Soc. [online]. 2018, n.133, pp.463-479. ISSN 0101-6628.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política.** São Paulo: Abril cultural, 1983. v. 1, t. 1, 302 p. v. 2, t. 2, 308 p.

MARQUESE, Rafael de Bivar. A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. Novos estud. - CEBRAP, São Paulo , n. 74, p. 107-123, Mar. 2006 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002006000100007&lng=en&nrm=iso>. access on 01 Oct. 2020. https://doi.org/10.1590/S0101-33002006000100007.

MATTOS, H. (2013), *Das Cores do Silêncio: os Significados da Liberdade no Sudeste Escravista (Brasil, S*éculo *XIX)*, 3.ª ed, Campinas, Unicamp.

MATTOSO, K. Ser escravo no Brasil. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____ . Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria de Políticas Públicas de Emprego. PLANFOR: Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador. Brasília, 2001.

MISOCZKY, Maria Ceci. O campo da atenção à saúde após a constituição de 1988: uma narrativa de sua produção social. Versão da tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA/UFRGS). Porto Alegre: Dacasa Editora/PDGSaúde, 2002.

MONTEIRO, Simone Souza; VILLELA, Wilza Vieira; SOARES, Priscilla da Silva. É inerente ao ser humano! A naturalização das hierarquias sociais frente às expressões de preconceito e discriminação na perspectiva juvenil. Physis: Revista de Saúde Coletiva, v. 24, p. 421-440, 2014.

Oliveira, S. R.; Piccinini, V. C.; Bitencourt, B. M. (2011). Ressituando a discussão sobre a Geração Y no Brasil. In: Engpr, 2011, João Pessoa. Anais... João Pessoa.

OLIVEIRA, Sidinei Rocha de; PICCININI, Valmiria Carolina. Mercado de trabalho: múltiplos (des)entendimentos. Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro , v. 45, n. 5, p. 1517-1538, Oct. 2011 . Available from

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122011000500012&lng=en&nrm=iso>. access on 27 Nov. 2020. https://doi.org/10.1590/S0034-76122011000500012.

OLIVEIRA, Sanielle Katarine Rolim de; TAVARES, Andrezza Maria Batista do Nascimento**. Juventude e políticas públicas: o desafio do mundo do trabalho no programa projovem adolescente.** Natal, RN. 2017 -IFRN. Disponível em: https://ead.ifrn.edu.br/coloquio/anais/2017/trabalhos/eixo1/E1A39.pdf Acesso em: 20/06/2019.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO [OIT]. Trabalho decente e juventude no Brasil. Brasília, 2009.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT. 2018a. **Futuro do Trabalho no Brasil: Perspectivas e Diálogos Tripartites.** Brasil: OIT.

Pereira, M.E. (2002). *Psicologia Social dos Estereótipos*. São Paulo: Edusp

PONS, Claudia. Outras Falas: **Feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras.** 2012. 2012. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Gênero, Mulher e Feminismo–UFBA). Mimeo, Salvador.

PRADO Jr., C. The Colonial Background of Modern Brazil. Berkeley: University of California, 1942.

PROGRAMAS DE GOVERNO. Disponível em:< https://www.infojovem.org.br/oportunidades/ programasde-governo/ > Acesso em 30 Out. 2019

QUEIROZ, Rafaela Cristina de Souza. Os efeitos do racismo na autoestima da mulher negra. Cad. Gên. Tecnol., Curitiba, v. 12, n. 40, p. 213-229, jul./dez. 2019. Disponível em: https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. **Cuestiones y horizontes**: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder. Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2014.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala.** São Paulo, SP: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 152 p. ISBN 978-85-98349-69-5.

RISCADO, J. L. S.; OLIVEIRA, M. A. B.; BRITO, A. M. B. Vivenciando o racismo e a violência: um estudo sobre as vulnerabilidades da mulher negra e a busca de prevenção do HIV/AIDS em comunidades remanescentes de quilombos, em Alagoas. Saúde e Sociedade, São Paulo, p. 96-108, 2010.

RODRIGUES, Bruno Pinheiro. **Aruaquização: para outra possível leitura do Quilombo Grande (1730-1795)**. Territórios e Fronteiras, v. 9, n. 1, p. 285-302, 2016.

SANTOS, M. et al. Desigualdades De Gênero: a mulher negra no mercado de trabalho. 2018.

SANTOS, Joel Rufino dos. A Inserção do Negro e seus Dilemas. Parceiras Estratégicas, Brasília, v. 6, p.110-154, mar. 1999.

SANTOS, ANSELMO LUIS DOS; GIMENEZ, DENIS MARACCI. Inserção dos jovens no mercado de trabalho. Estud. av., São Paulo , v. 29, n. 85, p. 153-168, Dec. 2015 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142015000300011&lng=en&nrm=iso>. access on 01 Oct. 2020. https://doi.org/10.1590/S0103-40142015008500011

SANTOS, Sônia Beatriz dos. Famílias Negras: uma perspectiva sobre raça, gênero e educação. Forum Identidades, Itabaiana, v. 17, p.115-158, 2015.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL. Departamento Nacional. Diretrizes da aprendizagem / Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. Departamento Nacional. - Brasília, 2010. 88 p. Disponível em: http://al.senai.br/public/documentos/cartilha-da-aprendizagem-industrial-senai.pdf Acesso em: 04/07/2019.

SILVA, W. H. da. O mito da democracia racial: um debate marxista sobre raça, classe e identidade. São Paulo: Sundermann, 2016.

SILVA, Annyelle Magda Souza da; OLIVEIRA Mayara Evelin Soares de; OLIVEIRA Rita Patrícia Almeida de; Jovens Administradores e o Mercado de Trabalho. Disponível em:< https:///C:/Users/andre/Desktop/antigo-2015.pdf> Acesso em 25/09/2020.

SOUZA, **Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, n. 16, p. 20-45, 2006.

SOUZA, Jessé. Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010

SPINDOLA, T., & Santos, R.S. (2003). Trabalhando com história de vida: percalços de uma pesquisa (dora?). Revista de Enfermagem USP. Vol. 37 (2), p. 119 – 126.

TRIVIÑOS, A. N. S**. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987. 175p.

WERNECK, Jurema. **Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo**. Revista da ABPN, Rio de Janeiro v. 1, n. 1; p. 8-17, 2010

VARGAS, F. B. (2016). **Trabalho, emprego, precariedade: dimensões conceituais em debate.** Caderno CRH, 29(77),313-331. doi: 10.1590/S0103-49792016000200008

VIECELI, Cristina Pereira. **Economia e relações de gênero e raça: uma abordagem sobre o emprego doméstico no Brasil.** Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2015

VIVEROS VIGOYA, Mara. **La sexualización de la raza y la racialización de la sexualidad en América Latina.** Seminario Internacional La sexualidad frente a la sociedad, Cidade do México, 28-31 de julio de 2008.

WALLACE, Michele. **Black feminism: anthologie du féminisme africain-américain**, 1975- 2000. Paris: L'Harmattan, 2008. p. 113-134.

WESCHENFELDER, Viviane Inês; SILVA, Mozart Linhares da. A cor da mestiçagem: o pardo e a produção de subjetividades negras no Brasil contemporâneo. Anál. Social, Lisboa , n. 227, p. 308-330, June 2018 . Available from <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0003-25732018000200003&lng=en&nrm=iso>. access on 01 Oct. 2020. http://dx.doi.org/10.31447/AS00032573.2018227.03.

YUVAL-DAVIS, Nira. **Intersectionality and feminist politics. European Journal of Women's Studies, 1**3, 2006, p. 193-209.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AS PARTICIPANTES

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AS PARTICIPANTES

1) Conte-me sobre você, gostaria que você me dissesse como você se autodeclara em relação a sua cor e onde você mora.
2) Como é ser mulher negra em Rio Grande?
3) Você tem alguma referência de mulher negra que você se inspira?
4) Você já sentiu que já passou por algum tipo de discriminação dentro do trabalho?
5) Dentro da instituição qualificadora do Jovem Aprendiz você também sentia essa diferença?
6) E os seus colegas, você via que tinham mais pessoas negras na instituição qualificadora do Jovem Aprendiz?
7) Como era sua relação com a chefia dentro da instituição qualificadora?
8) Como você considera que foi a sua vivência dentro dessa empresa enquanto jovem aprendiz?
9) O que te causava medo? Você poderia definir o que te causava medo nesses momentos?
10) Você era a única jovem aprendiz nessa empresa?
11) Você sentia que o tratamento era diferente em relação a você com os seus colegas?
12) Qual profissão você pretende exercer no futuro?
13) Como você pretende trilhar esse caminho?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

[NOME DA PARTICIPANTE], meu nome é Elaine Cristina do Nascimento, sou aluna do curso de Mestrado Acadêmico em Administração da Universidade Federal do Rio Grande, e estou realizando esta pesquisa intitulada ‘ *’Inserção de mulheres negras no mercado de trabalho: uma análise da política pública Jovem Aprendiz no município de Rio Grande à luz da teoria da interseccionalidade*”, sob orientação do professor Dr. Lucas Santos Cerqueira. A gravação da entrevista que fora consentida e autorizada em gravação de áudio no dia 08/05/2020 com a entrevista de duração de 38:06 minutos iniciada às 15:03, serve para que nenhum detalhe importante seja perdido das suas respostas. Os dados coletados serão usados somente nesta pesquisa que possui os objetivos de caracterizar o programa Jovem Aprendiz em Rio Grande: perfil socioeconômico dos jovens e suas atividades desempenhadas nas empresas e tempo médio de permanência; compreender as dimensões formais e substantivas do Programa Jovem aprendiz em Rio Grande com base na discussão do Guerreiro Ramos; avaliar a efetividade do programa em especial as mulheres negras, à luz da teoria da interseccionalidade. Os riscos dessa pesquisa são mínimos. Sua participação é livre e voluntária. Você tem o direito de se manter informado sobre os resultados parciais e finais, os quais serão publicados em eventos e periódicos científicos, mantendo-se o anonimato de sua identidade caso mude de ideia em relação a sua autorização em manter seu nome no estudo, conforme autorizado em gravação de áudio. É garantida a liberdade de retirada do consentimento em qualquer etapa da pesquisa, sem nenhum prejuízo para você, para tanto entre em contato comigo (e-mail: elainenascimento@furg.br ou com meu orientador (e-mail: lucasscerqueira@gmail.com) ou ainda a FURG (endereço: primeiro andar do prédio 4, Secretaria de Pós-Graduação, Instituto de Ciências Econômica, Administrativas e Contábeis, campus carreiros, avenida Itália, Km 8, bairro carreiros, Rio Grande-RS, e-mail: iceac.posgraduacao@furg.br, telefone: (53) 3293-5399. Você receberá uma via deste termo por e-mail em função da pandemia do novo coronavírus e orientação de afastamento e isolamento social.